



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica
na Bahia na conjuntura do golpe de 1964**

Célio Roberto de Araújo

SALVADOR

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Célio Roberto de Araújo

**O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia
na conjuntura do golpe de 1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História Social ao
programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Banca Examinadora

Prof. Dr. Muniz Ferreira (orientador)

Prof. Dr. Antônio Guerreiro de Freitas

Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto

SALVADOR

2008

A663 Araújo, Célio Roberto de
O voto, o terço e as armas: atuação política da Igreja Católica na Bahia na conjuntura do golpe de 1964 / Célio Roberto de Araújo – Salvador, 2008.
128 f.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

1. Igreja católica. 2. Movimentos anticomunistas. 3. Eleições – Brasil.
4. Golpe de Estado - Brasil. I. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. II. Ferreira, Muniz Gonçalves. III. Título.

CDD – 981.42

Este trabalho é dedicado às mulheres da minha vida:
Altina (mãe), Ana (irmã), Fênix (filha), Tânia (esposa)
e ao mais novo integrante da família, o pequeno e forte
Aquiles (filho).

Agradecimentos

Um conjunto de pessoas contribuiu, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação. Aqui, até por uma limitação de espaço sei que estarei cometendo injustiças que, de antemão peço que sejam desculpadas por aqueles que não forem citados. Não deixando de lado a mania de historiador em lançar um olhar retrospectivo sobre os fatos, gostaria de dividir os meus agradecimentos na base em duas perspectivas: uma de “longo prazo”, referente às pessoas que contribuíram para a minha formação pessoal, principalmente dona Altina (minha mãe) que, com tantos sacrifícios foi decisiva para a minha qualificação pessoal, além de Ana (minha irmã), Fênix e Aquiles (meus filhos), e Tânia (minha esposa), que me proporcionaram a felicidade e a satisfação emocional necessária para vencer as dificuldades que este trabalho impôs no decorrer de sua construção.

A outra perspectiva seria de “curto prazo”, e englobaria a vida acadêmica, da qual eu não poderia deixar de mencionar o privilégio de pertencer à turma de História 2000.1, cujas discussões acirradas, principalmente envolvendo o meu colega e amigo Cristiano, com suas “elucubrações”, tanto estimularam o meu aprendizado. O que dizer então dos professores, principalmente aqueles do meu primeiro semestre, como Elizete da Silva, Waldemir Zamparoni e Lígia Bellini que, em mim, despertaram a paixão e revelaram a honra de ser um historiador; professores que, mesmo às vezes ocupados pela rotina acadêmica, sempre se mostraram receptivos e prontos a me auxiliar com sugestões de bibliografias ou mesmo na discussão de temas ligados à pesquisa, como Antônio Guerreiro, Evergton Sales e Edilece Couto.

Um Agradecimento especial não poderia deixar de ser feito ao meu orientador Muniz Ferreira que, além das ricas contribuições para a realização da pesquisa, sempre mostrou reunir as virtudes (rigor, conhecimento, comprometimento social, etc.) que o tornam um exemplo a ser seguido para aqueles que almejam ser chamados de “historiadores”.

Para todas essas pessoas eu gostaria de dividir as virtudes deste trabalho – os erros são da minha inteira responsabilidade.

*⊙ hoje é apenas um furo no futuro, por onde o passado
começa a jorrar.*

Raul Seixas

Resumo

Este trabalho versa sobre a atuação política da Igreja Católica baiana durante a conjuntura do Golpe civil-militar de 1964. Tendo como balizas cronológicas os anos de 1962 e 1964, a pesquisa se propõe a investigar os discursos e as ações da Instituição, em volta de três fatos que mobilizaram a Bahia naquele período: as *eleições gerais de 1962*, a realização da *Cruzada do Rosário em Família* em Salvador, e a efetivação do *Golpe de 1964*. Procurando analisar a participação da Igreja nestes três eventos, objetivamos compreender o posicionamento e as relações da Instituição com o campo político baiano e com o Golpe de 1964, que ocorreram mediante a intensa produção de um imaginário anticomunista.

Palavras chaves: Igreja Católica; imaginário anticomunista; eleições baianas de 1962; Cruzada do Rosário em Família; Golpe de 1964.

Abstract

This work is about the political activities of the Catholic Church in Bahia during the juncture of civil-military Blow of 1964. Considering as markers the years of 1962 and 1964, the survey aims to investigate the speeches and actions of the Institution around three facts that mobilized Bahia in that period: the general elections of 1962, the implementation of the Family Rosary Crusade in Salvador, and the effect of the Blow of 1964. In this sense the main aim is to understand the position and relations of the Catholic Church with the political Bahia context and also the Blow of 1964, which occurred through the intense production of an imaginary anti-communist.

Key words: Catholic Church; general elections in Bahia of 1962; imaginary anti-communist; Family Rosary Crusade; Blow of 1964.

Sumário

Introdução.....	9
<i>Capítulo I A “purificação” do voto: a Igreja e as eleições de 1962.....</i>	<i>19</i>
1.1 Goulart e as eleições de 1962.....	19
1.2 Surge o “pastor”: a criação da Aliança Eleitoral pela Família.....	20
1.3 O campo político baiano: um rebanho e dois <i>scripts</i>	23
1.4 Ação de “Pastoreio”: atuação da ALEF nas eleições de 1962.....	27
1.5 Caça as “bruxas de Moscou”: anticomunismo católico e campanha eleitoral.....	33
1.6 Tomada de partido da Igreja durante a “purificação” eleitoral.....	41
<i>Capítulo II Rezaí o Terço: A Igreja na Cruzada do Rosário em Família.....</i>	<i>44</i>
2.1 “Guerra-fria” e anticomunismo.....	44
2.2 Origens do Rosário.....	48
2.3 A divulgação do Rosário.....	51
2.4 A campanha do Rosário.....	54
2.5 A concentração do Rosário.....	63
2.6 A Cruzada do Rosário.....	67
2.7 Defendendo a “pátria santa”: o caráter do rosário em torno de 64.....	69
<i>Capítulo III A “benção” das armas: a Igreja e o Golpe de 64 na Bahia.....</i>	<i>76</i>
3.1 Polarização política e unidade golpista: rumo ao Golpe de 64.....	76
3.2 O clamor da espada: “o altar e a pátria em perigo”.....	80
3.2.1 A Carta pastoral.....	81
3.2.2 Incidentes na Reitoria: o apoio à Lomanto.....	86
3.2.3 A Declaração dos Bispos.....	89
3.2.4 O Jornal Semana Católica.....	92
3.3 A “benção” da espada: “Deus escutou as nossas preces”.....	94
3.3.1 As primeiras declarações após o Golpe.....	95
3.3.2 Declarações da Igreja.....	97
3.3.3 A Marcha pela Família com Deus e Democracia em Salvador.....	100
3.3.4 A missa do Bonfim.....	105
Considerações finais.....	108
Fontes e bibliografia.....	112
Ilustrações.....	117

Introdução

Padres ou leigos, somos todos brasileiros. Pelo fato de estar a Igreja separada do Estado, a Constituição não proíbe a nenhum brasileiro, no uso de seus direitos, o interessar-se e participar da vida política nacional, votando, opinando, manifestando suas opiniões.¹

No final de setembro de 1962, o presidente João Goulart enviou um telegrama para o Arcebispo Primaz do Brasil e principal nome da Igreja Católica na Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva.² No telegrama, comunicou a nomeação dos integrantes do Conselho Nacional de Representação e Consultas do Movimento de Educação de Base (MEB). No fim da comunicação, o presidente procurava deixar clara a sua relação com a Instituição: “renovo, nesta oportunidade, meu firme propósito pessoal e como chefe da Nação de prestigiar a Igreja nesta e em outras meritórias obras do Episcopado brasileiro”.³

De fato, a Igreja Católica, imersa num contexto de mudanças da sociedade brasileira, também modificava a sua atuação na vida pública do país, passando a promover diversas ações sociais, muitas delas em parceria com o Governo, como foi o caso do MEB.⁴ Esse contexto de mudanças contribuiu para que setores do clero repensassem a atuação da

¹ *A TARDE*, 24 de setembro de 1962, p. 4. Padre Manoel Soares escrevia uma coluna diária no jornal vespertino intitulada “vida cristã”, na qual abordava diversos temas sob a ótica do catolicismo, dos quais retiramos citações que ilustram os capítulos desta dissertação.

² Mais popularmente conhecido como o “Cardeal da Silva”, nasceu em Recife, no ano de 1876, vivendo sua infância no Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Pestalozzi, fundado e dirigido por seu pai. De volta a Recife, ingressou, com 16 anos de idade, no semanário de Olinda no ano de 1892, tendo recebido suas ordens sacras sete anos depois. Iniciou o sacerdócio como vigário de São Pedro, em Olinda, no ano de 1900. Em 1911 D. Augusto foi elevado a bispo e designado para a recém criada Diocese de Floresta, no interior de Pernambuco, de onde foi transferido para a diocese de Barra do Rio Grande, interior da Bahia. Assumiu a Arquidiocese Primacial em 21 de maio de 1925, devido a morte de Dom Jerônimo Tomé da Silva, permanecendo no cargo por 43 anos. Estes e outros dados biográficos ver em Solange Dias de Santana Alves. *A Igreja Católica na Bahia: fé e política*. Dissertação de mestrado. UFBA, 2003, pp. 123-127.

³ *A TARDE*, 28 de setembro de 1962, p. 4

⁴ Nesta parceria entre o governo e a Igreja, o Estado entraria com recursos e a Instituição coordenaria um programa de educação básica, principalmente através de escolas radiofônicas nas regiões mais carentes do país, que enfatizaria uma ação pedagógica que conscientizasse o povo de seu papel como agente de sua própria história. Ver em Marco Antônio de Oliveira Gomes. *Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 67

Igreja.⁵ Percebia-se a necessidade de uma atuação mais próxima do povo, que atendesse às aspirações de uma sociedade que cada vez mais se pluralizava, tanto ao nível das representações quanto ao nível de suas instituições. Para a hierarquia católica esta era uma realidade a ser enfrentada: “... o alarmante crescimento do protestantismo e do espiritismo, o menor comparecimento às missas, uma crise de vocações, o crescimento da esquerda e uma perda de influência entre as classes dominantes e entre a classe operária urbana”⁶ condicionavam novas estratégias e formas de atuação junto à sociedade, das quais a criação da CNBB em 1952 foi um importante elemento. No próprio plano internacional, as orientações da Santa Sé sob o papado de João XXIII expressas nas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), juntamente com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965)⁷, contribuíam para que novas correntes de pensamento pudessem ganhar vozes e espaços de atuação no interior da Igreja.

Além do próprio Movimento Educacional de Base, outras ações concretas dessa nova concepção da atuação eclesial podem ser citadas, como o *Plano de Emergência* da CNBB em 1962, a defesa da sindicalização rural e os pronunciamentos favoráveis à Reforma Agrária.

Porém, em resposta ao presidente, D. Augusto enviou um telegrama que afirmava:

Agradecendo [a] comunicação [de] decreto [de pessoas que estarão] integrando [o] Conselho Nacional de Educação de Base, faço votos [que] consiga, Vossa Excelência [de] realizar seu firme propósito [de] prestigiar [a] Igreja jugulando [o] perigo comunista, causa máxima [da] inquieta situação reinante [em] todo o país. Respeitosas saudações. Cardeal da Silva⁸

⁵ Dentre as principais mudanças podemos mencionar: um processo de industrialização cada vez mais acentuado; a inversão da proporção entre a população urbana e rural com significativo incremento da população nas grandes capitais oriunda das regiões interioranas; a importância de setores sociais recentemente incorporados e com cada vez mais peso nas disputas políticas, como o operariado urbano e setores empresariais. Ver em René Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Vozes, 1981, p. 37. Essas mudanças foram importantes para o aprofundamento do processo democrático com a inclusão da participação política e social das classes subalternas, ultrapassando os limites da ordem liberal pactuada na Constituição de 1946, possibilitando a expressão e mesmo incorporação de determinados interesses e projetos de diferentes setores da sociedade brasileira no campo da disputa política.

⁶ Scott Mainwaring. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 33

⁷ Essas encíclicas “desenvolveram uma nova concepção da Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social (...) o Concílio Vaticano II enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou, por exemplo, maiores responsabilidades, co-responsabilidades entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção da Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível...”. Scott Mainwaring. *Idem*, p. 62.

⁸ *A Tarde*, 28 de setembro de 1962, p. 4

No telegrama, podemos constatar a preocupação do Arcebispo com o contexto político nacional. De fato, o curto período de tempo em que Goulart esteve no poder, ao qual chegara de forma tão abrupta devido à renúncia de Jânio Quadros, foi um dos períodos de maior mobilização política na história republicana do Brasil. Diversos fatores convergiram para que isso ocorresse. No plano da economia a dinâmica social era constrangida por uma grave crise econômico-financeira provocada por diversos fatores: as conseqüências do plano desenvolvimentista do governo Kubitscheck e sua crescente política de endividamento externo; o fraco desempenho do setor agrícola, que não acompanhou as crescentes demandas do setor urbano, contribuindo para elevar a inflação; as medidas implementadas durante a administração de Jânio Quadros⁹, mesmo no breve período entre a sua renúncia e a posse de Goulart, no qual foram emitidos 87 bilhões de cruzeiros, aumentando a inflação que em 1961 alcançou a casa dos 45%.¹⁰

No plano das relações sociais há cada vez mais a atuação de uma esquerda política em progressiva escala de radicalidade, que no início do governo Goulart poderia ser chamada de uma “coalizão radical pró-reformas”¹¹, formada pelo PCB, as ligas camponesas, o bloco autodenominado *Frente Parlamentar Nacionalista*, o movimento sindical representado pelo CGT, organizações de setores subalternos das forças armadas, os estudantes através da UNE, e a principal liderança popular nacionalista e de esquerda da época – Leonel Brizola. As reivindicações desse grupo bastante heterogêneo “consistia num conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social”¹², porém cada vez menos disposta a negociar e mais disposta a fazê-las “na lei ou na marra”.

No outro extremo, se apresentava uma direita conservadora, composta por grupos heterogêneos que, no seio da classe política, tinha como principal porta-voz o líder da UDN, Carlos Lacerda; na esfera das Forças Armadas podemos citar os nomes do Marechal Odílio Denys e dos generais Cordeiro de Farias e Olimpio Mourão; no seio da sociedade

⁹ Caio Navarro de Toledo. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. 2ª ed., São Paulo: ed. Brasiliense, 1983, p. 22

¹⁰ Jorge Ferreira. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964” In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano v. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 350

¹¹ Argelina Figueiredo Cheibud. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993, p.66

¹² Eram as chamadas “reformas de base” que incluíam a reforma tributária, urbana, fiscal, bancária, administrativa, universitária, e a que suscitava mais embates: a reforma agrária. Ver em Jorge Ferreira, *op. cit.*, p. 352

civil, o surgimento de organismos representantes de setores do empresariado nacional e estrangeiro, gravitados no eixo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que são fundados nesse período. Esses setores nutriam em comum uma forte aversão à administração João Goulart, baseada no receio de uma política nacionalista e reformista de desenvolvimento que incluísse certa participação e mesmo demandas de setores das classes trabalhadoras.

Integrada nessas relações, a produção das idéias, notadamente aquelas vinculadas à esfera política é fortemente influenciada pela difusão de representações, símbolos e imagens oriundos de matrizes anticomunistas. O impacto da guinada do regime cubano em direção à esfera de influência da URSS durante a Guerra Fria, em dezembro de 1961; no plano interno um florescimento e maior ação das organizações de esquerda na sociedade brasileira, como o PCB, a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas e o crescente movimento estudantil; tudo aliado à chegada inesperada de um político nascido das fileiras do “varguismo”, com forte tendência trabalhista e nacionalista no cargo de presidente da república, contribuíram para o aumento de toda uma argumentação e produção de discursos anticomunistas nos embates políticos do Brasil.¹³

Tudo isto provocava uma tensão social e política na qual amplos setores da sociedade reivindicavam mudanças nas estruturas vigentes. Vimos anteriormente que a Igreja, através de suas diversas organizações, não se inseriu nesse contexto de forma passiva, mas sim nele procurou atuar, assumindo ações e posicionamentos que conferiam um caráter progressista às suas ações. Isto, pelo menos é o que mais aparece na bibliografia que trata da Igreja no período. Porém, quando D. Augusto, no telegrama antes reproduzido, condiciona o sucesso do presidente em prestigiar a Igreja com o fato de ter que “jugular” o comunismo no Brasil “causa máxima da inquieta situação reinante em todo país”, outros tipos de posicionamentos e ações da Igreja são revelados.

Como a Igreja não é uma instituição monolítica, ao mesmo tempo em que eram abertos espaços de atuação para uma ala do clero que podemos chamar de “progressista”, também podemos crer na existência da atuação de uma ala mais tradicional, que aqui poderia ser chamada de “conservadora”. Baseando-nos nas afirmações de Mainwaring¹⁴, podemos crer que esta parte do clero estava inserida num modelo de Igreja chamado de

¹³ Rodrigo Patto de Sá Motta. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 234

¹⁴ Scott Mainwaring, *op.cit.*, p. 56

Neocrisandade. Este setor da Igreja enfatizaria mais o plano espiritual, doutrinário; rejeitaria e combateria mais incisivamente a radicalização dos organismos laicos patrocinados pela ala “progressista” da própria Igreja, como a Juventude Universitária Católica; promoveria um combate mais encarniçado contra o comunismo. Nos meses finais de 1963 e no início de 1964, esse setor engrossará as fileiras de órgãos de divulgação e produção de um discurso anticomunista cada vez mais associado a uma suposta “comunização” do governo João Goulart, cujo ápice foi atingido com a realização das *Marchas pela Democracia com Deus pela Liberdade*, ocorridas antes e depois do Golpe em diversas regiões do país.

Se, com base em Antônio Pierucci¹⁵, podemos citar D. Jaime de Barros Câmara, D. Geraldo Sigaud e D. Castro Mayer¹⁶ como componentes dessa corrente, a pesquisa que resultou nesta dissertação nos habilita a incluir, também, parte do clero da Bahia tendo como principal porta voz D. Augusto. É exatamente a atuação desse setor da Igreja na Bahia, no efervescente início da década de sessenta, que procuraremos reconstituir – atuação realizada com forte difusão de representações e ações que objetivaram influenciar a opinião pública e a política de acordo com seus valores e interesses.

Objetivos

As principais indagações que definiram as linhas de investigação que conduziram a pesquisa foram: *a) qual o principal elemento simbólico que compôs os discursos políticos da Igreja Católica da Bahia no período? b) como ocorreu a sua interferência na política baiana entre os anos de 1962-1964? c) quais as relações que esse discurso e essa interferência tiveram com os grupos políticos da Bahia e com o Golpe de 64?*

No período analisado, três fatos são de grande importância para compreender as relações entre a Igreja e a política na Bahia, cada um sendo analisado e reconstituído nos três capítulos que compõe a dissertação.

No primeiro capítulo, tratamos de descrever e analisar a atuação da Igreja durante as eleições gerais de 1962 ocorridas em outubro a partir de dois focos: a criação e atuação da Aliança Eleitoral pela Família (ALEF), organismo católico que procurou orientar o voto

¹⁵ Antônio Flavio Oliveira pierucci...[et.ali.]. “Igreja Católica: 1945-1970” In *O Brasil republicano, v.4: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 370

¹⁶ Arcebispo do Rio de Janeiro, bispo de Diamantina (MG) e bispo de Campos (RJ), respectivamente.

dos eleitores baianos nesse pleito; as declarações de bispos e padres na imprensa sobre os candidatos. Procuramos neste primeiro capítulo investigar a tomada de partido da Igreja por determinada candidatura, que se deu mediante a produção de uma intensa propaganda anticomunista.

No segundo capítulo, procuramos reconstituir a realização de um movimento internacional que produziu a maior concentração popular ocorrida nas ruas da capital até então: a Cruzada do Rosário em Família. Procuramos investigar a participação da Igreja neste movimento que foi um verdadeiro fenômeno de massa em Salvador, em meados de 1963, identificando a participação da Cruzada e, por conseguinte, da própria Igreja na produção de um imaginário anticomunista no período.

Por fim, no terceiro e último capítulo tivemos como objetivo principal compreender as relações entre a Igreja e o Golpe de 1964. Investigamos o posicionamento da Igreja antes do Golpe, por intermédio de cartas pastorais e pronunciamentos da hierarquia católica divulgados pela imprensa da época. A seguir, procuramos captar o posicionamento da Igreja depois do Golpe, através da análise de declarações oficiais publicadas na imprensa, e com uma análise da participação da Igreja na *Marcha da Família com Deus pela Liberdade e Democracia*, realizada no dia 15 de abril de 1964, outra grande manifestação popular que procurou dar legitimidade ao Golpe.

Justificativas

Apesar do crescente interesse que temas ligados à política contemporânea da Bahia vêm despertando na comunidade acadêmica, acreditamos que a dissertação poderá despertar o interesse do leitor por abordar aspectos ainda pouco explorados pela historiografia local. Um aspecto que pode ser mencionado é o próprio período histórico que a dissertação abarca, haja vista a escassez de obras que tratem de uma conjuntura extremamente rica para a compreensão da dinâmica política do Estado, com todas as forças, discursos e conflitos sociais que apoiaram ou negaram o Golpe de 64 na Bahia.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o olhar lançado nas relações entre a Igreja Católica da Bahia e a política, com base na ação da Hierarquia eclesiástica, isto é, da Igreja Oficial, e não com base em organizações cujo desenvolvimento seguia as suas

determinações ou influências¹⁷. A nossa proposta é abordar os pronunciamentos e a ação organizada do clero baiano, principalmente por meio de suas figuras de maior projeção, no caso os bispos, e, principalmente, D. Augusto, numa conjuntura de crise política.

Juntamente com as obras que trataram de tais organizações acreditamos que a presente dissertação poderá contribuir para que o leitor possa entender os laços que envolviam a Igreja e as esferas de poder na Bahia.

Um terceiro aspecto é o fato de a dissertação expor um lado pouco explorado pela historiografia que aborda a história da Igreja Católica durante a década de sessenta (mais preocupada com os setores modernizantes ou progressistas) que é exatamente a atuação do setor *conservador*, menos sincronizado com as aberturas propostas pelo Concílio Vaticano II. Da mesma forma, procura lançar outro olhar sobre a atuação da Igreja em relação ao Golpe de 64, que é o de seu apoio *legitimador*. Apesar de reconhecer a importância que a atuação e os discursos da Igreja tiveram como foco de resistência e de canal de negociação em temas como direitos humanos e liberdades civis durante a ditadura, devemos também reconhecer que uma ala conservadora da Igreja, que apoiou o Golpe e mesmo o regime militar que viria a seguir¹⁸, existiu e não deve ser obscurecido: mas sim revelado pela historiografia.

Considerações metodológicas

Para finalizar esta introdução, é importante fazermos algumas considerações conceituais sobre a temática abordada. Antes de tudo é importante esclarecer que não se trata aqui de contar uma história religiosa relacionada a um determinado contexto político, mas sim de uma obra de história política que tem a Igreja, enquanto instituição, como principal personagem. Aliás, já deve ter ficado claro para o leitor que, quando o termo “Igreja”, com “I” maiúsculo for utilizado por nós, na verdade estamos tratando de um determinado setor, no caso, da hierarquia, do setor que fala e emite documentos oficiais em nome da Instituição. Temos consciência que mesmo esse setor, composto pelo bispado e

¹⁷ Ver as importantes George Everton Sales Souza. *Entre o religioso e o Político: uma história do Círculo Operário da Bahia*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1996 e Franklin de Oliveira Júnior. *Paixão e Revolução: capítulos sobre a História da AP*. Tese de doutorado, UFP, 2000.

¹⁸ É importante desassociar o golpe civil-militar de 1964 e o regime militar construído posteriormente. Ou seja, para diversos setores que apoiaram a interrupção armada do governo Goulart, os sucessivos “golpes dentro do golpe” não constavam em suas agendas. Procurar identificar uma linha de continuidade de apoio ou um posicionamento contrário entre os dois eventos (golpe e regime) por parte da ala conservadora da Igreja na Bahia, ultrapassa os limites deste trabalho, mas poderá ser alvo de pesquisas futuras.

que tinha como principal porta-voz, D. Augusto, provavelmente não apresentava um posicionamento único, sem divergências, podendo a mesma coisa ser dita em relação aos padres espalhados pelas paróquias nos bairros de Salvador e cidades do interior do Estado.

O que nos interessa aqui é dar conta dos posicionamentos e ações da Igreja oficial que, a despeito de suas divergências internas, se apresentava como uma Instituição que firmava os seus posicionamentos de forma bastante unida, em parte devido à ação firme e centralizadora de D. Augusto, o “Cardeal da Silva”. Por isso, ainda que distantes de fornecer uma imagem precisa e ampla dos pensamentos e ações das personalidades e setores que compunham uma instituição complexa como a Igreja Católica, acreditamos na possibilidade de tê-la feito minimamente em relação ao setor da hierarquia que, se não representa o pensamento geral da Instituição, tem a autoridade e mesmo a legitimidade institucional de falar em nome dela.

De certa forma, essa dissertação vai de encontro à maré historiográfica que vai no sentido de abordar uma história dos “de baixo”, de personagens e setores sociais tradicionalmente excluídos de uma historiografia que, até bem pouco tempo atrás, centralizava o olhar sobre as ações das figuras políticas de destaque, ou nas grandes mudanças de ordem estrutural. Procuramos dirigir o olhar sobre o político, porém a partir de uma Instituição milenar cuja atuação em meio à acirrada disputa política num dos contextos mais ricos de mobilizações populares da História do Brasil recente nos despertou bastante interesse.

Outra consideração metodológica importante é: como compreender a inserção do discurso e ação da Igreja na conjuntura do Golpe de 1964? Ou seja, como estabelecer as relações entre a Igreja Católica na Bahia, representadas pela sua hierarquia, com os fatos e conflitos políticos ocorridos durante os primeiros anos da década de 60? Antes de qualquer coisa, é preciso ter cuidado para não enquadrar, de forma mecânica, a Igreja nessa ou naquela tendência política, ou supervalorizar a sua atuação nesse campo, exigindo um passo além da esfera ideológica na qual atua como poderosa força simbólica.¹⁹ É dentro desse campo que devemos compreender as relações entre o discurso da Igreja e as esferas de dominação política.

Para isso, usaremos o conceito de *imaginário anticomunista* que, para os objetivos da dissertação, pode ser definido como um conjunto de representações construídas e utilizadas

¹⁹ Frei Beto “prefácio” in Márcio Moreira Alves. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 13.

por setores da Igreja Católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período compreendido entre 1962-1964, do qual o anticomunismo católico foi o principal componente.²⁰ Se nos basearmos também nas afirmações de Chartier sobre as representações como categorias fundamentais de percepção e de apropriação do real, poderemos ampliar a conceito de imaginário restrito ao campo do discurso, para o campo que também engloba estratégias e práticas. Ou seja, as representações do comunismo, além de perceber e interpretar a realidade, também estimula práticas “... e tendem a impor certa autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.²¹

As condições que influenciavam uma ação política da Igreja centrada na produção de um forte anticomunismo estavam dadas no início da década de sessenta: o conflito geopolítico entre o governo dos EUA e URSS, comumente conhecido como “guerra-fria”, na qual os caminhos adotados pela Revolução cubana em 1962 (se dirigindo para a esfera de influencia soviética) se tornou um componente importante por ser um possível exemplo para os países sul-americanos; a chegada inesperada de Goulart, um político que mantinha afinidades com setores nacional-populares, à presidência do Brasil; um aumento da organização e mobilização de setores subalternos da sociedade (trabalhadores rurais, operários, estudantes), contribuía para uma forte produção anticomunista originária de setores das elites conservadoras que cada vez mais demonizavam o comunismo nos primeiros anos da década de sessenta. Inserida nesse mote a Igreja atuará localmente como um dos principais, se não principal, pólo de produção anticomunista, e a partir daí, influirá na acirrada conjuntura política em torno do Golpe de 64.

A atuação na esfera ideológica, construindo e se apropriando das representações que formavam um imaginário anticomunista, se davam, por sua vez, a partir das relações sociais existentes entre as pessoas que compõe o clero e que falam em nome da Igreja, com os grupos de interesses e partidos políticos, isto é, com o contexto social no qual a Igreja está inserida. Não é uma atuação condicionada apenas pela relação existente entre a doutrina cristã e as idéias e valores do mundo contemporâneo, mas, também, na defesa de interesses particulares, na contraposição de medidas que pudessem diminuir o papel da Igreja na sociedade.

²⁰ Carla Simone Rodeghero. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª ed. Passo Fundo UPF, 2003, p. 28

²¹ Roger Chartier. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988, p. 17

Outra função do imaginário anticomunista a ser abordada na dissertação é a *delimitação de identidades*. O imaginário cria, delimita espaços de pessoas ou grupos sociais, ao mesmo tempo em que delimita o território do outro, criando imagens de si e dos outros. Baseado em afirmações de Bronislaw Baczko²² podemos utilizar a expressão “jogo de espelhos”, no qual os discursos contêm um conjunto de características atribuídas ao outro, ao “inimigo”, que serve para reafirmar a sua própria identidade, num conjunto de valores e imagens que se opõem. É com esse enfoque que podemos compreender a preocupação do governador Lomanto Júnior, após reunião com o clero da Bahia em março de 1964, de afirmar “ser um homem de fé e anticomunista”²³; também quando o padre Manoel Soares afirmou que “... entre a cruz de Cristo e a foice e o martelo do comunismo não pode haver colaboração. Com Cristo e com a cruz, ou contra a cruz e conseqüentemente contra Cristo e contra tudo o que Ele representa para o mundo e para as almas”²⁴, podemos perceber as delimitações dos campos opostos.

São nessas delimitações de espaços que a constituição de identidades interferiu na luta de representações que girava em volta do Golpe de 1964, da qual a hierarquia da Igreja Católica da Bahia, através de forte anticomunismo católico, sempre esteve apoiando um dos lados envolvidos na disputa.

O alicerce documental da pesquisa está fincado nos jornais de grande circulação da época: o jornal *A TARDE*, *O Diário de Notícias* e *O Estado da Bahia*, além do periódico católico *Jornal Semana Católica*, entre os anos de 1962 e 1964. Essas fontes nos apresentaram ricas informações que podem ser divididas em duas ordens: na reprodução dos pronunciamentos e documentos oficiais emitidos pela própria Igreja, o que torna esses periódicos fontes imprescindíveis para o estudo do pensamento e da atuação da Instituição; no fornecimento de material importante para a reconstrução dos eventos ocorridos naquele período da História da Bahia, sendo a principal fonte para conhecê-la, devido à escassez de obras que tratem dos assuntos que a dissertação se propôs a focar.

²² *Apud* Simone Rodeghero, *op. cit.* p. 31

²³ *A TARDE*, 06 de março de 1964, p. 1.

²⁴ Padre Manoel Soares. *A TARDE*, 25 de outubro de 1962, p. 4

Capítulo I

A “purificação” do voto: a Igreja e as eleições de 1962

A Igreja não é, nem deseja ser partidária, não quer fazer política desta ou daquela agremiação. Entretanto não pode desinteressar-se pelos acontecimentos que interessam funda e profundamente ao povo cuja maioria é constituída de católicos, portanto, de filhos da Igreja²⁵.

Goulart e as eleições de 1962

Em abril de 1962 o presidente João Goulart retornou ao Brasil após viagem feita aos EUA quando se reuniu com o presidente John Kennedy. O objetivo da visita era obter a confiança das autoridades do FMI e do governo norte-americano sobre a determinação do governo brasileiro em combater a inflação, buscar recursos financeiros e, por fim, discutir temas que atritavam as relações bilaterais entre os dois governos, como a questão das nacionalizações de empresas estadunidenses em solo brasileiro e a política externa brasileira em relação a Cuba.

Dentre os saldos positivos da viagem podemos apontar uma menor desconfiança de setores conservadores da política em relação ao governo Goulart. Esse saldo foi obtido graças, principalmente, a uma ajuda de 130 milhões ao Nordeste, retidos pela insistência do governo dos EUA em controlar sua aplicação, além das declarações de Goulart no sentido de dar um tratamento razoável às empresas de serviço público estrangeiras no Brasil e de seu governo ser contra o regime cubano de Fidel Castro.²⁶

As questões tratadas no encontro espelhavam uma difícil conjuntura na qual Goulart exerceu o seu mandato, a começar pela própria forma em que assumiu o mandato em setembro de 1961, sob ameaça das armas e com o sacrifício dos plenos poderes

²⁵ Padre Manoel Soares, *A TARDE*, 24 de setembro de 1962, p. 4

²⁶ Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 266

presidenciais tolhidos pela implantação de um regime parlamentarista instituído às pressas. Por isso que as declarações de Goulart em solo estadunidense, manifestando oposição em relação ao regime cubano e os compromissos firmados com a administração Kennedy deram-lhe uma pequena base de confiança junto a setores políticos da sociedade brasileira, necessários para governar num sistema político que exigia uma maioria parlamentar.

Nos meses seguintes à viagem se desenvolve todo um processo de embates políticos entre o Executivo e as duas Câmaras, expressa nas constantes trocas de gabinetes de ministros entre janeiro e setembro de 1962. Esses foram os motivos pelos quais as eleições para governador, prefeito, Câmara e Senado federal, Assembleia Legislativa do Estado e Câmara de vereadores, marcadas para outubro desse ano, ganharam grande significância para o futuro político do país e das possibilidades de governabilidade para os últimos anos da administração Goulart.

Compreender a participação da Igreja Católica na Bahia no embate político dessas eleições no Estado constitui o objetivo principal deste capítulo, a partir da consideração de que a Igreja assumiu um lugar de proeminência no campo político, atuando na produção de forte anticomunismo e interferindo na disputa eleitoral apoiando um dos lados participantes.

A investigação das fontes no período ora analisado, nos possibilita reconstruir essa participação a partir de duas ações: uma mais oficial, que se dá com a criação e atuação da ALEF, organização na qual a Igreja atuou fortemente na disputa partidária; outra por intermédio de ações individuais, particulares de membros do clero, sejam eles bispos ou padres, cujas declarações também interferiram na disputa política.

Surge o “Pastor”: a criação da Aliança Eleitoral pela Família

Na tarde do dia 5 de setembro de 1962, às 16:00 horas, reuniram-se no consistório da Igreja de São Pedro dos Clérigos os principais representantes da Igreja na Bahia. Cerca de 50 padres, da capital e interior, se colocavam de frente para a mesa cuja presidência era ocupada por D. Augusto, tendo ao seu lado direito o bispo auxiliar Dom Walfrido Teixeira Vieira e no lado esquerdo o padre Francisco Borja, presidente da *Liga Eleitoral pela Família*.²⁷ O conteúdo da reunião já havia sido antecipado um dia antes na reportagem do

²⁷ *Diário de Notícias*, 6 de setembro de 1962, p. 1

jornal *A TARDE*, que noticiou: “procurando orientar os católicos na atual campanha eleitoral, a Igreja procurará fixar sua posição, recomendando os candidatos que julgar merecedores dos votos do povo baiano”.²⁸

É com essa função que, na reunião, é criada a *Aliança Eleitoral pela Família* (ALEF), organização católica que tinha como principal objetivo orientar os votos dos baianos nas eleições gerais de 1962.

A publicação de um comunicado feito pelo mesmo Jornal, 7 dias depois, de autoria de D. Augusto, aponta as justificativas para a criação da ALEF. O Arcebispo inicia o comunicado ressaltando a importância das eleições de outubro

Estão às portas as eleições aos cargos mais importantes e mais decisivos para a ordem, o progresso e a felicidade da nação. Se as eleições para tais cargos sempre tornam difíceis e perigosas, as circunstâncias especiais em que se encontra o país fazem-nas particularmente difíceis e perigosamente decisivas.²⁹

As “circunstancias especiais” mencionadas pelo arcebispo parecem advir de sua percepção do momento de instabilidade vivido pelas instituições políticas brasileiras. Os impasses de um sistema parlamentarista que entrava em conflito com a intenção de implementar uma agenda reformista por parte do governo³⁰, aliada à rejeição e ao temor que a figura do presidente despertara nos setores conservadores da sociedade brasileira, produziam conflitos que cada vez mais tornavam tensas as relações entre as classes sociais e suas representações no mundo da política. Uma dessas representações era a crença na penetração do comunismo no Brasil que, com a chegada de Goulart ao poder, teria uma porta aberta para se inserir na nação, fazendo com que as eleições fossem vistas como “particularmente difíceis e perigosamente decisivas”. Num outro trecho da declaração D. Augusto é mais explícito nos motivos de suas preocupações, ao afirmar que

Não há como negar, por evidente, que alguns dos mais responsáveis pelos destinos da pátria, baralham – se inconscientes ou pensadamente, não sei, Deus o sabe – as rédeas da quadriga triunfal que conduz a nação, ameaçando-a atirá-la no abismo em que se tem precipitado tantas outras nações do mundo contemporâneo.³¹

²⁸ *A TARDE*, 4 de setembro de 1962, p. 4

²⁹ *A TARDE*, 12 de setembro de 1962, p. 1

³⁰ Argelina Figueiredo Cheibud. *op.cit.*, p. 83

³¹ *Idem, ibidem.*

Num contexto de acirramento da Guerra Fria, principalmente a partir do exemplo cubano, o “abismo no qual tantas outras nações do mundo contemporâneo” têm se precipitado está relacionado com a crença na possibilidade de implantação do comunismo no Brasil e a sua conseqüente inserção na esfera da URSS. Já apontamos na introdução da dissertação algumas motivações para o recrudescimento de um discurso anticomunista nos primeiros anos da década de sessenta no campo da disputa política, enriquecendo o imaginário anticomunista. Neste quadro, A Igreja na Bahia, representada principalmente na pessoa de D. Augusto, engrossou a produção de representações que expressavam o temor de uma suposta penetração comunista no Brasil, sugerindo, inclusive, a sua facilitação por “alguns dos mais responsáveis pelos destinos da pátria”, no caso, o presidente João Goulart. Apesar de não estar tão claro nessa declaração (o que nos leva a não fazer uma afirmação mais contundente), aqui já podemos constatar, por parte do Arcebispo, a percepção do Governo Goulart como uma porta aberta para o comunismo. Ao longo dos anos posteriores, principalmente nas semanas pré e pós Golpe de 64, os seus pronunciamentos parecem seguir uma tendência que cada vez mais explicitam esse pensamento.

Finalizando a introdução que procura justificar a criação da ALEF, D. Augusto vai chamar a atenção para um conjunto de circunstâncias que tornam difícil e perigoso o pleito de 1962, no qual

Exemplos vindos do alto viciam a coragem cívica no discordar e agir livremente no pleito que se aproxima; desconhecimento das qualidades pessoais dos possíveis sucessores nos cargos políticos em litígios, enseja o erro de preferências fatais como tem acontecido já; difamações e calúnias recíprocas interpõe colunas de fumaça que impedem ver claramente o alvo desejado; palavra de honra já não valendo nada, senão somente revelar perjuros (...); e finalmente a natural cegueira do analfabetismo a fazer andar às cabeçadas, os incapazes eleitores analfabetos, que se pretende legitimar entre nós (...).³²

Em resumo: uma conjuntura de “perigo comunista” no âmbito da política nacional, a ausência de conhecimento das qualidades dos candidatos por parte do eleitorado, e, por fim, a incapacidade, a “natural cegueira” do eleitorado analfabeto que não teria capacidade

³² *Idem, ibidem.*

para votar corretamente, tornavam necessária uma ação da Igreja no intuito de interferir nas eleições, e orientar o seu “rebanho”.³³

Essas foram as justificativas para que fosse criada a ALEF, uma ação da Igreja que tinha o objetivo de “orientar as novas eleições” constituindo-se na “melhor segurança para formar a consciência eleitoral do povo baiano”. Ou seja, era uma organização que tinha o poder de falar em nome da Igreja, pois seria “a voz da família baiana, a voz da consciência independente e livre do povo católico desta terra”, e que teria “sempre diante de si a imagem de Deus, que um dia a irá julgar”. Por fim, finalizava D. Augusto: “aos eleitores católicos e cristãos cumpre, nas presentes eleições, ouvir a palavra de orientação da *Aliança Eleitoral pela Família*, e a ela sujeitar-se religiosamente”.³⁴

Definida a organização por meio da qual se dará a ação da Igreja, é importante para o leitor explicitar o contexto das eleições de 1962 na Bahia. Isso é fundamental para compreender as influências que o campo político teve na ação da ALEF, ao mesmo tempo em que essa própria ação influenciou a disputa política num processo dinâmico e dialético.

O campo político baiano: um rebanho e dois *scripts*

Como no cenário nacional, a luta política na Bahia no começo da década de sessenta travou-se a partir de dois campos opostos. Porém, no Estado, os personagens estavam em lados com sinais trocados. Já durante o governo parlamentarista delimitava-se, grosso modo, uma forte oposição ao governo João Goulart, concentrada, principalmente, na ação da UDN e do PSD, representantes de um liberalismo conservador com forte base social nas oligarquias agrárias, e que incorporava cada vez mais a presença de setores da burguesia interessados numa industrialização associada a capitais internacionais. Ao lado do presidente, o PTB e organizações dos trabalhadores, estudantes e camponeses encampavam uma agenda nacional-popular de reformas, cuja ação política expressava a participação de setores historicamente excluídos da vida pública, fato inaceitável para as elites tradicionalmente não afeitas a aberturas no campo da disputa política.

³³ Como o direito ao voto era negado aos analfabetos, acreditamos que D. Augusto esteja se referindo ao que chamamos hoje de “analfabetos funcionais”: pessoas que sabem apenas assinar o nome mas que não sabem ler e escrever.

³⁴ Todas essas declarações de D. Augusto estão em *A TARDE*, 12 de setembro de 1962, p. 1

No campo estadual as coligações gravitavam em torno de dois candidatos que podem ser apresentados como a aglutinação de interesses e projetos que divergiam quanto aos rumos de uma modernização econômica almejada por ambos. Como afirma Muniz Ferreira, a Bahia, antes do Golpe de 64, apresentava-se como uma

Formação social confrontada com alternativas diversas, como a da possibilidade de um desenvolvimento economicamente autônomo, socialmente integrado e politicamente democrático ou o crescimento econômico dependente, socialmente assimétrico e politicamente autoritário.³⁵

Eram dois *scripts* numa conjuntura de instabilidade institucional que conferia às eleições de 1962 um alto grau de acirramento entre os participantes do contencioso político. A segunda alternativa era a que se aproximava da candidatura de Antônio Lomanto Júnior, com a coligação UDN-PTB-PL-PRT-PR-PRP e PST; já a primeira encontrava seus representantes em volta da candidatura de Waldir Pires, inserida na aliança PSD-PDC-PTN-PSP e PSB. Uma análise dos discursos das campanhas precisará melhor as idéias defendidas pelos candidatos e os projetos que representavam os interesses das coligações que giravam em torno deles.

O lema da campanha de Lomanto Júnior era “o interior marcha para o governo”, revelador de um discurso municipalista que apregoava a chegada do momento das regiões do interior baiano ocuparem os espaços de poder no Estado, tradicionalmente dirigidos pelos políticos da capital. Seus discursos procuravam dar conta das peculiaridades de uma região que comportava aspectos tradicionais da sociedade baiana numa onda modernizante que cada vez mais ecoava nos objetivos de suas elites dirigentes. Ao mesmo tempo seduzia os grotões interioranos, controlados pelas oligarquias agrárias com práticas clientelísticas e tradicionais. Esse discurso estava direcionado também para os homens e mulheres do campo, do sertão, tradicionalmente esquecidos pelos políticos da capital. A ilustração dessa mensagem pode ser vista na última propaganda de campanha, publicada um dia antes das eleições, em que está impressa uma foto com várias pessoas com aspectos interioranos e de trabalhadores do campo, segurando foices e enxadas e se movendo em direção ao leitor, numa espécie de fotografia real do que o lema da campanha sugeria.³⁶ Num contexto político no qual apenas 15 % do eleitorado do estado residia na capital, a imagem, literal,

³⁵ Muniz Ferreira. *O Golpe de 64 na Bahia*. P.1. Artigo disponível em [http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf] Acessado em 28 de janeiro de 2006.

³⁶ *Jornal Diário de Notícias*, 6 de outubro de 1962, p. 7

do interior “avançando” em direção a Salvador se tornava um apelo nada desprezível para a arregimentação de votos.

Para além desse aspecto da campanha de Lomanto, que poderíamos associar com aquilo que havia de mais tradicional na política baiana, também havia um conjunto de ações que objetivavam modernizar a economia do Estado, principalmente por meio da industrialização. Para o candidato a governador, “a criação do parque industrial baiano será um dos objetivos básicos do governo” já que “a industrialização é essencial para retirar a Bahia da situação de subdesenvolvimento”.³⁷

Um terceiro componente da campanha lomantista, e talvez o mais importante para os objetivos da pesquisa, é a forte ênfase nos valores religiosos que estavam presentes nos discursos e talvez mesmo nos princípios do governo. As declarações de Lomanto afirmavam a sua profissão de fé “no regime democrático, progressista e cristão”. Ênfase mais forte ainda poderia ser vista nas ações pretendidas para a questão social, na qual defendia uma “política de justiça social, de justa retribuição aos esforços dos operários e trabalhadores do campo, nos termos da encíclica *Mater et Magistra*”³⁸. Isto foi percebido por Muniz Ferreira que denominou essa tendência de lidar com as reformas sociais de uma forma mais palatável às elites que apoiavam Lomanto como um progressismo cristão,³⁹ necessário num período em que as demandas sociais, particularmente nos principais centros urbanos, reivindicavam por reformas.

No lado oposto da candidatura Lomantista apresentava-se Waldir Pires, cujo lema da campanha “novos métodos de governo”, já aponta um componente importante em seus discursos, que era exatamente a intenção de modernizar a ação do Estado, a partir da introdução, cada vez maior, de quadros técnicos na administração pública. Esse era um componente no conjunto de esforços e objetivos que visavam o desenvolvimento econômico e industrial do Estado, via intervenção do governo, na onda do nacional-desenvolvimentismo de Vargas. Essa tendência já pôde ser vislumbrada na gestão de Antônio Balbino (1955-1959), no qual esse tipo de esforço modernizante se materializava com a criação da *Comissão de Planejamento Econômico* (CPE) e as ações inovadoras de Rômulo Almeida na Secretaria da Fazenda do Estado⁴⁰. Nesse aspecto, podemos mesmo

³⁷ *Jornal Diário de Notícias*, 9 de setembro de 1962, p. 2

³⁸ *Idem, ibidem*.

³⁹ Muniz Ferreira, *op. cit.*, p. 2

⁴⁰ No governo federal, Rômulo Almeida destacou-se como formulador de idéias para a materialização das políticas de desenvolvimento do Brasil. Da sua atuação e participação na assessoria econômica do Presidente

dizer que o programa de governo da campanha de Waldir Pires é herdeiro direto do balbinismo, inclusive a ele devendo alianças com outros partidos.

Essa ênfase na modernização via ação planejadora do Estado, reivindicada pela candidatura de Waldir Pires, também estava presente na campanha de Lomanto e na maior parte do pensamento das elites baianas no início da década de sessenta. O grande pomo da discórdia entre ambos estava mais nas alianças e nos diálogos que a candidatura oposicionista terá com setores tradicionalmente excluídos das áreas de decisão política, no caso, as classes trabalhadoras, urbanas ou rurais, representadas ou reivindicadas por sindicatos e políticos ligados ao PCB, e a possibilidade de incluir suas reivindicações em ações do governo. O PSD baiano, segundo Muniz Ferreira, trazia na fisionomia de seu candidato “a marca do comprometimento com o reformismo econômico-social e abertura às demandas populares do ex-ministro de Getúlio Vargas”.⁴¹ Esse diálogo realizado pela campanha de Waldir Pires com setores tradicionalmente excluídos do mundo da política e com projetos de gestão que poderiam incorporar pelo menos parte de suas demandas, representava um projeto de modernização estranha aos interesses de setores da elite baiana. Esta elite já era adesa aos processos iniciados no Governo Balbino, porém era também adversa às mudanças substantivas que a candidatura de Waldir Pires poderia representar.

Logo, um aspecto marcante da disputa política na Bahia é o seu contraste com a disputa nacional, visto que a UDN, principal força opositora de Goulart na esfera federal, terá o apoio do presidente na disputa para governador do Estado e, junto com ele, o PTB baiano, num leque de forças conservadoras. Forças essas que enfrentavam um arco de alianças em volta de um PSD local que, diferentemente das posturas de centro que adotava nacionalmente, no Estado representava linhas políticas progressistas mais próximas do reformismo do próprio Goulart, apesar de não ter o seu apoio na disputa local. Em síntese,

Vargas surgem órgãos que seriam a espinha dorsal da industrialização e desenvolvimento econômico do país no período pós-guerra. PETROBRÁS, BNDE, CNPq, ELETROBRÁS, BNB, entre outros, foram uma realidade concreta elaborada a partir dessa importante plataforma de expansão edificada nesse período. No plano estadual, a CPE se constituirá em plataforma de ação modernizadora do governo Antônio Balbino, na qual Rômulo exteriorizou sua habilidade como planejador, confiante na idéia de poder decifrar, e posteriormente superar, a falta de dinamismo da economia estadual através de um amplo diagnóstico da economia e da sociedade. Este esforço resultou na materialização da FUNDAGRO, que junto com o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB) e a própria CPE corporificam essa fase inicial de transformações na realidade baiana. Das organizações projetadas a partir desse tripé surgem, nas palavras de Aristeu, irmão de Rômulo “(...) empresas estatais, como CASEB (Armazenagem), ECOSAMA (Mecanização Agrícola), CAMAB(Arubos), MAFRISA(Carnes), CASEMBA (Sementes e comercialização no atacado)”. Ver em ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Rômulo Almeida – O Construtor de Sonhos*. Comecon. Salvador, 1995, p. 34

⁴¹ Muniz Ferreira, *op. cit.*, p. 2

era um conflito de forças progressistas e conservadoras que, no campo de luta baiano, apresentava os personagens em lados com sinais trocados quando comparados à arena nacional.

Foram nessas circunstâncias que se desenrolaram as disputas políticas nas eleições baianas de 1962. De um lado um municipalismo com agendas modernizantes coloridas com um forte progressismo cristão, que aglutinava um conjunto de forças mais conservadoras da elite baiana. De outro uma modernização a ser realizada com forte presença do Estado e com possibilidades de diálogos e de atendimento de agendas de forças mais à esquerda da sociedade e por isso podendo realizar uma modernização com cunho mais popular.

Ação de “pastoreio”: atuação da ALEF nas eleições de 1962

Após definir a organização e o lugar, resta saber de que forma ocorreu a ação da ALEF em sua missão de orientar o voto do eleitorado baiano. Mais precisamente: sob que princípios e sob quais métodos a ALEF realizou a sua missão de “iluminar” a consciência política do eleitorado católico?

Já durante a reunião de criação da organização, ficou estabelecido que a Igreja dividiria os candidatos para as eleições gerais de 1962 em duas classes: “bons” ou “maus”, substituindo uma idéia inicial de classificá-los como “ótimos”, “bons” ou “maus”. Essa classificação seria realizada por uma comissão de 12 sacerdotes que, por sugestão de um dos participantes, foi subdividida em 3 subcomissões com as seguintes funções: uma para investigar os candidatos a governador e prefeito; outra para investigar os candidatos ao Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa; e, por fim, uma comissão “especial” para os candidatos a vereador. Foram nomeados para compor a primeira comissão os monsenhores Eugênio Veiga, José Trabuco e Gaspar Sadoc, enquanto a segunda seria presidida pelo padre Francisco Pinheiro, não havendo informações sobre a composição da terceira comissão.⁴²

Essa estratégia de “comissões” estudarem e investigarem a vida política dos candidatos foi abandonada dias depois por uma estratégia mais pragmática, devido ao curto período entre a data de criação da ALEF (6 de setembro), e as eleições (7 de outubro).

⁴² A *TARDE*, 6 de setembro de 1962, p. 3

Além do “pouco tempo de existência da ALEF e de não ter o seu programa sido devidamente divulgado”, havia também a dificuldade de uma análise minuciosa sobre os comprometimentos de idéias por parte dos políticos “devido às facilidades de inscrição pelos partidos aos candidatos sem exigência de linha partidária”. A solução adotada foi divulgada em nota oficial nos jornais nos quais a entidade afirmava que

Adotou-se o critério de ter-se o candidato comprometido em documento escrito com o programa da Aliança e de não ter a ALEF acusações comprovadas por documento, sobre atitudes do candidato que vão de encontro aos princípios mínimos da Aliança Eleitoral pela Família.⁴³

Então, os candidatos ao governo do Estado, prefeitura, senado, câmara federal e estadual, deveriam se dirigir ao primeiro andar do Palácio da Sé, inscreverem-se e, o mais importante, *assinarem* um documento no qual se comprometiam em defender os princípios mínimos da organização católica. Foi divulgado pelo noticiário da época que houve um grande número de inscritos, tanto que o prazo final para o recebimento das inscrições foi remarcado, sendo necessário, inclusive, um “esforço concentrado” no atendimento dos candidatos que se dirigiram ao posto de inscrição, que funcionou das 10 às 12 horas, pela manhã, e das 14:30 às 18 horas pela tarde.⁴⁴ No documento que deveria ser assinado, primeira condição para a inclusão dos nomes dos candidatos na lista da ALEF, havia os seguintes princípios, transcritos na íntegra da nota oficial divulgada pela organização:

1) A manutenção e total aplicação dos valores cristãos e democráticos já incorporados à Constituição Brasileira; 2) exigência de uma política fortalecedora da família, que atenda seus direitos; 3) Aperfeiçoamento da organização sindical efetiva e mais ampla representação profissional dos diferentes órgãos e entidades públicas que lhe dizem respeito; 4) legislação especial que impeça os “dumpings”, cartéis, monopólios e outros artificios que embaracem a produção, prejudiquem o consumidor ou desvirtuem a atividade normal do comércio; 5) Combate à inflação monetária ou de crédito, estabilização da moeda e dos preços das utilidades; 6) Preservação do princípio da propriedade privada com as limitações exigidas pelo bem comum; 7) Promoção nas zonas rurais da organização do trabalho em comunidade; 8) Revisão do sistema de tributação, tendendo a reduzir e simplificar os impostos; 9) Apoio à política social que tenha como objetivos – erradicar o analfabetismo e as endemias – a educação de base, mormente nas zonas mais subdesenvolvidas – campanha para solução humana e adequada das “invasões” e “alagados”.⁴⁵

⁴³ Esta e as declarações anteriores ver em *O Estado da Bahia*, 21 de setembro de 1962, p. 2

⁴⁴ *Jornal Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1962, p.2

⁴⁵ *ATARDE*, 30 de setembro de 1962, p. 3

Como pode ser observado, os princípios abarcam um conjunto de temas e compromissos que seguem uma linha geral desenvolvida pela encíclica *Mater et Magistra*, publicada um ano antes pelo papa João XXIII, e que, dentre outras coisas, reconhecia a necessidade de reformas sociais, porém preservando a propriedade privada limitada pelo seu uso social. No conjunto, a encíclica pregava a necessidade de justiça social, realizada a partir de reformas norteadas pela afirmação dos valores cristãos.

Percorrendo os caminhos apontados pela encíclica, a hierarquia da Igreja, por intermédio da ALEF, não se furtava às discussões que envolviam a sociedade da época, defendendo princípios e projetos que podem ser didaticamente comentados a partir do campo temático em que se encontram. Logo no início do documento, os programas dos candidatos eleitos deveriam respeitar e garantir os princípios cristãos presentes na Constituição de 1946, muito provavelmente a possibilidade de ensino religioso nas escolas e a manutenção da frase “em nome de Deus”, herdadas dos acordos entre D. Sebastião Leme e Getúlio Vargas na Constituição de 1937. Na economia, defendia o combate à inflação, estabilização da moeda e dos preços, além de uma legislação que pudesse impedir os abusos das classes produtoras, como os monopólios e cartéis. Ao mesmo tempo, incorporava os discursos do setor produtivo ao defender uma simplificação e diminuição de impostos para as atividades desse setor. Com relação às classes trabalhadoras, defendia um aperfeiçoamento da organização sindical e sua representação profissional, destacando os trabalhadores rurais, cujo trabalho deveria ser reunido em comunidade. Por fim, uma política social centrada na educação e em melhorias no setor habitacional com a solução das invasões e das palafitas.

No geral, os compromissos exigidos defendiam um conjunto de reformas orientadas sob princípios humanistas e cristãos, que visavam promover uma justiça social cujos limites eram estabelecidos pela própria Igreja. Dentre os principais limites, podemos citar o respeito à propriedade privada, mesmo que seu uso estivesse condicionado à idéia vaga de “bem comum”, o que dava ao conjunto de princípios da entidade um caráter reformista que reafirmava os valores cristãos no plano da política.

Então esgotados os prazos para a inscrição, a ALEF fez publicar a lista com os nomes dos candidatos “aceitáveis” pela Igreja no dia 21 de setembro nos principais jornais da imprensa baiana. Em nota oficial escrita pelo responsável da organização, padre Luis Borja, a ALEF afirmava que “o clero jamais pensou em apresentar lista de candidatos”, porém o “clero e a Igreja reconhecem a gravidade da situação nacional e na missão que

Cristo lhe confiou, dedicará todo o seu empenho para, numa ação rigorosa e conjunta esclarecer os fiéis sobre a obrigação cívica de votar bem”.⁴⁶

O “empenho” e a “ação rigorosa” do clero baiano em sua missão de esclarecer os fiéis resultou na publicação da seguinte lista, no dia 21 de setembro:

GOVERNADOR: Antônio Lomanto Júnior; Valdir Pires.

PREFEITO: Hélio Machado; Virgildásio Sena; Alaim Melo e Graça Lessa.

DEPUTADO FEDERAL: Luis Régis Pacheco; Carlos Alberto Cincurá; João Dória; Manoel Ribeiro; Heitor Dias; Josafá Carlos Borges; Renato Franco; Theódolo Albuquerque; Rui Santos; Mário Piva; Rubem Nogueira; Nita Costa e Cícero Dantas.

DEPUTADO ESTADUAL: Nilton Paz; Gustavo Fonseca; Américo Lisboa; Luiz de Carvalho Pimentel; Osvaldo Bruno; Levi Martins; Joel Muniz; Germano Machado; Álvaro Fernandez da Cunha; prof. Nilton José de Souza Ferreira; Francisco Rocha Pires; Hildegard Câmara; Bião de Cerqueira; Diva Pitombo; A. Mendes Neto; José Amador Rocha; Afonso Maciel Neto; João Borges; Jutahy Magalhães; Cristóvam Ferreira; Menandro Minahim; Silvio Passos; Walfrido Moraes; José Falcão da Silva; Wilson Sales Leão; Áureo de Oliveira Filho; José Medrado; Wilson Lins; Osvaldo Dantas; José Nestor de Paiva Lima; Osmar Almeida; Oscar Cardoso; Pe. Bastos; Dr. Antônio Albuquerque e Urcício Santiago.⁴⁷

Como pode ser visto, os candidatos a vereadores e ao senado não foram listados, fato difícil de ser explicado devido ao silêncio das fontes.⁴⁸ No plano das suposições poderíamos conjecturar que a não publicação poderia ser decorrente da necessidade da ALEF de economizar tempo e trabalho devido a proximidade das eleições e ao grande número de candidatos, no caso de disputa das vagas para a Câmara municipal. A mesma conjectura, porém, não poderia ser aplicada para compreender a ausência dos candidatos ao senado federal, haja vista que houve apenas 4 inscritos⁴⁹, o que relativiza ainda mais a validade de nossa afirmação sobre os motivos para a ausência dos candidatos a vereadores.

⁴⁶ *O Estado da Bahia*, 21 de setembro de 1962, p. 2

⁴⁷ *Idem, ibidem*.

⁴⁸ Apenas em um periódico encontramos uma referência, lacônica por sinal, sobre o fato: “nestas eleições a ALEF não considerará as inscrições para vereador”. *Idem, ibidem*.

⁴⁹ Foram eles: Antônio Balbino; Josaphat Marinho; Dantas Júnior; Lima Teixeira.

Para governador, os dois principais candidatos foram relacionados, não constando o nome de Aristóteles Góes. Para a disputa da prefeitura de Salvador chama atenção a ausência do nome de Osório Vilas Boas, candidato pelo PSD, mesmo partido de Waldir Pires.

Para surpresa de todos, depois de 14 dias da publicação da esperada lista, faltando 3 para o pleito, a ALEF publica uma outra lista, alegando que, “extinto o prazo inicial para inscrições resolveu, contudo, a Aliança Eleitoral pela Família ensejar nova oportunidade para os que não tinham oportunidade (sic) de comparecer em tempo à sede da Aliança”.⁵⁰ O motivo parece não ter sido apenas este, visto que, além de acrescentar novos candidatos (que não haviam tido tempo de se inscrever), a nova lista, como pode ser vista abaixo, *excluiu* importante nome que estava na lista anterior.

Eis a segunda lista:

GOVERNADOR: Antônio Lomanto Júnior

PREFEITO: Hélio Machado; Virgildásio Senna; Alaim Mello; Graça Lessa

DEPUTADO FEDERAL: Luiz Régis Pacheco; Carlos Alberto Cincurá; João Dória; Manoel Ribeiro; Heitor Dias; Josafá Carlos Borges; Renato Franco; Theódolo Albuquerque; Ruy Santos; Mário Piva; Rubem Nogueira; Nita Costa; Cícero Dantas; Oscar Cardoso; João Mendes da Costa Filho; Aloysio Short; João de Almeida Freitas.

DEPUTADO ESTADUAL: Nilton Paz; Gustavo da Fonseca; Américo Lisboa; Luiz de Carvalho Pimentel; Oswaldo Bruno; Levi Martins; Joel Muniz; Germano Machado; Álvaro Fernandez da Cunha; prof. Nilton José de Souza Ferreira; Francisco Rocha Pires; Hildegardo Câmara; Bião de Cerqueira; Dival Pitombo; A. Mendes Netto; José Amador Rocha; Afonso Maciel Neto; João Borges; Jutahy Magalhães; Cristóvão Ferreira; Juracy Magalhães Junior; Menandro Minahim; Silvio Passos; Walfrido Moraes; José Falcão da Silva; Wilson Salles Leão; Aureo de Oliveira Filho; José Medrado; Wilson Lins; Oswaldo Dantas; José Nestor de Paiva Lima; Osmar Almeida; Pe. Bastos; Dr. Antônio Albuquerque; Urcício Santiago; Theócrito Calixto da Cunha; Edwaldo Brandão Correia; Mário Fernandez Resende; Bernardo Antônio dos Santos; Renato Cincurá de Andrade; Renato Medeiros Netto; Espedito Sampaio.

⁵⁰ A *TARDE*, 4 de outubro de 1962, p. 1

O leitor atento pôde perceber a inclusão de 4 candidatos para a Câmara dos deputados e mais 8 para a Assembléia Legislativa do Estado⁵¹, fato explicável pela intenção expressa da ALEF sobre a necessidade de dar uma segunda chance “para os que não tinham tido oportunidade de comparecer em tempo à sede da Aliança”. O que é de difícil explicação são os motivos para a exclusão do nome de Waldir Pires, candidato ao governo do Estado. Devido a maior relevância do cargo, do maior impacto político, e de localizar maiores indícios nas fontes, nos ateremos à explicação dos motivos da exclusão do candidato opositor ao governo do Estado.

Antes de qualquer coisa, é necessário relembrar as duas condições exigidas para a obtenção da benção da Igreja: a assinatura de documento que continha os princípios defendidos pela ALEF, e o fato dos candidatos não possuírem “acusações comprovadas por documento escrito de atitudes que contrariassem os princípios mínimos da organização”.

A primeira condição parece ter sido atingida por Waldir Pires. No dia 12 de setembro, na Igreja Nossa Senhora dos Clérigos, ocorreu uma reunião presidida por D. Augusto, na qual estiveram presentes dezenas de sacerdotes. A reunião tinha como principal objetivo “indicar os candidatos de confiança da Igreja ao pleito de outubro”, mais precisamente ao cargo de governador. Ficou decidido que “os candidatos ao governo do estado Waldir Pires e Lomanto Júnior terão salvo conduto pela Aliança Eleitoral pela Família, abrindo a questão e liberando os católicos para votarem em qualquer um dos dois”. Essa decisão seria o resultado da conclusão dos relatórios realizados pelas comissões de sindicância encarregadas de realizar o levantamento da vida pregressa dos candidatos. A partir desses relatórios, a ALEF “resolveu manter ‘suspensão de julgo’ para os candidatos a governador e prefeito”.⁵² Contudo, o que aparentemente revelava uma neutralidade por parte da Igreja, expressa na frase “suspensão de julgo” na avaliação dos candidatos, na verdade era o resultado de sua interferência direta na arena política. Essa “neutralidade mantida pela Aliança em relação aos Srs. Lomanto Júnior e Waldir Pires é devido ao fato de terem ambos os candidatos declarado, em documento da própria entidade, que não

⁵¹ Os nomes incluídos foram: Oscar Cardoso, João Mendes da Costa Filho, Aloysio Short, João de Almeida Freitas (candidatos à Câmara dos deputados); Juracy Magalhães Júnior (corrigindo um erro da lista anterior que tinha colocado o seu nome na lista de candidatos a deputado federal), Theócrito Calixto da Cunha, Edwaldo Brandão Correia, Mário Fernandez Resende, Bernardo Antônio dos Santos; Renato Cincurá de Andrade, Renato Medeiros Netto, Espedito Sampaio (candidatos à Assembléia Legislativa).

⁵² Todas as citações desse parágrafo ver em *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1962, p. 2

combateriam a linha adotada pela Igreja”.⁵³ Ou seja, Waldir Pires e Lomanto Júnior assinaram um documento no qual se comprometiam com os princípios da ALEF, fato que os colocava num mesmo plano, impossibilitando que a Igreja declarasse um posicionamento oficial favorável a qualquer uma das candidaturas, porém obtendo dos dois um comprometimento com seus interesses.

Contudo, as declarações de neutralidade não correspondiam às atitudes da ALEF na reta final da disputa eleitoral. Se a publicação da primeira lista dos candidatos aprovados pela Igreja, publicada no dia 21 de setembro, está coerente com essas declarações, já que constavam os nomes dos dois candidatos a governador, a surpresa da exclusão do nome de Waldir Pires da lista do dia 4 de outubro, ao apagar das luzes da corrida eleitoral, e mesmo a ausência do nome de Osório Vilas Boas (nas duas listas) revela que o organismo católico tomou partido de forma bastante clara na disputa política.

Caça as “bruxas de Moscou”: anticomunismo católico e campanha eleitoral

Para reforçar a nossa argumentação, continuaremos a investigar as possíveis razões para a exclusão do nome de Waldir Pires. Como o candidato opositor atingiu a primeira condição para a obtenção das bênçãos da Igreja, já que assinou documento no qual se comprometia com os princípios da Aliança, resta-nos a investigação sobre a segunda condição imposta pela Igreja atenta as “atitudes dos candidatos que fossem contrários aos princípios da entidade”. Para esclarecer essa condição, é necessário empreender uma investigação das notícias que os jornais publicaram, cruzando informações que revelem quais seriam essas atitudes, as condições concretas pelas quais os candidatos teriam, ou não, a benção da Igreja.

Já na cobertura dos noticiários sobre a reunião de criação da ALEF, no início de setembro, é possível encontrar informações reveladoras. O *Estado da Bahia* expressava as preocupações da Igreja para o período, afirmando que a “a situação do Brasil chegou a tal ponto que, a família baiana, tradicionalmente cristã, tem que tomar decisão franca e

⁵³ *O Estado da Bahia*, 13 de setembro de 1962, p.2

decidida contra o comunismo e contra o divorcismo”.⁵⁴ Preocupação análoga aparece no noticiário de *A TARDE* no qual foi publicado que “o perigo comunista mereceu a atenção dos sacerdotes, sendo ponto pacífico que a Igreja não transigirá com os candidatos vinculados ao credo de Moscou, ou que contrariem os princípios fundamentais defendidos pela Igreja Católica”.⁵⁵ No mesmo mês, D. Caetano, bispo de Ilhéus, em nota de esclarecimento ao eleitorado afirmava que “as próximas eleições podem ser decisivas para a sorte da Igreja e para a sorte do Brasil”, alertando para os eleitores que “os candidatos que têm compromissos com os comunistas, estão ajudando os comunistas a tomarem conta do poder. E se os comunistas tomarem conta do poder, que acontecerá?”.⁵⁶ A partir daí são listadas uma série de desgraças conseqüentes de um suposto domínio comunista, que incluía desde a expulsão de ordens religiosas até o assassinato em massa de padres e pais de famílias suspeitos de serem contrários ao comunismo.

Logo, as atitudes que contrariavam os princípios da Igreja, eram pensamentos e ações que tinham algum tipo de ligações com idéias comunistas. A produção e a utilização de um discurso anticomunista na arena do conflito político e social na Bahia já existiam desde a primeira república⁵⁷, principalmente na imprensa escrita. Nos primeiros anos da década de 60, principalmente a partir da chegada inesperada de Goulart à presidência, houve um recrudescimento dos discursos anticomunistas no Brasil. Acredito que na Bahia esse aumento foi ainda maior, devido ao grau de polarização das campanhas e da ação incisiva do clero baiano, historicamente um tradicional pólo de produção anticomunista nas questões políticas. Isso foi percebido por Dantas Neto que salientou o clima de “caça às bruxas” envolvendo as eleições de 1962 na Bahia⁵⁸, e a comunofobia sentida por candidatos ou eleitores que eram alvos ou estilingues dos ataques contra aqueles que professavam o comunismo ou idéias associadas. Nesse contexto, o índice da ALEF se

⁵⁴ *O Estado da Bahia*, de setembro de 1962, p.2

⁵⁵ *A TARDE*, 6 de setembro de 1962, p. 3

⁵⁶ *A TARDE*, 22 de setembro de 1962, p.8

⁵⁷ Como atesta a pesquisa realizada para o PIBIC, sob orientação do prof. Dr. Muniz Ferreira sobre a produção de um imaginário anticomunista na Bahia entre os anos de 1917-1924, e que resultaram em três comunicações apresentadas no Encontro Estadual de História (julho de 2004), na qual este autor participou com a apresentação do trabalho “A geração do demônio: um estudo sobre as origens do imaginário anticomunista baiano”. Ver em *Livro de resumos e programação-II Encontro estadual de História: Historiador, “a que será que se destina?”*. Associação Nacional de História-Núcleo Bahia. Julho/2004, p. 29. Ver também o livro de Rodrigo Patto Sá Motta, *op. cit.*

⁵⁸ DANTAS NETO, Paulo Fábio. “Elos mantidos: política e administração pública na Bahia (1958-1962). In *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004 (tese de doutorado), p. 174

tornava um dos principais instrumentos de legitimação para ações e discursos anticomunistas no âmbito da guerra travada pelos candidatos envolvidos na campanha.

Uma rápida passagem pelas campanhas dos candidatos que disputavam a prefeitura de Salvador revela a importância que o anticomunismo católico teve na verdadeira guerra de representações que envolveram os candidatos. O candidato pelo PDC, Hélio Machado, ainda segundo Dantas Neto⁵⁹, era estilingue do anticomunismo, fato exemplificado pelo ataque ao seu opositor, Virgildásio Senna, do PTB, que para ele “é comunista fichado, não somente na polícia, mas também no próprio Partido Comunista do Brasil”.⁶⁰

O bombardeio anticomunista parece ter sido intenso contra Virgildásio Senna, não apenas pelo fato de estar na frente da corrida eleitoral, mas pelo próprio passado que lhe assombrava. Foi “alvo de acusações, por ligações antigas e afinidades contemporâneas – nem sempre políticas, mas até pessoais e/ou profissionais – com a esquerda, vínculos que lhe valeriam, em 1964, deposição e suspensão dos direitos políticos”.⁶¹ Apesar disso, a Igreja não lhe furtou o apoio, visto que o nome dele constava nas duas listas publicadas pela ALEF. Porém, isto parece não ter sido suficiente para cessar os ataques que coloriam com tintas vermelhas a campanha de Virgildásio Senna. Foi necessária uma solicitação de apoio direcionada ao próprio D. Augusto para desfazer as intrigas, na qual o candidato

Vítima de uma campanha sistemática, por parte de inimigos gratuitos, com o objetivo exclusivo de o incompatibilizar com o eleitorado cristão desta capital, vem solicitar a vossa eminência se digne de declarar se, pelos reiterados pronunciamentos que já formulei, e pelo exame de sua vida, está ou não o signatário em condições de pleitear o voto e o apoio do eleitorado católico.⁶²

Na parte superior da nota, o Arcebispo Primaz atendeu ao apelo desesperado do candidato afirmando que

Em nome da Aliança Eleitoral pela Família declaramos que o Dr. Virgildásio de Senna, candidato às próximas eleições municipais, merece toda a confiança e apoio do eleitorado católico da Bahia, de vez que as incompatibilidades comunistas de que tem sido acusado são provavelmente inexistentes.⁶³

⁵⁹ *Idem, ibidem.*

⁶⁰ *A TARDE*, 10 de setembro de 1962, p. 2

⁶¹ Dantas Neto, *op. cit.*, p. 179

⁶² Virgildásio Senna. ver em *Diário de Notícias*, 30 de setembro de 1962, p. 1

⁶³ D. Augusto, *idem, ibidem.*

A declaração de D. Augusto tinha a firma reconhecida pelo 3º. Ofício de Notas, e é uma fonte importante para demonstrar a importância que a Igreja e o anticomunismo católico tiveram no contexto eleitoral regional e mesmo para a conjuntura nacional. O clamor de Virgildásio Senna pelo apoio do Cardeal para que atestasse a sua compatibilidade com o eleitorado cristão, demonstra a intensidade das acusações que associavam o nome dele ao comunismo a tal ponto de terem provocado uma resposta pública escrita. Nessa resposta, apenas a negação das acusações comunistas pelo réu não seria suficiente, mas sim a sua validação por uma entidade ou figura pública com respeitabilidade suficiente para tal. Isso só poderia acontecer com um posicionamento vindo da própria Igreja, exatamente o principal centro de difusão de discursos que alardeavam a ameaça comunista. Ou seja, para comprovar que *não era* comunista, o candidato tinha que buscar apoio em quem *produzia* o anticomunismo, no caso a Igreja.

O declaração dada por D. Augusto, falando em nome da ALEF, não se limitou apenas a livrar Virgildásio Senna das acusações comunistas, mas também de ter lhe dado apoio político direto já que enfatizava que ele “merece toda a confiança e o apoio do eleitorado católico da Bahia”. De fato, os posicionamentos da Igreja, tomados a partir de pronunciamentos da ALEF ou de D. Augusto, ocuparam um lugar importante dentro do conflito político da época, não sendo um elemento a ser desprezado pelos atores políticos, como bem soube o candidato a prefeito acima citado.

Outro dado empírico importante para reforçar esse argumento pode ser encontrado na visita do terceiro candidato à prefeitura de Salvador, Osório Vilas Boas, realizada ao principal representante da Igreja na Bahia, D. Augusto. Osório era ex-policia e presidente do Esporte Clube Bahia e se apresentava como candidato sem ligações ou compromissos partidários (apesar de candidato pelo PSD), como revelava o seu *slogan* “Osório e o povo contra o resto”.⁶⁴ Apesar disso, foi um dos que sofreram com acusações de envolvimento com o “credo de Moscou”, inclusive sentindo a desconfiança por parte da ALEF, que não publicou o seu nome nas duas listas emitidas pela entidade.⁶⁵ A visita ocorreu ao apagar das luzes eleitorais, e rendeu ao candidato a publicação de matéria paga em A TARDE, na qual uma foto mostrava-o beijando a mão do Cardeal. No título lia-se “Sua Eminência o Cardeal da Silva abençoa o candidato mais humilde” que (em outra parte da matéria) “vem

⁶⁴ Dantas Neto, *op. cit.*, p. 180

⁶⁵ Conforme depoimento de Luis Contreras a Paulo Fábio, Osório foi apoiado pela direção regional e por bases sindicais do PCB, que acabou se dividindo, já que uma parte do partido teria apoiado Virgildásio Senna. Ver em Dantas Neto, *idem*, nota de fim de página nº. 64, p. 511

sendo vítima de intrigas e calúnias”.⁶⁶ No dia seguinte, a mesma matéria é publicada, porém em outro periódico, com a diferença de ter um título mais enfático: “Recebeu o apoio da Igreja”.⁶⁷

Apesar dos esforços de Osório, a visita e as publicações que expressavam um suposto apoio da Igreja a sua candidatura não foram suficientes, já que a vitória coube à Virgildásio Senna. Isto não significa dizer que a presença da Igreja não era importante, já que o próprio candidato vencedor, como já foi sugerido anteriormente, tinha um apoio muito mais consistente por parte da Instituição. Na verdade, esses fatos reforçam a argumentação de que a Igreja realmente assumiu um papel de protagonista nas eleições, a ponto de um candidato com uma retórica suprapartidária, que procurava se descolar dos partidos, na reta final da campanha se inclinava “humildemente” para adquirir seu apoio.

Voltando à esfera da disputa estadual, num contexto de comunofobia a candidatura Waldir Pires foi se constituindo em alvo principal dos ataques, como pode ser percebido na cobertura do *Diário de Notícias* sobre a reunião de criação da ALEF. O periódico, apontando o posicionamento da Igreja em relação as eleições, informou que “a candidatura de Waldir Pires se acha ameaçada pelo eventual apoio do partido comunista, muito embora o deputado pessedista seja professor da Universidade católica da Bahia”.⁶⁸ Essa notícia revela de forma bastante clara a crença que a Igreja tinha do vínculo da candidatura Waldir Pires com os comunistas na Bahia. Essas suspeitas parecem que não eram de todas infundadas, pelo menos não para Dantas Neto que constatou o apoio do PCB ao candidato do PSD⁶⁹. Outro indício forte dessa ligação, foi a presença de Fernando Santana, deputado estadual comunista em 1946, no próprio PSD, partido de Waldir, disputando o cargo de deputado federal nas eleições de 1962.

Logo, uma condição fundamental para explicar a exclusão do nome de Waldir Pires da lista da ALEF, foram as relações pessoais ou partidárias do candidato com políticos ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Os documentos produzidos pela Igreja mencionados até este momento, e aqueles ainda a serem expostos neste capítulo, deixam bastante claro que a Igreja não toleraria “os candidatos que professassem o credo de Moscou”.⁷⁰ Mesmo para quem não cometesse esse “pecado mortal”, ter relações próximas

⁶⁶ *A TARDE*, 6 de setembro de 1962, p.1

⁶⁷ *Diário de Notícias*, 7 de outubro de 1962, p. 1

⁶⁸ *Diário de Notícias*, 6 de setembro de 1962, p. 1

⁶⁹ Dantas Neto, *op. cit.*, p. 163

⁷⁰ *A TARDE*, 6 de setembro de 1962, p. 3

com personalidades e grupos considerados ou concretamente envolvidos com o comunismo já seria motivo para uma atitude intolerante por parte da ALEF, interpretadas pela organização como “atitudes contrárias aos princípios defendidos pela Igreja”.

Porém, para além de uma relação simples e direta entre candidato-comunismo-excomunhão política, sugerida por uma leitura superficial dos discursos, devemos levar em conta toda a dinâmica social, toda uma trama social que é encoberta pela produção de discursos e que dela emana. Os discursos, muito além de serem percebidos como um véu que mascara, deforma ou distorce uma realidade concreta, também traduzem o conflito de classes e indivíduos, a partir de seus interesses e objetivos no campo da disputa política. Logo, faz-se necessário descortinar o lugar que a candidatura Waldir Pires ocupava no campo dos projetos de governo e práticas políticas em disputa nas eleições de 1962, assim como as relações que mantinha com determinados setores sociais. Logo, perceber a inserção da candidatura Waldir no campo da política e das relações sociais é uma premissa fundamental para compreender o posicionamento contrário da Igreja ao candidato do PSD.

Como abordamos no tópico que trata do contexto das eleições baianas, a candidatura de Waldir estava inserida nos marcos conceituais de uma modernização econômica caracterizada pela possibilidade de incorporar certas demandas de setores historicamente excluídos da participação política na Bahia. Seguiu uma tendência político-econômica caracterizada pelo nacional-desenvolvimentismo de Vargas e que, no Estado, teria na figura e gestão de Antônio Balbino (1955-1959) seu principal representante. Característica marcante dessa gestão foi a forte ênfase numa ação estatal que privilegiava o planejamento e a intervenção na economia, mediante a introdução de quadros técnicos o que, de certa forma, contrastava com as tradicionais relações clientelísticas que percorriam boa parte da administração pública no Estado. A candidatura Waldir Pires seria herdeira ou mesmo uma continuação direta do Balbinismo (o próprio Balbino integrava a coligação, sendo um de seus principais articuladores, disputando e vencendo as eleições para senador pelo mesmo PSD).

Essa ênfase numa forte intervenção e planejamento do Estado no âmbito da economia, parece que já tinha seduzido boa parte da tradicional elite política saudosista baiana, que parecia observar nessa intervenção a imagem de uma esfinge que poderia solucionar seus enigmas. Tanto que uma candidatura como a de Lomanto Júnior, vinda dos grotões do Estado, municipalista, com forte retórica baseada no homem sertanejo e que conseguiu aglutinar tradicionais forças dessa elite liberal, também reservava amplos

espaços em seus pronunciamentos para defender uma política industrializante e modernizadora. A despeito dessa semelhança, podemos sugerir que a candidatura Waldir Pires comportava uma ênfase maior numa racionalidade administrativa, com maior introdução de quadros técnicos, do que a candidatura de seu opositor, aparentemente mais afeita a práticas clientelísticas como sugerem as alianças que mantinha.

A diferença maior parecia estar, de fato, no campo das relações que Waldir Pires mantinha com certos setores sociais. Além do apoio do PCB

É precisamente em torno da candidatura de Waldir Pires ao governo do Estado que se aglutinará o conjunto das forças progressistas e populares, assim como o conjunto das organizações sindicais e partidárias da classe trabalhadora.⁷¹

É exatamente essa relação com forças populares, progressistas, que separava as duas candidaturas. Longe de um maniqueísmo simplista entre uma proposta progressista e outra conservadora, concordamos na importância dos compromissos de classe mencionados por Antônio Sérgio, nos quais

Waldir buscava apoiar-se nas mesmas forças que sustentavam politicamente o governo Goulart – a organização sindical, camponesa e a pequena burguesia reformista – Lomanto Júnior encontrava na burguesia agrária e na oligarquia, apavoradas com a perspectiva das reformas de base, e nos demais setores burgueses o sustentáculo para as suas aspirações políticas sem descuidar-se, entretanto, de procurar nas massas populares os votos de que precisava.⁷²

A assimilação da candidatura de Waldir Pires nos limites de um nacionalismo reformista, já seria suficiente para despertar rejeição por parte de setores do clero baiano, como o bispo de Ilhéus D. Caetano, que alertou aos eleitores que “se você der seu voto a candidatos nacionalistas de esquerda, você está votando contra a sua consciência, contra o Brasil. Interessante que os comunistas andam bem acobertados com o nome de nacionalistas. Nacionalismo...Reformas de Base...são ótimas peles de ovelha”.⁷³ Na mesma linha argumentativa está inserido o *manifesto ao clero baiano*, do padre Espínola, de Jequié, que vai alertar a seus pares sobre a “necessidade de estarem atentos contra todos os

⁷¹ Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. *A formação e a Crise da hegemonia burguesa na Bahia – 1930 a 1964*. Salvador: UFBA, dissertação de mestrado, 1982, p. 179

⁷² *Idem, ibidem*.

⁷³ *A TARDE*, 22 de setembro de 1963, p. 8

candidatos ‘nacionalistas’ de nacionalismo espúrio que, clara ou ocultamente, seguem as diretrizes de Moscou”.⁷⁴

Apesar de não ser mencionado de forma clara, no contexto das eleições de 1962, a associação entre nacionalismo e comunismo visava atingir o candidato oposicionista, haja vista que era ele que mantinha uma relação mais próxima, ou “compromissos de classe” como afirmou anteriormente Antônio Sérgio Guimarães, com os setores sociais que expressavam essas idéias.

É precisamente devido a esses “compromissos de classe”, que a candidatura Waldir Pires sofreu uma forte oposição por parte de setores conservadores da sociedade baiana. Ou seja

Waldir não era suspeito por sua trajetória (mais ligada ao ambiente tradicional da política baiana do que a do próprio Lomanto), idéias políticas ou convicções filosóficas, mas por admitir alianças tidas como capazes de levá-lo a compromissos indesejáveis.⁷⁵

Numa formação social historicamente marcada por uma participação política restrita, a possibilidade de que interesses dos setores organizados “dos de baixo” entrassem, mesmo que minimamente, no campo dos projetos de governo, não estava de acordo com as “tradições políticas da Bahia”. A não aceitação se traduzia em estranheza, como pode ser constatado no pronunciamento de encerramento de campanha de Lomanto Júnior na Praça de Sé, no qual o candidato afirma que “a Bahia repele nesta noite a interferência de forças estranhas nos seus altos destinos”.⁷⁶ Apesar do alvo não ter sido nomeado, o ataque tinha destino certo: objetivava desgastar o candidato opositor associando-o como o veículo através do qual “forças estranhas” (idéias comunistas e organizações de trabalhadores) interfeririam nos “altos destinos” (o governo do Estado) da Bahia.

Logo, diante de um quadro eleitoral pautado por diferenças marcadas mais pelas relações com setores sociais do que por projetos políticos de governo, o alto clero baiano, representado, principalmente, pela figura de D. Augusto, emprestará apoio à candidatura menos afeita às mudanças que poderiam ameaçar a prática política elitista baiana, tradicionalmente contrária a participação popular

⁷⁴ *A TARDE*, 28 de setembro de 1962, p. 2

⁷⁵ Dantas Neto, *op. cit.*, p. 178

⁷⁶ *A TARDE*, 5 de outubro de 1962, p. 1

Tomada de partido da Igreja durante a “purificação” eleitoral

Ao longo deste capítulo, procuramos compreender a participação da Igreja nas eleições gerais de 1962. Com base, principalmente, nas notícias, declarações e comunicados de setores do clero e da ALEF em periódicos da época, podemos chegar às seguintes considerações. A Igreja atuou fortemente nas disputas políticas, mais notadamente nas disputas para governador do Estado e prefeitura da Capital através de uma ação institucionalizada com a criação da ALEF e das declarações de membros do clero. Nos discursos produzidos por esses setores identificamos um conjunto de representações que se inseriam num imaginário anticomunista que, devido à presença engajada da Igreja durante as eleições, foi enriquecido mais ainda com um de seus componentes mais tradicionais: o anticomunismo católico.

Foi por meio dos discursos e ações da Igreja que o imaginário anticomunista contribuiu para promover a identificação e definição das pessoas ou grupos envolvidos no contencioso político, delimitando claramente dois campos opostos. A hierarquia da Igreja, ao produzir um conjunto de representações centrado no anticomunismo criava ou reforçava a imagem do comunismo como sendo “ateu”, “materialista”, “mau”, “autoritário”, contrário às tradições cristãs e à pátria. Isso gerava um campo oposto no qual a pátria e os valores cristãos eram os elementos simbólicos mais importantes. A delimitação destes campos foi se reforçando mais ainda, na medida em que as próprias campanhas políticas aderiram ao anticomunismo produzido pela Igreja, produzindo uma gama de discursos que tratavam de acusar o lado opositor de ser ou de estar do lado dos comunistas, pois isso poderia ser uma condição para a vitória. A Igreja, por ser a principal fomentadora do anticomunismo e da delimitação desses campos, aparecia como a instituição legítima e aparentemente mais neutra para a identificação dos candidatos neste ou naquele lado. Isso explica as filas de inscrição formadas por políticos no escritório da ALEF, localizado no 1º. andar da catedral da Sé, para assinarem um documento no qual aceitavam defender os princípios mínimos da entidade e, assim, garantir um “salvo conduto” que os livrassem do campo comunista.

A atuação da ALEF, então, garantia à Igreja legitimidade e reafirmava o seu lugar na sociedade e na esfera do político, como pode ser observado pelo comprometimento dos candidatos em defender os princípios da Instituição.

Ainda que as declarações de D. Augusto procurem demonstrar o contrário, a ação da Igreja, por intermédio da ALEF, nada tinha de neutra. As fontes consultadas revelam uma forte parcialidade, já sugerido pela escassa literatura que tratou do tema como já mencionamos anteriormente. O conteúdo da primeira lista com os candidatos aceitáveis, e mais ainda a lista definitiva, juntamente com as declarações de membros do clero em periódicos sugerem o apoio da Igreja às campanhas de Lomanto Júnior e Virgildásio Senna, candidatos a governador do Estado e prefeitura de Salvador. Apesar da impossibilidade de mensurar de forma precisa a influência da Igreja para o resultado final do pleito, é possível afirmar a sua importância enquanto agente participante da disputa eleitoral visualizada nos espaços a ela destinados pela imprensa escrita da época, e pela busca de seu apoio por parte de políticos.

Mesmo após as eleições, setores do clero nos dão exemplos da relação íntima entre Igreja e política nos quais a sua postura esteve longe de ser neutra. No dia 14 de outubro de 1962, amigos e correligionários do novo prefeito de Salvador, mandavam celebrar missa em ação de graças “em face do transcurso de seu aniversário natalício, e pela sua eleição para a prefeitura de Salvador”. O impacto e intenção da missa pode ser observada pelo próprio título da matéria, intitulada “Deus quis Virgildásio prefeito”. Esse título sintetiza o pronunciamento de padre Sadoc sobre a vitória do candidato: “em sua eleição manifestou-se mais uma vez a vontade suprema, pois nada é feito nesta terra sem o beneplácito de Deus”.⁷⁷ Essa espécie de “justificativa divina” afirmada pelo padre para a vitória de Virgildásio Senna, estava inserida no próprio apoio emprestado ao candidato por D. Augusto, sendo mais um exemplo, entre muitos outros, da intervenção da Igreja na esfera política baiana.

Finalmente, além dos pronunciamentos de setores do clero, também as afirmações de setores do campo político podem ser utilizados para sustentar a hipótese de uma ação engajada da Igreja no processo eleitoral. Após o pleito, um dos candidatos à prefeitura de Salvador, Osório Vilas Boas fará uma dura crítica à ação do clero baiano no processo eleitoral do qual saiu derrotado. Em pronunciamento na Câmara de Vereadores no dia 19 de novembro de 1962, “apontará a indústria do anticomunismo desenvolvida pelo clero baiano” como a principal causa de sua derrota. Ou seja, se o padre Gaspar Sadoc justificou a vitória de Virgildásio Senna através da ação de Deus, Osório vai justificar a sua derrota

⁷⁷ *Diário de Notícias*, 15 de outubro de 1962, p. 3

através da ação do clero. Como tradicionalmente a Igreja assume um lugar de intermediação entre a vontade divina e o mundo terreno, as duas afirmações, apesar de produzidas por pólos opostos, se complementam para a significação de uma ação política engajada da instituição. Não se contentando em apenas acusar genericamente o clero, resolve especificar seus supostos inquisidores, referindo-se ao padre Gaspar Sadoc, ao padre José e a um pároco da Igreja do Bonfim, acusando-os de haverem criado “um clima de mentiras para ajudar a vitória da marcha da corrupção montada pelos governantes desonestos a que servem”. O candidato derrotado, de fato, deveria estar bastante irritado. Acusou os três párocos acima de terem pagado para uma pobre mendiga sair pela cidade e, de porta em porta, dizer “sou a mãe de Osório Vilas Boas. Fui expulsa de casa pelo meu filho e agora tenho que pedir esmolas”. Além da imagem de péssimo filho, acusará o clero de ter manchado o seu papel de marido, por ter afirmado que espancava a própria esposa. Por fim, para coroar o desabafo, ao ser questionado sobre a acusação de ter sido apoiado por comunistas, vai reconhecer que este fato foi uma honra, disparando que “é melhor viver entre eles do que com os ladrões e safados que estão no meio do clero, que se locupleta com a indústria do comunismo”.⁷⁸ Essa última afirmação de Osório é uma fonte fundamental para sustentar duas afirmações feitas na pesquisa. Primeiro, confirma que, de fato, o candidato recebeu apoio de membros do PCB, a despeito de outros setores do partido terem apoiado a candidatura de Virgildásio, o que justificaria a resistência por parte da Igreja à sua candidatura. Segundo, reforça a afirmação sobre o lugar privilegiado que o anticomunismo adquiriu no imaginário político da época, amplamente produzido e utilizado nas eleições baianas, daí a utilização do termo “indústria”.

Com base em tudo o que foi até aqui exposto, podemos afirmar que, se havia de fato uma “indústria” do anticomunismo como afirmou Osório Vilas Boas, a Igreja da Bahia, na conjuntura do início da década de sessenta, era o principal pólo de produção, cuja matéria-prima era transformada em capital político utilizado para favorecer ou prejudicar candidatos e interferir no campo político baiano.

⁷⁸ Todas essas declarações de Osório estão em *Diário de Notícias*, 20 de novembro de 1962, p. 1

Capítulo II

Rezai o Terço: A Igreja na Cruzada do Rosário em Família

Outras tempestades ameaçam desabar modernamente, outras heresias surgem ameaçadoras, novos inimigos aparecem, todos investindo furiosamente contra a família, contra os lares cristãos. Mas, a Igreja está, como sempre esteve, atenta e vigilante, cônica de suas responsabilidades. É por isso que aprovou e abençoou a iniciativa do padre Patrick Peyton, promovendo a Cruzada do Rosário em Família.⁷⁹

“Guerra-fria” e anticomunismo

Em março de 1963, o PCB havia decidido realizar um *Congresso Continental de Solidariedade a Cuba* no então Estado da Guanabara. Proibido pelo governador do Estado, Carlos Lacerda, um dos principais opositores do governo Goulart, o congresso foi organizado em Niterói, na sede do sindicato dos operários navais. A realização do Congresso teve importante repercussão na época, a ponto de ter provocado a realização de uma pesquisa de opinião pública feita pelo IBOPE e publicada no jornal *A TARDE* com o título *O que o povo pensa sobre Cuba*⁸⁰. A pesquisa foi subdividida em quatro perguntas, e apresentou os seguintes resultados:

1 – Em sua opinião a realização do Congresso de Solidariedade a Cuba representaria uma ameaça para a Segurança Nacional e para as Instituições democráticas?

	Rica e média	Pobre	Pobre inferior	Total
Representaria	57 (%)	46 (%)	40 (%)	49%
Não representaria	26 (%)	27 (%)	21 (%)	25%
Não sabem	8 (%)	12 (%)	29 (%)	15%
Não opinaram	9 (%)	15 (%)	10 (%)	11%

⁷⁹ Padre Manoel Soares. *A TARDE*, 15 de março de 1963, p. 4

⁸⁰ *A TARDE*, 16 de março de 1964, p.4

2 – O (a) Senhor (a) acha que o governador Lacerda agiu bem ao proibir a realização desse Congresso?

	Rica e média	Pobre	Pobre inferior	Total
Agiu bem	69 (%)	60 (%)	58 (%)	63%
Não agiu bem	19 (%)	21 (%)	15 (%)	19%
Não sabem	7 (%)	8 (%)	19 (%)	11%
Não opinaram	5 (%)	11 (%)	8 (%)	7%

3 – Qual é, em sua opinião, a política que o governo brasileiro deve seguir com relação ao atual regime de Cuba?

	Rica e média	Pobre	Pobre inferior	Total
Aproximar-se dele	5 (%)	6 (%)	3 (%)	5%
Manter-se neutro	50 (%)	57 (%)	42 (%)	50%
Deve ser contrário a ele	38 (%)	24 (%)	38 (%)	33%
Não sabem	4 (%)	5 (%)	15 (%)	7%
Não opinaram	3 (%)	8 (%)	2 (%)	5%

4 – O (a) Senhor (a) é contra ou a favor de Fidel Castro?

	Rica e média	Pobre	Pobre inferior	Total
Contra	79 (%)	68 (%)	66 (%)	72%
A favor	9 (%)	13 (%)	10 (%)	11%
Não sabem	2 (%)	5 (%)	10 (%)	5%
Não opinaram	10 (%)	14 (%)	14 (%)	12%

Os dados levantados no Estado da Guanabara indicam claramente uma opinião negativa sobre Fidel Castro e o regime cubano. Ainda que a precisão dos resultados da pesquisa possa ser questionada, os números provavelmente refletem uma ampla campanha de combate ao comunismo promovido pela imprensa da época. A título de ilustração podemos citar as manchetes do periódico *Jornal Semana Católica*, que publicou uma grande quantidade de notícias relacionadas à URSS e países alinhados: *prisão de um bispo*

*mostra a verdadeira face da China libertada pelos bestiais comunistas*⁸¹; *estudantes estrangeiros criticam estudos na zona soviética; Cuba mostrou ao mundo os perigos da política soviética; anzol comunista de coexistência; espião comunista “double” de embaixador; o comunismo fechou 68000 templos na Rússia*,⁸²; *cortina de ferro sustenta a UNE*⁸³; *desordens vermelhas em Costa Rica e no Equador*⁸⁴; *a Hungria há seis anos sob intervenção soviética*⁸⁵; *adverte contra a central rural vermelha um prelado mexicano*⁸⁶; *miséria, fila e medo são constantes na Ilha traída e sob escravidão de Fidel*⁸⁷; *racismo virulento na URSS*⁸⁸.

Manchetes deste tipo eram publicadas apenas no periódico católico, mas também nos jornais de grande circulação da Bahia. Como as notas eram originárias de agências de notícias que municavam os jornais de diversos Estados, é possível afirmar que o resultado da pesquisa de opinião não seria muito diferente, caso o levantamento fosse realizado em outras regiões do país. Portanto, os resultados da pesquisa podem ser entendidos como efeito de uma campanha anticomunista que contribuía para uma percepção negativa da população em relação à URSS e países alinhados.

A inserção de Cuba na esfera de influência soviética, fato inédito para países deste lado do Atlântico, fazia da Ilha mais um elemento de combustão para a produção de um discurso anticomunista no início da década de sessenta, no qual ela agora passava a ser um dos principais alvos a serem bombardeados pela imprensa brasileira. Logo, não é de provocar estranheza a percepção negativa que a maioria dos brasileiros possuía sobre o regime cubano.

De fato, um dos grandes impactos da Revolução cubana foi contribuir para um recrudescimento do anticomunismo por estas bandas do Atlântico, a tal ponto de, no caso do Brasil, ter ocorrido, nos primeiros anos dessa década, um “segundo grande surto anticomunista”⁸⁹. A declaração de Fidel, adotando o marxismo-leninismo em dezembro de 1961, transformava Cuba e a América Latina num dos principais palcos da Guerra Fria. O

⁸¹ *Jornal Semana Católica*, 13 de janeiro de 1963, p. 3

⁸² Este título e os quatro anteriores, ver em *Jornal Semana Católica*, 3 de fevereiro de 1963, p.4

⁸³ *Jornal Semana Católica*, 10 de fevereiro de 1963, p. 3

⁸⁴ *Jornal Semana Católica*, 24 de fevereiro de 1963, p. 5

⁸⁵ *Jornal Semana Católica*, 3 de março de 1963, p. 3

⁸⁶ Notícia que criticava o surgimento de uma nova central campesina independente “nitidamente comunista”. *Jornal Semana Católica*, 3 de março de 1963, p. 5

⁸⁷ *Jornal Semana Católica*, 3 de março de 1963, p. 6

⁸⁸ *Jornal Semana Católica*, 17 de março de 1963, p. 6

⁸⁹ O primeiro surto teria sido a conjuntura de 1935. Ver Rodrigo Patto de Sá Mota. *op. cit.*, p. 232

governo norte-americano reagiu com medidas que, extrapolando o âmbito econômico e repressivo, abarcava também a propaganda e as campanhas anticomunistas mundo afora. Essas medidas encontraram grande receptividade em países como o Brasil, cujas classes conservadoras há muito tempo tinham o comunismo como principal inimigo a ser combatido nas suas arenas de disputa política.

Nesse sentido, o empenho anticomunista dos EUA era considerado uma bênção pela maioria de tais grupos, que viam os “irmãos do Norte” como líderes de uma luta de alcance global. Em resumo a influência norte-americana convergiu e se combinou com uma tradição anticomunista enraizada no Brasil havia décadas.⁹⁰

Essa convergência e combinação entre influência externa e uma tradição anticomunista no Brasil, pôde ser vislumbrada, concretamente, com a realização das grandes mobilizações de massa conhecidas como as “Cruzadas do Rosário em Família”. As Cruzadas eram um movimento com cunho religioso que, partindo da iniciativa de um padre irlandês radicado nos EUA, produziram a concentração de milhares de pessoas em eventos espalhados por diversas cidades do mundo e que, em Salvador, reuniu 600.000 pessoas em Junho de 1963.

O objetivo deste capítulo é reconstituir a realização da Cruzada do Rosário em Família em Salvador, compreendendo a participação da Igreja em sua organização, bem como analisar o lugar que a Cruzada, e, por conseguinte, a própria Igreja ocupou na produção de um imaginário anticomunista.

A bibliografia que trata da Cruzada ainda é bastante escassa, não sendo de nosso conhecimento uma obra que, de forma específica, tenha abordado a realização das outras Marchas realizadas no Brasil, muito menos a que ocorreu em solo baiano. Encontramos, sim, referências ou notas periféricas em uma literatura que, ora tem como objeto geral o contexto político no qual o Golpe de 64 ocorreu, ora aborda a ação de personagens que estavam envolvidos nesse processo, como a ação política das mulheres ou da Igreja católica. Nesse último caso, a Cruzada foi mencionada por se configurar como um espaço

⁹⁰ *Idem*, p. 232. Associado a essa tradição, o autor vai apontar outros fatores que contribuíram para a eclosão de um segundo surto anticomunista no Brasil e que muito se assemelham aos fatores já apontados por nós na introdução da dissertação: um aumento do número e engajamento de organizações “esquerdistas”, um processo de urbanização e industrialização e a expansão do ensino foram condicionantes importantes para o aumento da ação, tanto de comunistas como de anticomunistas no período (p. 233).

de atuação desses dois personagens, merecendo, por isso, destaque em trabalhos que lhes tinham como objeto de estudo.

Como forma de preencher as lacunas deixadas pela bibliografia, utilizaremos as informações fornecidas pela cobertura da imprensa da época que, além da simples propaganda sobre o evento, forneceu dados importantes sobre as origens da Cruzada, a sua organização, realização e impactos provocados na cidade de Salvador.

Origens do Rosário

As origens da Cruzada do Rosário gravitam em torno da ação do Padre Patrick Peyton, nascido em Carracastle, condado de Mayo, Irlanda, em janeiro de 1909. Dificuldades financeiras o teriam levado a emigrar para os EUA, onde, atraído pelo sacerdócio, ingressou na congregação de Santa Cruz. É a partir desse momento que a fundamentação religiosa da Cruzada começa a surgir, sempre relacionadas com as experiências vivenciadas por este personagem. Quando estava no terceiro ano de estudo em Teologia, Peyton foi acometido de tuberculose, momento em que teria sido aconselhado por um colega de sacerdócio a crer na intercessão da Virgem Maria. Melhorando o seu estado de saúde, decide dedicar-se ao culto de Nossa Senhora e de restituir a prática de rezar o Rosário nos EUA como forma de retribuir a graça alcançada⁹¹.

Já ordenado Padre, em Albany, Estado de Nova Iorque no ano de 1942, Peyton iniciou a pregação da Cruzada do Rosário em Família como “pagamento de uma dívida contraída com Nossa Senhora”⁹². Teria iniciado sua pregação no meio universitário, ampliando o raio de alcance de sua mensagem com a produção de programas de rádio. Em 1945, graças a um bom relacionamento com alguns artistas de Hollywood (Bob Hope, Loretta Young, Jimmy Stewart, Dom Ameche, Gregory Peck, Shirley Temple, Lucille Ball, Natalie Wood, Charlton Heston, etc.)⁹³ consegue meia-hora de transmissão numa importante cadeia de rádio nos EUA, passando a transmitir a recitação do Rosário em Família. Neste momento começaria a pôr em prática uma antiga idéia: “Se a publicidade

⁹¹ *A vida e obras do servo de Deus Padre Patrick Peyton CSC, o Padre do Rosário* disponível em [HTTP://www.rosarioemfamilia.org/padrepeyton.htm](http://www.rosarioemfamilia.org/padrepeyton.htm), p. 1. Acessado em 14 de março de 2008.

⁹² *A TARDE*, 22 de março, p. 4

⁹³ *A vida e obrasop. cit.* P. 1.

conseguiu que a coca-cola chegasse a todas as partes do mundo, porque também a publicidade não poderia fazer o mesmo com a oração?”⁹⁴

Foi exatamente com a utilização de todos os meios de comunicação e propaganda voltados para o grande público, como jornais, revistas, programas de rádio, televisão e cinema, que a campanha do Rosário obteve grande penetração nos EUA, a seguir espalhando-se por diversos países, contabilizando, no mês da concentração da Cruzada em Salvador, 317 Marchas por todo o mundo.

O crescimento em escala internacional e o largo uso das técnicas de propaganda exigiam grande quantidade de recursos que não poderiam ser advindos apenas do bom relacionamento de Peyton com os artistas de Hollywood. Alguns autores afirmam, hoje, que o departamento de Estado norte-americano disponibilizou recursos que financiaram a propagação da Cruzada por diversos países do mundo.⁹⁵ Se a afirmação está correta, o que levaria o governo dos EUA a contribuir com a divulgação de um movimento religioso em escala mundial? A resposta está relacionada com a percepção do sentido político que o conteúdo religioso da Cruzada produziu naquelas conturbadas décadas do século XX, e que será tratado de forma mais específica no final deste capítulo. De antemão podemos afirmar que, no interior de todo um discurso religioso, foi revelado um arsenal simbólico que a tornou um dos maiores movimentos anticomunistas do período. Isto pode ser demonstrado com uma breve análise do significado do principal símbolo utilizado pela Cruzada: o Rosário.

O Rosário, ou o Terço, teria sido revelado pela Virgem Maria a São Domingos em 1206, como uma arma espiritual a ser utilizada contra a “heresia” dos Albigenses. Há também a crença de que sua origem e popularização pela Europa teria se dado quando da realização das Cruzadas contra os Muçulmanos⁹⁶. Este símbolo católico está diretamente associado à devoção de Nossa Senhora de Fátima, adotada por muitos católicos como

⁹⁴ *Diário de Notícias*. 30 de maio de 1963, 2º. Cad., p. 4.

⁹⁵ Heloísa Starling. *Os Senhores da Gerais. Os novos inconfidentes e o Golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1996.*; Márcio Moreira Alves. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979; *Dicionário histórico-biográfico*. Verbetes.

⁹⁶ Edgard Royston Pike. *Diccionario De religions*. México, fondo de cultura, 1991, *apud* MATA, Sérgio Ricardo. *A Fortaleza do catolicismo: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60*. Dissertação de mestrado, UFMG, 1996, p. 157. O Terço é composto por contas enfiadas numa cordinha, divididas em cinco grupos de dez, separados por uma conta maior. Possui, também, uma corrente onde se prende uma Cruz. Na verdade, o Terço, enquanto objeto místico, teria origens não cristãs, como atestariam estátuas antigas de deusas hindus. Os muçulmanos já o teriam adotado no século IX e influenciado os cristãos nos embates na Terra Santa, como afirma Jean Mathieu-Rosay. *Dicionário do cristianismo*. Rio de Janeiro: ed. Ediouro, 1992, p. 278

protetora ou padroeira da luta contra o comunismo. O início dessa crença se deu quando, no ano de 1917, a Virgem Maria teria iniciado uma série de aparições, próximo a cidade portuguesa de Fátima, para três crianças que dela teriam ouvido diversas mensagens. Numa dessas mensagens as crianças teriam ouvido que,

Se não se converterem, a Rússia espalhará seus males pelo mundo, promovendo guerras e perseguições à Igreja. Os bons serão martirizados. O Santo Padre terá muito que sofrer. Várias nações serão aniquiladas...⁹⁷

Para os anticomunistas católicos, as condições nas quais a profecia foi revelada já era motivo suficiente para acreditar em sua veracidade, já que seria quase impossível que três crianças do campo, vivendo isoladas em Portugal, nos idos de 1917, pudessem antever e comentar o que estava acontecendo na Rússia naquele momento e mesmo nos anos seguintes. A partir desta revelação, estava eleita Nossa Senhora de Fátima, padroeira da luta contra o comunismo e fornecedora da principal arma espiritual contra o “credo de Moscou”: o Terço.

Numa de suas últimas mensagens, a Santa teria afirmado que a penitência e a oração seriam os “únicos meios capazes de afastar gravíssimos males que poderiam advir da justiça divina sobre a humanidade pecadora”.⁹⁸ Como forma de afastar esses males, a humanidade deveria, sobretudo, “rezar o Terço”, iniciando-se, assim, um profundo vínculo entre a Virgem e o Terço. Como a Santa era a padroeira da luta contra o comunismo, nada mais natural que o Terço, instrumento escolhido por ela para combater os males da humanidade, também fosse adotado por anticomunistas católicos como símbolo religioso em sua cruzada.

Logo, a escolha do Terço ou Rosário, como principal símbolo religioso da Cruzada não parecia apenas ser motivada pelo sentimento de agradecimento e dívida a ser paga por Peyton por uma graça da recuperação alcançada com a cura de sua enfermidade. Parecia haver, também, a preocupação em dotar o movimento com símbolos que produzissem um efeito catalisador das massas e que reforçassem a fé e a oração, através do combate ao comunismo.

Assim, o apoio e financiamento do departamento de Estado norte-americano à Cruzada do Rosário podem ser compreendidos pelo aumento de ações e campanhas

⁹⁷ Heloísa Starling. *op. cit.*, p. 236

⁹⁸ *Idem, Ibidem.*

anticomunistas que, num contexto de acirramento político e ideológico, encontraria um importante instrumento de combate ao “inimigo vermelho” em diversos países.⁹⁹

No Brasil, a popularização da Cruzada teria se iniciado com os pronunciamentos de D. Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, que “pôs-se a falar de um padre norte-americano que realizava milagres pela fé nas Filipinas”¹⁰⁰. A partir desta declaração houve uma rápida aceitação e popularização do movimento liderado por Peyton

Que demonstrou ser não apenas um perito em *mass media*, como também um cruzado do anticomunismo e um verdadeiro Cresco, cujos fundos pareciam inesgotáveis. Desta forma, com grandes fanfarras da imprensa, precedida por centenas de milhares de cartazes, saudada por jornalistas conservadores, difundida pela televisão e pelo cinema, entrou no Brasil a Cruzada pelo Rosário em Família do Pe. Patrick Peyton.¹⁰¹

A primeira capital a receber a Cruzada foi a cidade de Recife, em setembro de 1962, onde foram reunidas milhares de pessoas. Dois meses depois, no então Estado da Guanabara, algo em torno de 1.500.000 pessoas se aglomeraram entre a Igreja da Candelária e o Ministério do Exército. Em Salvador, o fenômeno não seria diferente já que, além da forte presença do catolicismo, havia também a atuação de um clero que não se furtava às ações que pudessem ampliar a influência da Igreja por intermédio da afirmação dos valores cristãos e do combate ao comunismo, e que encontraria na Cruzada um importante espaço para realizar esses objetivos.

A divulgação do Rosário

No dia 20 de março, uma sexta-feira, reuniram-se, na sede da Cruzada do Rosário em Família de Salvador, os bispos auxiliares D. Walfrido Teixeira e D. Adriano Hipólito, juntamente com vigários da Conceição da Praia, Chame-Chame, São Pedro, Rio Vermelho

⁹⁹ Até a chegada no Brasil, a Cruzada já havia visitado 44 países (*A Tarde*, 17 de março de 1963, p. 4) de todas as partes do mundo: “em Londres, no estádio de Wembley, metade da população cristã compareceu à manifestação; em Manilha, capital das Ilhas Filipinas, cerca de um milhão e meio de pessoas compareceu à grande concentração, superlotando o Luneta Parque; na Índia, em Bombaim, duzentos mil pessoas (muçulmanos e hindus) estiveram reunidos e renderam homenagens à Mãe de Deus” (*Diário de Notícias*, 16 de maio de 1963, p. 2.). A Cruzada também esteve presente no Canadá, Espanha, Austrália, Birmânia, Bélgica, Chile, Venezuela, Peru, Colômbia e continente africano (*Diário de Notícias*, 24 de abril de 1963, p. 2).

¹⁰⁰ Márcio Moreira Alves. *op.cit.*, p. 112

¹⁰¹ *Idem, ibidem.*

e Pituba. Ao lado deles, o Padre Joseph Quinn, diretor assistente e representante de Peyton na fase de divulgação da Cruzada.¹⁰² Nessa reunião foram definidas as 25 paróquias que organizariam as salas de projeção para a exibição dos 15 filmes coloridos sobre os *mistérios do Rosário*. Para que as exibições fossem realizadas, os vigários deveriam indicar 4 homens de suas respectivas paróquias para que, mediante curso iniciado no dia 20 do corrente mês, se tornassem técnicos e instrutores aptos para manejar as máquinas de projeção das películas.¹⁰³

Duas semanas depois, no dia 6 de abril, na sede da Congregação Mariana de São Luís, Praça da Sé, D. Augusto entregou os diplomas para as 60 primeiras pessoas formadas como técnicos e instrutores para a divulgação do Rosário em Família¹⁰⁴. Enquanto um grupo tinha a responsabilidade de manejar o projetor, outro tinha a incumbência de apresentar e explicar cada um dos 15 curtas-metragens que abordavam os 15 mistérios do Rosário, além do filme *A história do Homem que morreu para que nós vivamos* nas paróquias inseridas no primeiro setor¹⁰⁵.

Entre os dias 8 e 19 de abril, os filmes foram exibidos nas seguintes paróquias e locais:

Sé	Terreiro de Jesus
Nossa Senhora da Vitória	Sede da Paróquia, Associação Atlética, Conjunto Assistencial do Binóculo, Largo do Garcia e Vila América
Conceição da Praia	Docas
Santíssimo Sacramento e Santana	Sede de Paróquia, Largo da Palma e Boulevar América
São Pedro	Largo dos Barris e Largo Dois de Julho
Santana do Rio Vermelho	Largo da Matriz, Nordeste, Engenho Velho do Gonçalo e Ondina

¹⁰² *A Tarde*. 17 de março, de 1963, p. 4

¹⁰³ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*. 7 de abril de 1963, p. 2

¹⁰⁵ A comissão organizadora da Cruzada dividiu a cidade em 3 setores: a) primeiro setor – dioceses da Sé, Santana, São Pedro, Conceição da Praia, Vitória, Rio Vermelho, Chame-Chame, Pituba, Itapoan; b) segundo setor – Paço, saúde, Nazaré, Tororó, Santo Antônio Além do Carmo, São Cosme e Damião, São Judas Tadeu, Pitangueiras e Brotas; c) Terceiro setor – Pilar, Mares, Boa Viagem, Massaranduba, Boa Viagem, Alagados, Penha, São Jorge, São Caetano e dioceses do subúrbio. *Diário de Notícias*. 3 de abril de 1963, p. 2

Santa Terezinha	Matriz de Santa Terezinha, Rua Teixeira Mendes e alto das Pombas
Nossa Senhora da Conceição de Itapoan	São Cristóvão e Santo Amaro de Ipitanga
Nossa Senhora da Luz	Sede da Paróquia e Ubaranas

Fonte: *Diário de Notícias*. 6 de abril de 1963, p. 2

Além desses locais de exibição, os filmes também foram projetados nas escolas, fazendo parte de uma ampla campanha escolar com o intuito de apresentar os objetivos da Cruzada.

Estas foram as atividades da primeira fase da Cruzada do Rosário em Família em Salvador que, assim como nas outras 316 dioceses, em mais de 45 países, iria culminar com uma grande concentração popular, marcada para o dia 2 de junho, um domingo, em Salvador.

O objetivo de exibir os filmes do Rosário para o maior número possível de pessoas parece ter sido atingido. Pelo menos é o que sugere a afirmação do padre Calixto, da Paróquia de Nossa Senhora dos Paranhos, “que manifestou o seu contentamento pelo êxito da semana de filmes sobre os Milagres do Rosário”. Durante a exibição dos filmes, “elevado número de religiosos do Matatu, Luiz Anselmo, Cosme de Farias e de outras localidades da zona de Brotas compareceu à Igreja do Largo dos Paranhos a fim de assistir às películas”.¹⁰⁶

Já nessa primeira fase, fica evidenciado o amplo apoio da Igreja ao movimento na Bahia. O papel de unidades organizativas assumidos pelas Paróquias para a exibição dos filmes, assim como fornecimento de recursos humanos a serem treinados para dar suporte técnico necessário para a passagem das películas revelam ações concretas para a realização das atividades da Cruzada. As pessoas indicadas pelas paróquias e diplomadas como técnicos e instrutores do movimento apoiado pela Igreja assumiam funções que iam além do simples suporte técnico, mas também de “doutrinação”, com a apresentação e explicações dos mistérios do Rosário, ressaltando aspectos religiosos do movimento.

Outro exemplo mais claro de como a Igreja apoiou Cruzada foi a celebração de encerramento da semana de exibições dos filmes com a realização, na noite do dia 29 de abril, de quatro procissões de velas partindo dos bairros de Cosme de Farias, Luiz

¹⁰⁶ *O Estado da Bahia*. 29 de abril de 1963, p. 3

Anselmo, Santo Agostinho e da Paróquia de Bom Jesus dos Milagres, encerradas com a pregação e bênção do Santíssimo Sacramento.¹⁰⁷

Até aqui, com base na descrição das primeiras ações e eventos organizados pela Cruzada em Salvador, podemos observar o apoio efetivo prestado pela Igreja que, além do aspecto organizativo, também contribuiu com a própria legitimação do caráter religioso apregoado pelo movimento liderado por Peyton.

As fases seguintes que antecederam à concentração popular foram marcadas com ações que objetivavam dar visibilidade e angariar apoio popular à Cruzada. Sempre com a presença marcante da Igreja, representada por personalidades importantes do clero baiano que atuaram na organização e na execução das ações da Cruzada, o objetivo seguinte seria transformar a *divulgação* do Rosário em *campanha* propriamente dita.

A campanha do Rosário

Numa reunião realizada na tarde do dia 17 de abril, Padre Quinn e D. Walfrido Teixeira divulgaram as datas e locais dos três encontros que tratariam de apresentar à sociedade baiana o criador e líder da Cruzada: Padre Peyton. Esta fase de campanha consistiu em realizar encontros que pudessem promover ao máximo o movimento, sendo dividida em dois momentos: inicialmente um trabalho de divulgação da campanha realizada pessoalmente por Peyton; depois uma intensa utilização dos veículos de comunicação, associado a todo um conjunto de preparativos necessários para a realização da grande concentração.

No dia 22 de abril de 1963, padre Patrick Peyton desembarcou em Salvador para uma série de três conferências. O objetivo: promover e obter apoio da sociedade baiana para a causa da Cruzada, cujo principal lema era “a família que reza unida permanece unida”, estabelecendo, para isso, contatos com personalidades importantes, além de setores formadores de opinião.

A primeira conferência aconteceu no dia seguinte a sua chegada, no Palácio Arcebispal, no Campo Grande, às 20:00 horas. Além de profissionais da imprensa escrita, rádio e televisão, estavam presentes o “Governador Lomanto Júnior, o prefeito Virgildásio

¹⁰⁷ *Idem, ibidem.*

Senna, o comandante da 6ª Região Militar, general Souza Aguiar, além de representantes das classes produtoras e de entidades de classe”¹⁰⁸.

A abertura do evento foi feita por D. Augusto, que afirmou que “a oração em comum evitará a ruína da sociedade atual e a desintegração dos lares”. O Cardeal reforçava uma das idéias centrais que a Cruzada difundia e que tinha sido pelo movimento retomado a partir do culto a Nossa Senhora de Fátima: a oração como único instrumento para a salvação e cura dos males do mundo, como já abordamos anteriormente (ver pag. 50). Para atingir esse objetivo os cristãos deveriam atender ao apelo de D. Augusto: “conclamo a todos os fiéis da Bahia rezarem em família, para que permaneçam unidos, em favor da paz e tranqüilidade de todos os povos”. Na parte final do discurso, o Cardeal da Silva disse que “todos os baianos deverão participar da Cruzada para que, com amor os lares sejam íntegros, na esperança de paz para a cidade, para a nação e para o mundo”.

Depois de D. Augusto, padre Peyton falou para a imprensa e autoridades presentes sobre os objetivos da Cruzada do Rosário na Bahia, que foi por ele definida como “uma campanha intensiva de cinco semanas para restaurar a oração em todos os lares da arquidiocese”; narrou a história da campanha do Rosário, desde o seu início, em 1942, quando, nos três primeiros anos, falava para grupos de pessoas em “Igrejas, clubes e salas de conferência”; depois, descreveu o sucesso da Campanha em diversos países de todos os continentes, inclusive na África, onde a voz dele teria chegado “às mais famosas tribos do mundo (sic)”, ressaltando as campanhas recentemente realizadas no Brasil (Recife e Estado da Guanabara); delimitou a presença oficial da Cruzada na Bahia entre os dias 5 de maio e 14 de junho, abrangendo 40 dias nos quais a concentração do dia 2 de junho seria o seu clímax.

O encerramento do encontro foi feito pelo padre Quinn, que apresentou o plano de publicidade da Cruzada “constando de artigos, notícias locais e editoriais na imprensa, noticiários e filmes sobre o evangelho, na televisão; jingles e entrevistas no rádio, jornais e cinema, cartazes em cores; faixas, impressos e programas de alto-falante”¹⁰⁹.

Nessa primeira conferência é possível notar que a Cruzada lançava mão de todos os meios de publicidade e propaganda de massa disponíveis na época, para atingir o maior número de pessoas possíveis para a sua causa. O grande espaço ocupado na imprensa

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 24 de abril de 1963, p. 2

¹⁰⁹ Todas as citações desta página ver em *Diário de Notícias*, 24 de abril de 1963, p. 2

escrita na cobertura do primeiro encontro de Peyton com a sociedade baiana, juntamente com a presença das principais autoridades políticas que lhe deram as boas vindas, já revela o prestígio e a força que o movimento possuía e que já tinha sido demonstrado nas duas cruzadas anteriormente realizadas no Recife e no Rio de Janeiro.

Dois dias depois da primeira reunião entre Peyton, imprensa e autoridades, foi realizada uma segunda, no cine Excelsior, por volta das 10:00 horas da manhã, desta vez com o clero baiano. Estiveram presentes os principais membros da hierarquia, como o arcebispo D. Augusto, os bispos auxiliares D. Adriano Hipólito e D. Walfrido Teixeira Vieira, o diretor arquidiocesano padre Waltério, os organizadores da Cruzada Padre Quinn e padre Gleiser, além de numerosos religiosos.¹¹⁰ O principal objetivo dessa reunião foi preparar os vigários e leigos incumbidos de realizar a grande concentração do dia 2 de junho, sendo, para isso, utilizada a projeção do filme *chave da paz*, curta metragem de dez minutos de duração que abordava as ações da Cruzada pelo mundo.

Após algumas considerações de D. Augusto, padre Peyton explicou o espírito e a organização da Cruzada do Rosário, utilizando, para isso, da exposição de slides sobre a organização da campanha paroquial¹¹¹. A fim de dar uma melhor distribuição dos trabalhos realizados na campanha, foram nomeados por D. Augusto “16 coordenadores paroquiais que terão a incumbência de levar ao conhecimento de todas as paróquias desta capital e interior, o andamento do trabalho da organização da Cruzada”.¹¹²

A parte final da reunião ficou novamente a cargo do Padre Quinn, que tratou de questões práticas da organização do movimento. No final, foi projetado o filme *a descida do espírito santo* e entregue, para cada pároco, “um material para o trabalho que realizará nas paróquias”¹¹³. Esta última informação é importante, pois reforça mais ainda o argumento de que a Igreja engajou-se fortemente na campanha, por indicar uma provável ação de propaganda e difusão dos valores da Cruzada nas igrejas a partir da ação dos padres locais munidos por material entregue pela organização do movimento.

A terceira reunião aconteceu no dia 27 de abril, às 16:00 horas, numa assembléia geral de professores realizada no Instituto de Educação Isaías Alves, especialmente programada para receber a visita de Peyton.

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 26 de abril de 1963, p. 2

¹¹¹ *Idem, ibidem.*

¹¹² *O Estado da Bahia*, 17 abril de 1963, p. 3

¹¹³ *Diário de notícias*, 26 de abril de 1963, p. 2

A presença e deslocamento dos professores da rede de ensino para a assembléia geral não foram dificultados pelas autoridades, como normalmente seria de se imaginar em eventos deste tipo. Pelo contrário, o Secretário de Educação, Padre Luiz Palmeira, concedeu feriado para a tarde do encontro “com a finalidade de facilitar a assistência de todos os professores a esta Assembléia”.¹¹⁴ Além do cancelamento das aulas, também foi providenciado auxílio para o transporte dos professores com o deslocamento de ônibus especial, tanto na ida ao evento com a linha viaduto da Sé – Barbalho, às 15:00 horas, como na saída com a linha Barbalho – viaduto da Sé, às 18:00 horas.

As medidas para facilitar a presença dos professores parecem que surtiram o efeito desejado já que um público de mais de duas mil pessoas, formado em sua maioria por professoras, compareceram ao local. Assim como na reunião feita com o clero, a ornamentação do palco contava com a imagem de Nossa Senhora do Rosário e a frase escrita atrás dos oradores “a família que reza unida permanece unida”.¹¹⁵ Novamente um representante da Igreja esteve presente na figura de um padre chamado Belchior, que teve a incumbência de apresentar Peyton ao magistério da capital. Em seu pronunciamento, o principal líder da Cruzada

Lembrou aos professores as seis montanhas que tem a subir: primeira, Hora Santa de 5 de maio a 14 de junho; segunda, Missa oferecida em cada colégio, durante o período compreendido pela Campanha; terceira, oferecimento dos sofrimentos aos enfermos; quarta, instrução nas classes, sobre a oração em família, por meio de manual para os professores; quinta, assistência a grande concentração no dia 2 de junho; sexta, oração pela compreensão mundial.¹¹⁶

Esta citação oferece informações importantes sobre a campanha do Rosário. Quando o noticiário informa que Peyton “lembrou aos professores as seis montanhas que têm a subir”, há a sugestão de que houvera um contato anterior entre a Cruzada e o magistério, já que os professores só poderiam ser lembrados de algo que já conheciam. É possível que os professores já tivessem recebido os seis objetivos a cumprir quando, na primeira fase da campanha, os filmes do Rosário foram exibidos em escolas da Capital, como já mencionamos anteriormente (p. 53). Existe a possibilidade, também, de que o termo “lembrou” tenha sido adicionado ao discurso de Peyton no jornal, já que não há o uso das aspas no texto escrito pelo jornalista.

¹¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹¹⁵ *Diário de Notícias*, 28 de abril de 2008, p. 1

¹¹⁶ *Idem, ibidem.*

De qualquer forma, a Cruzada parecia centralizar esforços na arregimentação do maior número de pessoas possíveis, o que a direcionava para um dos principais espaços de formação de opinião pública: o sistema de ensino. O discurso que pregava as “montanhas” que os professores deveriam “subir”, parece ter sido uma metáfora que imputava aos profissionais de ensino um conjunto de metas e objetivos a serem cumpridos, independentemente dos sacrifícios que a “escalada” poderia cobrar. Dentre os “picos das montanhas” a serem alcançados, o trabalho dos professores, que deveriam explicar quais eram os objetivos da Campanha do Rosário aos alunos, era um dos mais importantes, pois divulgava os valores do movimento à juventude. Para isso, os professores receberam material apropriado, através dos quais deveriam fazer o trabalho de propaganda em sala de aula, e que, talvez, tenha sido o mesmo que os párocos já tinham recebido na reunião anterior.

A preocupação dos organizadores da Cruzada em utilizar o sistema de ensino não se limitou apenas à esfera da educação básica, mas também no âmbito do ensino superior. No dia 4 de maio, às 18:00 horas, no auditório da então Universidade da Bahia, no bairro do Canela, Peyton reuniu-se com o professorado universitário de Salvador. Além da previsível presença de membros importantes do clero, como D. Walfrido Teixeira Vieira e D. Adriano Hipólito, estiveram presentes figuras de projeção do círculo acadêmico baiano, como os reitores da Universidade da Bahia, Albérico Fraga, e da Universidade Católica, Monsenhor Eugênio Veiga, além do professor Thales de Azevedo.¹¹⁷

A reunião na Reitoria parece ter sido definida após a chegada de Peyton à Bahia, já que, nos noticiários que antecederam a sua chegada, a organização da Campanha do Rosário informara apenas as três reuniões já citadas. De qualquer forma, em seu discurso Peyton fez questão de mencionar a importância da função desempenhada pela maioria das pessoas presentes na reitoria.

Nas mãos dos professores de hoje, estão as famílias de amanhã, cuja responsabilidade de formação é grande, e que, por isso mesmo, necessitam da ajuda de Deus para conseguir o bem estar, a felicidade e o amor nas famílias.¹¹⁸

Num contexto de visita e propaganda da Cruzada na Bahia, fica a impressão de que a “ajuda de Deus”, necessária para a o cumprimento da “responsabilidade de formação” das

¹¹⁷ *Diário de Notícias*, 4 de maio de 1963, p. 1

¹¹⁸ *Diário de Notícias*, 4 de abril de 1963, p. 2

famílias por parte dos professores, estaria sendo fornecida pelo próprio movimento liderado por Peyton. O caráter religioso, e a própria ênfase na instituição “família”, reforçam uma sutil imagem da Cruzada como um “instrumento” de Deus no auxílio aos professores universitários em sua missão de formar as famílias, missão essa que poderia ser estendida, também, aos professores do ensino básico.

Depois de reunir-se com as autoridades políticas, o clero e educadores, chegara a vez de Peyton visitar a imprensa. Antes de viajar para Belo Horizonte (próximo ponto de visitação onde outra cruzada estava programada), se dirigiu aos escritórios do *Diário de Notícias* e do *Estado da Bahia*, para agradecer a cobertura que estes veículos de comunicação deram a campanha do rosário¹¹⁹. As visitas revelam o lugar privilegiado que os meios de comunicação, no caso a imprensa escrita, ocupavam no desenvolvimento da campanha da Cruzada, cuja primeira fase chegara ao fim.

No dia 5 de maio de 1963, em pronunciamento feito na TV Itapoan, às 12:00 horas, D. Augusto anuncia aos baianos a Carta Pastoral *Rosário em Família*. No conteúdo do discurso, o Cardeal faz um convite aos telespectadores “para conhecer melhor, amar e servir à Santíssima Virgem, empenhando-se em propagar, ajudar, dar entusiasmo e vida à Campanha”.¹²⁰ Com esta Carta, estava instalada, oficialmente, a Cruzada do Rosário em Família na Bahia, dando início a segunda fase da campanha que, além de continuar os trabalhos de divulgação e propaganda das idéias do movimento, agora desenvolveria os preparativos para grande concentração marcada para o dia 2 de junho.

Nesta fase, o Clero baiano novamente teve uma destacada atuação, como já denota a publicação da Carta de D. Augusto, que ordenava aos párocos baianos que Ela “fosse lida em todas as Igrejas, nos domingos e feriados, e explicada detalhadamente”¹²¹. Esta última frase, que encerrava o documento, deixava clara a disposição do Cardeal em mobilizar maciçamente o clero em benefício da esperada concentração religiosa que seria realizada em menos de um mês.

Como já foi dito, o objetivo agora parecia ser continuar o trabalho de propaganda e divulgação de valores, ao mesmo tempo em que se procurava dar conta de toda a infraestrutura que uma concentração gigantesca como a pretendida pela Cruzada exigia. Essas atividades foram coordenadas pela comissão organizadora do evento que teve a sua

¹¹⁹ *Diário de Notícias*, 30 de abril de 1963, p. 1 e *Estado da Bahia*, 06 de maio de 1963, p. 3

¹²⁰ *Diário de Notícias*, 5 de maio de 1963, p. 1

¹²¹ *Diário de Notícias*, 6 de maio de 1963, 2º cad., p. 3

diretoria eleita no dia 9 de maio. Na composição da diretoria ocupavam os principais postos Padre Quinn, como diretor geral, e o padre Waltério Gonçalves, como coordenador das paróquias.¹²² A seguir, abordaremos, primeiramente, os mecanismos de propaganda e divulgações dos valores do movimento realizados neste período, e depois todas as ações de suporte logístico para a grande concentração.

A estratégia de propaganda dos valores da Cruzada estava baseada nos seguintes mecanismos de divulgação: exibições de filmes, publicações de anúncios em jornais, utilização do rádio, atividades envolvendo o setor de ensino e, por fim, a ação dos párocos nas igrejas. Faltando poucas semanas para a grande concentração, a preocupação dos organizadores da Cruzada, agora, era sensibilizar o maior número possível de pessoas. Se anteriormente o alvo eram os setores ou funções que poderiam reproduzir e levar as idéias da Cruzada para o grande público, agora se procurava ir mais diretamente ao público alvo. Ou seja, de um trabalho anteriormente mais voltado para o clero, professores e imprensa, agora a campanha passava a atuar mais diretamente junto aos estudantes, aos católicos das dioceses e aos baianos de forma geral, num movimento de ação que caminhava no sentido do “atacado” para o “varejo”.

Com esse intuito, a Cruzada organizou uma série de visitas em dez hospitais de Salvador, nas quais filmes foram exibidos e distribuídos livretos explicativos “sobre a ‘história do homem que morreu para que você viva’, onde, no próprio leito, os enfermos assistem comodamente as fitas coloridas”.¹²³ A mesma ação também se desenvolveu nos hospitais e casas de saúde do interior, onde “os enfermos vêm ‘oferecendo as dores de sua moléstia’ para que todas as famílias tenham a coragem necessária de assumir o compromisso de rezar todos os dias ‘o Rosário em Família’ e cumpri-lo fielmente”.¹²⁴

Além dos espaços restritos dos leitos de hospitais e casas de saúde, a Cruzada novamente organizou uma série de exibições dos filmes em diversas paróquias, sempre começando às 20:00 horas, nos principais largos e praças dos bairros de Salvador.¹²⁵

¹²² Para os outros postos foram nomeados Alexandre Maia (cenário e decoração), Raimundo Figueiredo (som), Paulo Segundo, Djalma França e Urbano Duran Chamadoiro (transportes), Capitão Otto Freitas Aguiar e José de Oliveira Silva (trânsito), major Francisco Cabral e Rui pessoa (polícia), Djalma ribeiro e Ítalo Galdenzi (ordem), Vasconcelos Maia (relações públicas), Frei Tobias (música). *Diário de Notícias*, 10 de maio de 1963, p. 2.

¹²³ *Diário de notícias*, 11 de maio de 1963, p. 2

¹²⁴ *Diário de notícias*, 19 de maio de 1963, p. 2

¹²⁵ Paróquia Nossa Senhora do Pilar – rua do moinho Salvador, Paróquia Nossa Senhora da Penha; Paróquia Nossa Senhora da Penha – Praça da Ribeira, Largo do Papagaio e escola Simões Filho (invasão); Paróquia Nossa Senhora dos Mares – Largo dos Mares, rua Agrário de Menezes, rua Gelásio de Farias e rua Régis Pacheco; Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe – Alto do Peru, Fazenda Grande, São Caetano, Capelinha,

Outras regiões também mereceram a atenção dos dirigentes da campanha, que exibiram os filmes em 55 cidades e vilas das zonas do recôncavo e Feira de Santana.¹²⁶ As exibições parecem ter sido um sucesso e atraído grande público, com alguns lugares concentrando um público de mais de 6.000 pessoas.¹²⁷

Outro importante veículo de comunicação na estratégia de propaganda da campanha foi a publicação, em página inteira, de anúncios que divulgavam as idéias da Cruzada e informavam sobre a grande concentração do dia 2 de junho. Os anúncios foram publicados nos principais jornais de circulação da capital, sempre com imagens enormes de padre Peyton, orando com o Rosário na mão, e o slogan “A família que reza unida permanece unida”, anunciando “no dia 2 de junho, as 16:00 horas, grande concentração na Rua Chile”.¹²⁸

Por fim, a Cruzada não deixaria de utilizar o principal meio de comunicação na época: o rádio. No dia 19 de maio, a partir das 18:00 horas, todas as estações de rádio deveriam transmitir sermões baseados na Cruzada do Rosário em Família, sendo que “na Rádio Sociedade da Bahia falará o Frei Evaristo, na rádio Excelsior o frei Hildebrando e na rádio Cruzeiro D. Jerônimo de Sá Cavalcante”.¹²⁹ Apesar de não encontrarmos referências sobre outras transmissões desse tipo, o rádio, pela própria abrangência que possui em se tratando do público ouvinte, deve ter sido um importante meio de propaganda da Cruzada, principalmente para as regiões afastadas da capital. É importante chamar atenção para o fato de que a publicidade acontecia não apenas por anúncios pagos pela organização da Cruzada, mas também pelo próprio noticiário, tanto nos jornais quanto nas estações de rádio, sobre os acontecimentos em volta do movimento.

Com relação às atividades envolvendo o setor de ensino, constatamos uma ação mais direta que agora não envolvia apenas o trabalho de sensibilização junto aos professores, sejam eles da educação básica ou universitários. Agora o público alvo eram os próprios estudantes que, por intermédio de atividades didáticas ou da exibição de filmes e palestras, conheceriam os objetivos e valores do movimento, numa espécie de “campanha escolar”

Largo do Tanque; Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem – Largo da Boa Viagem, Largo de Roma e Pedra Furada; Paróquia São Jorge – Praça Vila Rui Barbosa, Praça Igreja da Massaranduba, Largo da Mangueira (Alagado); Paróquias suburbanas – Pirajá (Praça da igreja), Periperi (Praça da igreja), Plataforma (São Brás), Água Comprida (Praça Simões Filho), Pau da Lima (ponto de ônibus), Paripe (estação) e São Tomé de Paripe (Praça da Igreja). Diário de notícias, 11 de maio de 1963, p. 2

¹²⁶ *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1963, p. 2

¹²⁷ *Diário de Notícias*, 12 de maio de 1963, p. 2

¹²⁸ *Diário de notícias*, 5 de maio de 1963, 2º cad., pag. 1

¹²⁹ *Diário de notícias*, 19 de maio de 1963, p. 2

pelo Rosário. A principal atividade desenvolvida pela Cruzada do Rosário em Família neste sentido foi o lançamento de um concurso de cartazes envolvendo os alunos de todos os ciclos (primário, ginásial e colegial), que deveriam produzir cartazes com os temas *a família que reza unida permanece unida e um mundo que reza é um mundo de paz*. Os cartazes deveriam ser individuais, contendo o nome e idade do aluno, do professor, do curso e da escola a que pertenciam, devendo cada unidade de ensino estar representada por um cartaz por série, e entregá-los na sede da Cruzada entre os dias 18 e 21 de maio.¹³⁰

A culminância dessa campanha escolar aconteceu no dia 22 de maio, com uma mostra de 250 cartazes no Belvedere da Sé, momento em que os vencedores do concurso seriam homenageados e receberiam seus prêmios. A comissão que escolheu os vencedores do concurso foi constituída por D. Adriano Hipólito, prof. Angelo Lyrio Alves de Almeida, D. Caetano e o diretor da Cruzada Padre Joseph Quinn que, com a presença de diversos estudantes da capital, homenagearam os alunos autores dos melhores cartazes.¹³¹

Além dos estudantes do ensino básico, os universitários também foram alvos da campanha. No dia 14 de junho, na casa do estudante universitário, localizada na av. Sete de Setembro, os estudantes puderam assistir o filme *a História do Homem que morreu para que tu vivas*. Também foram realizadas pequenas palestras com a presença de prelados que explicaram “para um auditório superlotado” os valores da Campanha.¹³²

Por fim, falta pontuar a participação dos párocos nas igrejas, já aludida em nosso comentário quando da publicação da Carta Pastoral de D. Augusto. Na parte final deste documento, o Arcebispo ordenou que a Carta fosse lida e explicada, detalhadamente, em todas as Igrejas, nos domingos e feriados. Além dessa orientação, cabe lembrar que, quando do encontro de Peyton com o clero no cine Excelsior, no dia 25 de abril, foram entregues materiais para serem trabalhados nas paróquias. Esses dois dados nos fornecem subsídios para afirmar que as igrejas foram importantes espaços nos quais a campanha da

¹³⁰ *Diário de notícias*, 11 de maio de 1963, p. 2

¹³¹ Os vencedores do concurso foram: *curso primário* – Jardim de infantes, Maria Lucimar de Melo – escola Castro Alves; Angela Seixas Teles, 7 anos – Colégio São José; James Rocha Cerqueira, 9 anos – Escola Leopoldo Reis; Reginaldo B. Souza – Escola Braz Amaral; João Batista dos Santos, 14 anos – Liceu de Artes e Ofícios; Alberto Dias dos Santos, 12 anos – escola Leopoldo Reis. *Curso ginásial* – Luiz Roberto Santos Moraes – Ginásio São Bento; Neiltosn Dorsa Rodriguez de Oliveira – Ginásio São Bento; Lilia C. Cintra, 14 anos – Colégio N.ª Senhora das Mercês; Artur Jorge da Costa Pinto, 13 anos – Colégio Militar de Salvador; Marco Antônio Gonzaga, 14 anos – ginásio São Bento. *Curso colegial* – Guilhermano O. Lima – Colégio Ipiranga; Maria Laura Soares – Ginásio N.ª Senhora do Carmo; Ada Brito – Instituto de educação Isaías Alves. *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1963, p. 2

¹³² *Diário de Notícias*, 15 de maio de 1963, p. 1

Cruzada tenha se desenvolvido de forma bastante intensa por intermédio de um trabalho direcionado pelos párocos.

Assim, após uma campanha que durou mais de dois meses e que ocupou os principais veículos de informação e de opinião pública da época, como o cinema, rádio, jornais, escolas, universidade e igrejas, era muito difícil que, naqueles meses do ano de 1963, um morador da capital baiana desconhecesse ou mesmo não tivesse ouvido falar da campanha do Rosário em Família. Mais do que isso, a popularização dos valores do movimento poderiam ser vistos concretamente, quando toda uma multidão de pessoas, oriundas dos diferentes bairros de Salvador e de diferentes cidades da Bahia, numa tarde de domingo, marchavam com o Terço nas mãos, em direção à Praça da Sé.

A concentração do Rosário

No dia 30 de maio, Padre Peyton retornava a Bahia para celebrar a esperada concentração do dia 2 de junho. Bem informado das tradições locais, tratou de fazer uma visita a Colina Sagrada onde, na Igreja do Senhor do Bonfim, pediu “a benção para o total êxito da grande concentração e para o restabelecimento da Sua Santidade, o Papa João XXIII”.¹³³ Em seguida se dirigiu à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, cuja imagem foi escolhida para presidir o grande evento religioso, e “suplicou a Nossa Senhora derramar graças e proteção sobre todas as famílias da Bahia”.¹³⁴

Depois de descrevermos todo o trabalho de divulgação e preparação da concentração do Rosário, podemos, agora, verificar a culminância de todo o esforço realizado pelos organizadores do evento. O farto noticiário sobre as medidas de preparação e a própria cobertura da concentração pelos jornais permitem uma descrição detalhada do evento que levou a população de Salvador, em peso, ao Centro histórico da cidade.

Naquela tarde do dia 2 de junho (um domingo), saindo de diversos locais, uma multidão se dirigia para o Centro Histórico de Salvador. Das paróquias da cidade saíram milhares de pessoas, em peregrinações que contavam com bandas de músicas e estandartes. A previsão que os organizadores de algumas paróquias informaram à imprensa sobre o

¹³³ *Diário de Notícias*, 31 de maio, de 1963, p. 2. Durante a realização da concentração do Rosário, o Papa João XXIII ficou internado durante 4 dias, falecendo no dia 3 de junho, o que deve ter contribuído para sensibilizar ainda mais a participação dos católicos no evento.

¹³⁴ *Idem, ibidem.*

número de participantes revela o grande fluxo de pessoas que convergiram para a Praça da Sé, como foi o caso da Paróquia do Cristo Rei, Paróquia da Penha e Paróquia do Rio Vermelho, que teriam reunido 12.000, 10.000 e 8.000 pessoas respectivamente.¹³⁵ Do interior do Estado, diversas pessoas chegavam, com o terço nas mãos, ansiosas para participar do evento, oriundas de cidades como Ilhéus, Alagoinhas, Catu, Pojuca, Muritiba, Cruz das Almas, Esplanada, São Sebastião do Passé, Maragogipe, dentre outras.¹³⁶ Apesar do comitê de organização da Cruzada ter confirmado apenas as saídas dessas caravanas, é plausível acreditar que caravanas originárias de outras localidades também tenham marcado presença. Até mesmo grupos de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo confirmaram a vinda para a concentração, o que indica a grande repercussão que os organizadores da Cruzada conseguiram produzir ao longo dos dois meses de campanha.

É evidente que para dar conta de tal fluxo de pessoas era imprescindível uma atenção especial, por parte dos organizadores do evento, para um sistema de transporte que pudesse atender às pessoas interessadas em se dirigir para ao centro da cidade, principalmente às que moravam nos locais mais distantes do Centro. Residentes do subúrbio, por exemplo, puderam contar com os trens ferroviários em horários especiais que os levariam até o bairro da Calçada. Deste local, assim como para toda a área urbana de Salvador, foram colocados a disposição da população “ônibus que circularão seguindo rotas especiais, a partir das 11:00 horas, em número suficiente para que todo o povo possa chegar com grande facilidade à grande concentração da Cruzada do Rosário em Família”.¹³⁷ Para atender a demanda, mesmo o transporte em caminhões foi autorizado pela prefeitura, com boa parte desses veículos sendo fornecido pela Petrobrás e pela empresa Transportes Urbanos, facilitando bastante o acesso da população localizada na periferia da cidade.¹³⁸

Moradores das Ilhas também mereceram a atenção dos organizadores do evento. Com um acordo firmado com a Companhia de Navegação Baiana dois navios foram deslocados para atender a população. Um saindo de Maragogipe às 9:00 horas da manhã, com escala em São Roque e outro saindo de Itaparica, por volta das 14:00 horas com escala em Manguinhos e Amoreiras.¹³⁹

¹³⁵ *O Estado da Bahia*, 30 de maio de 1963, p. 3

¹³⁶ *Diário de Notícias*, 30 de maio de 1963, 2º cad., p. 4

¹³⁷ *O Estado da Bahia*, 28 de maio de 1963, p. 3

¹³⁸ *Diário de Notícias*, 16 de maio de 1963, p. 2

¹³⁹ *O Estado da Bahia*, 30 de maio de 1963, p. 3

Quanto a população do interior do Estado, além dos veículos particulares e das caravanas organizadas pelos próprios moradores locais, trens especiais foram colocados a disposição pela Companhia Ferroviária Leste Brasileiro, saindo de Alagoinhas às 11:00 horas da manhã e retornando por volta das 20:00 horas da noite com o oferecimento de um desconto de 50% sobre o custo normal da passagem.¹⁴⁰ Para algumas cidades que não possuíam esse tipo de serviço, 50 caminhões particulares foram disponibilizados gratuitamente.

Foi assim que, naquela tarde nublada de domingo, 600.000 pessoas chegavam e se aglomeravam no trecho compreendido entre a Praça Castro Alves e a Praça da Sé.¹⁴¹ Os números relativos à quantidade de pessoas presentes, ainda que exagerados pela imprensa, são realmente significativos, principalmente se levarmos em conta que, segundo o censo do IBGE, a população total da cidade de Salvador, em 1960, não ultrapassava 650.000 pessoas¹⁴². Logo, não seria um exagero afirmar que, por volta das 16:00 horas, uma boa parcela da população da cidade de Salvador olhava ansiosa para o palco monumental montado em frente à antiga Faculdade de Medicina a espera do início da celebração.¹⁴³ Presidindo o grande evento, colocada num plano superior e rodeada de flores naturais¹⁴⁴, a imagem de Nossa Senhora da Conceição da Praia, que há muito tempo não era utilizada num evento realizado na Cidade Alta.¹⁴⁵ No fundo do palco, num plano pintado de azul, as pessoas puderam ler, com letras douradas, o principal lema da Cruzada: “a família que reza unida permanece unida”.¹⁴⁶

Por volta das 15:00 horas, a multidão pôde ouvir, por intermédio de um sofisticado sistema de som distribuído entre as duas praças, uma série de hinos e marchas tocadas pelas bandas do exército, aeronáutica, polícia militar, corpo de bombeiros e Colégio dos

¹⁴⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁴¹ Nos dias anteriores ao evento havia chovido bastante em Salvador, porém, para os organizadores da Cruzada, o mau tempo não seria um problema, já que “a insegurança do tempo, se favorecer a chuva, apenas servirá, todos dizem, para testemunhar a fé do povo baiano”. *Diário de Notícias*, 2 de junho de 1963, p. 1

¹⁴² Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico de 1960 – BA*. VII recenseamento Geral do Brasil. Série regional, Volume I, Tomo VIII, S/D.

¹⁴³ A construção do palco fora iniciada no dia 25 de maio, e possuía 20 metros de comprimento por 12 metros de largura, tendo 3 metros de altura. *Estado da Bahia*, 28 de maio de 1963, p. 3

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, 2 de junho de 1963, p. 1

¹⁴⁵ Este fato já revela o grande prestígio que a Cruzada do Rosário, enquanto evento religioso, adquiriu na sociedade baiana, já que, a única vez em que a Imagem da Santa foi transportada para aquela parte da cidade ocorreu em março de 1946, na celebração do terceiro centenário de proclamação de Nossa Senhora da Conceição da Praia como padroeira dos povos de língua portuguesa. *O Estado da Bahia*, 31 de maio de 1963, p. 3

¹⁴⁶ *Diário de Notícias*, 23 de maio de 1963, p. 2

Órfãos de São Joaquim¹⁴⁷. O tom festivo da celebração foi completado com os coros do Seminário Convento de São Francisco, e Instituto livre Isaiás Alves que, juntos, reuniram 700 vozes para interpretar os Cânticos.

Os pronunciamentos começaram por volta das 16:30 horas quando o engenheiro Ivan Barreto, superintendente da Região de produção da Petrobrás, subiu ao palco e explicou o sentido da Cruzada, desde o momento em que o Padre Peyton foi curado pela Virgem Maria. A seguir, apareceram o mestre de cerimônia, padre Manoel Soares e o Arcebispo primaz, D. Augusto, que saudaram o público presente.¹⁴⁸ Após os primeiros pronunciamentos, a multidão, guiada pelo coro de 700 vozes, cantou o hino *a nós descei divina luz*.¹⁴⁹

Logo depois, o mestre de cerimônias convidou todos os presentes a rezarem os *cinco mistérios do Rosário*, acompanhando cada uma das cinco famílias designadas para subir ao palco. O primeiro mistério, dedicado à “Ressurreição”, foi rezado pelo governador Lomanto Júnior e família; o segundo mistério é o da “Ascensão” e foi rezado pelo prefeito de Salvador, Virgildásio Senna e familiares; o terceiro mistério é dedicado à “vinda do Espírito Santo”, e foi rezado pelo general Rafael de Souza Aguiar, comandante da região e família; o quarto mistério foi rezado pelo operário Waldiro Bispo Mercês e família, se referindo à “Assunção”, quando o corpo da Virgem Maria foi levado ao céu; por fim, a última oração, que simbolizava a “coroação” da Virgem como rainha dos céus, ficou a cargo do camponês Paulo Almeida e sua família. Realizada as orações, foi entoado o hino *Nossa Senhora – Ave de Fátima*, que serviu de introdução para a chegada do personagem mais esperado da tarde.¹⁵⁰

Após a apresentação feita por D. Augusto, subiu ao palco Padre Peyton, diante de milhares de pessoas que formavam a imagem de um mar de lenços brancos em movimento, nas ruas e nas janelas dos casarões e prédios que rodeavam o centro histórico da cidade. Durante 20 minutos falou e benzeu os Terços de todos os presentes. Novamente uma pausa para que fosse cantado um hino louvando à Maria. Por fim, num dos pontos altos da

¹⁴⁷ Para uma multidão que se estendia até a Praça Castro Alves, era necessário um eficiente sistema de som que permitisse a audição dos pronunciamentos e orações proferidas no palco. Para atender esse objetivo foram instalados 40 caixas de som, 6 microfones e 6 amplificadores distribuídos em duas torres, uma em cada Praça. *Diário de Notícias* 2 de junho de 1963, p. 1

¹⁴⁸ *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1963, p. 1

¹⁴⁹ *O Estado da Bahia*, 3 de junho de 1963, p.1

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1963, p.1

celebração, Peyton leu a Benção Apostólica do papa João XXIII “que apontou a eqüidistância dos extremos como caminho da paz e da felicidade”.¹⁵¹

Na parte final da cerimônia, D. Augusto abençoou todos os baianos que, num coro uníssono, cantaram o último hino da noite: o hino nacional. Após a finalização da cerimônia, um último ato para encerrar a noite: a celebração da missa dominical que, excepcionalmente, por determinação de D. Augusto que suspendeu as missas realizadas nas Igrejas da Capital, foi rezada apenas para a multidão presente na concentração, transformando o Terreiro de Jesus e adjacências numa grande catedral a céu aberto.¹⁵²

A Cruzada do Rosário

Uma semana depois da grande concentração que parou Salvador, o senhor Emeretério, morador da região de Alagados, recebia a visita de dois líderes religiosos da Paróquia Nossa Senhora da Penha. Nas mãos dos visitantes, um cartão formulário onde se via o desenho de uma família rezando de mãos dadas sobre um *mapa mundi* rodeado por um Terço. O título do cartão: promessa do Rosário em família¹⁵³.

A cena deve ter se repetido em milhares de lares de diferentes cidades da Bahia nas últimas semanas de junho de 1963, e fazia parte das últimas ações do movimento do Rosário na Bahia. Milhares de homens deveriam visitar o maior número de famílias e delas obterem a promessa, por escrito, mediante a assinatura de cartões de compromisso, de rezarem o Terço todos os dias.

A estratégia final do movimento parecia querer transformar a concentração numa grande cruzada, que pelas características de sua realização e mesmo pela cobertura jornalística que foi feita, parecia reivindicar o espírito daquelas grandes mobilizações católicas do início do século XI, agora transplantadas para meados do século XX.

O objetivo era obter o compromisso de mais de 400.000 pessoas, com a entrega de 200.000 cartões através de uma multidão de “cruzados” formada por mais de 20.000 homens.

Para chegar a essa meta, esses homens, pais de família, operários, intelectuais, agricultores, profissionais, etc., estão se preparando para visitar cada

¹⁵¹ *O Estado da Bahia*, 3 de junho de 1963, p.1

¹⁵² *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1963, p. 2

¹⁵³ *Diário de Notícias*, 11 de junho de 1963, p. 2

lar e obter, de cada membro da família, a promessa de rezar, diariamente o terço em comum.¹⁵⁴

No dia 9 de junho, após 5 semanas de treinamento realizado nas paróquias, esses “cruzados do Rosário” passaram a visitar os lares baianos. Essa ação de Cruzada não foi uma exclusividade do movimento do Rosário na Bahia, mas seguia um roteiro ensaiado e executado anteriormente em outras partes do mundo.¹⁵⁵

O caráter de “Cruzada” exigia a benção do papa, tal como ocorrera 8 séculos atrás. Foi de um trecho de uma carta que João XXIII enviou ao Padre Peyton que os organizadores puderam reforçar o sentido sagrado das visitas que os cruzados do Rosário estariam cumprindo. Para esses “novos cruzados” o Papa parecia dar a seguinte benção:

Pedimos de coração, ao Senhor, que os assista com suas graças, amado filho, em seu empenho como penhor de tais bens, comprazemo-nos em outorgar-lhe Nossa Benção Apostólica que, gostosamente, entendemos a quantos os ajudem nessas tarefas e a quantos, em seus lares, honram com tal louvável prática à Rainha dos Céus e da Terra”¹⁵⁶

A principal arma utilizada por estes verdadeiros “cruzados do Rosário” era o convencimento de suas palavras associado ao valor simbólico que a assinatura do cartão de compromisso continha. Assinar o cartão não era simplesmente se comprometer em “rezar todos os dias com a família”. Nas palavras do próprio padre Peyton, dirigidas ao povo baiano

O cartão de promessa é o vosso voto por Nossa Senhora. O cartão de promessa é o vosso salvo conduto. O cartão de promessa é o vosso passaporte para a região da paz. O cartão de promessa é um símbolo visível e tangível de extraordinárias e invisíveis graças, benção e alegrias. O cartão de promessa é o vosso caminho para a compreensão para a mútua estima e para uma efetiva unidade, paz, amor, harmonia, integridade, justiça, fidelidade no lar.¹⁵⁷

A citação sugere que eram duas as principais faculdades do cartão de compromisso. Uma era a de propiciar a harmonia do lar e da família; outra era a de ser um mecanismo de obtenção de graças divinas, dentre as quais a garantia de chegar ao paraíso chama a

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1963, p.5

¹⁵⁵ Na África, por exemplo, aconteceram situações bastante insólitas, como a exigência de um membro de uma comunidade que morava no campo, para que pudesse assinar três Cartões de promessa, uma para cada esposa, o que foi negado pelo reverendo local. *Diário de Notícias*, 2 de junho de 1963, p.2

¹⁵⁶ *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1963, p.5

¹⁵⁷ *O Estado da Bahia*, 7 de junho de 1963, p. 3

atenção, por nos remeter às famosas Cartas de Indulgências, documentos utilizados pela Igreja ao longo dos séculos, através dos quais os fiéis poderiam obter a remissão dos pecados mediante a realização de obras ou o pagamento de recursos. Para obter as graças prometidas pelo cartão de compromisso, o indivíduo deveria apenas reunir a “família no momento mais conveniente do dia para rezar a Deus, através de Maria e com Maria Mãe Celestial, seu Terço”.¹⁵⁸

Foram com esses objetivos e instrumentos que os 20.000 “cruzados do rosário” marcharam em direção aos lares de milhares de famílias baianas. Novamente a Igreja Católica na Bahia prestará total apoio e auxílio em mais essa ação do movimento, tanto na figura de D. Augusto, que antes de viajar para Roma, para o conclave do novo Papa, “despediu-se de todos os baianos recomendando-lhes afirmar a promessa do Terço em família”¹⁵⁹, quanto nos vigários que estavam orientados a reportar a quantidade de compromissos que cada paróquia conseguiria atingir.¹⁶⁰

Infelizmente, nenhum dos três periódicos pesquisados noticiou o quantitativo de promessas atingidas ou quaisquer outras informações sobre as atividades da Cruzada na Bahia além daquelas já abordadas.¹⁶¹ De qualquer forma, pelo menos naqueles meses de junho em que o movimento do Rosário esteve presente na Bahia, boa parte dos baianos parece que atendeu ao pedido de Padre Peyton, feito em sua carta de despedida quando deixava a Bahia. Nesta última declaração em solo baiano, apelava para que “sejam vossos lares, lares do terço, e vossa experiência familiar arraste milhões de outros a compreender e saberem que ‘a família que reza unida permanece unida’”.¹⁶²

Defendendo a “pátria santa”: o caráter do rosário em torno de 64

A compreensão do lugar ocupado pela Cruzada do Rosário em Família no contexto político que precedeu o Golpe de 64 passa, necessariamente, pela compreensão da relação entre o caráter e o sentido do movimento. Isto é, era a Cruzada do Rosário em Família um movimento apenas religioso que ganhava conotações políticas devido à conjuntura de

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, 9 de junho, de 1963, p.2

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1963, p.5

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, 11 de junho de 1963, p.2

¹⁶¹ É muito provável que os números de promessas atingidas tenha sido expressivo, aumentando um número que, até a realização da Cruzada na Bahia somava um total de 16.000.000 milhões de promessas em 45 países visitados. *O Estado da Bahia*, 24 de abril de 1963, p. 3

¹⁶² *O Estado da Bahia*, 7 de junho de 1963, p.5

polarizações externas (guerra-fria) e internas (janguistas *versus* antijanguistas), ou um movimento político anticomunista revestido de religiosidade com o intuito de atingir o maior número de pessoas possíveis?

A bibliografia consultada está mais inclinada a sustentar a segunda hipótese, seja priorizando o caráter de classe dos participantes do movimento, como fez Márcio Moreira Alves que definiu a Cruzada como inserida “no quadro mais vasto da mobilização da classe média e das cidades contra o regime Goulart”¹⁶³; seja como uma ação “organizada de modo a conduzir as massas a uma ‘intoxicação mística’ habilmente canalizada para a militância política”, como afirma Heloísa Starling¹⁶⁴.

Um dos principais argumentos utilizados por esses autores para definir o caráter político atribuído à Cruzada é a presença de um forte discurso anticomunista. Porém, como constatou Sérgio Ricardo da Mata, nas breves considerações que fez sobre a presença da Cruzada do Rosário em Família na cidade de Belo Horizonte, a análise dos discursos da época com base “na leitura de textos relativos à ‘Cruzada’, como a Carta Pastoral de D. João[arcebispo coadjutor de Belo Horizonte], aparentemente desautorizam tais conclusões, já que não há qualquer menção ao ‘perigo comunista’”. Apesar desse autor reconhecer certo exagero na afirmação de que o sentido anticomunista lhe fosse tão explícito, para ele não haveria como negar que na Cruzada “pode-se perceber a manipulação de toda uma carga simbólica que nada parece ter de ingênua ou inocente”¹⁶⁵.

A metodologia encontrada por nós para uma análise mais apurada do caráter político do movimento consistiu na investigação e busca dos discursos relacionados ao anticomunismo produzidos pela própria Cruzada, através de seus organizadores e setores que lhe prestavam apoio, e também da investigação de manifestações que criticavam o próprio movimento.

Dos documentos produzidos pela própria Cruzada, em apenas um encontramos uma afirmação explicitamente anticomunista. Na primeira das muitas propagandas de página inteira publicadas nos jornais da Capital, a Cruzada explicava que uma das principais ameaças ao cristianismo eram as forças que atuavam para desagregar a família, dentre as quais duas se destacavam. De um lado a deformação dos costumes, de outro “as forças do materialismo ateu, procurando lançar a semente do ódio entre as criaturas, derrubar a

¹⁶³ Márcio Moreira Alves, *op. cit.*, p. 112

¹⁶⁴ Heloísa Starling, *op. cit.*, p. 238

¹⁶⁵ Sérgio Ricardo da Mata, *op. cit.*, p. 156

ordem espiritual do mundo”.¹⁶⁶ Mesmo nas outras publicações e pronunciamentos de Padre Peyton ou Padre Quinn, não encontramos referências que apontassem, explicitamente, o combate ao comunismo.

Se no discurso oficial da Cruzada encontramos apenas essa referência explícita ao comunismo, outra possibilidade de investigação seria buscar os discursos daqueles que estiveram envolvidos na campanha, seja dos que apoiavam vivamente o movimento, seja daqueles que a ele se opuseram.

Do interior da Igreja, pudemos resgatar a impressão, bastante viva ainda, de quanto havia de anticomunismo na Cruzada do Rosário, vista como

A maior concentração que já houve na história da Igreja na Bahia. Toda a Praça da Sé tomada. E a gente não sabe o porquê. Parece que foi uma gota d'água num terreno seco. Parece que estávamos esperando uma coisa que mexesse com os nervos espirituais do povo, aí ele[padre Peyton]veio com essa campanha 'a família que reza unida permanece unida', falava contra o comunismo, contra os ateus. Hoje não se admite mais uma campanha dessa, mas naquele tempo foi nota dez”¹⁶⁷

A memória do entrevistado, na época vigário da Igreja de São Judas Tadeu, parece guardar, de forma bastante viva, o impacto e mesmo a comoção que a concentração provocou em boa parte da população católica, principalmente para aqueles que estiveram envolvidos diretamente em suas atividades, como foi o caso de boa parte do clero baiano. A forte lembrança de que a cruzada falava “contra o comunismo, contra os ateus” narrada pelo entrevistado é de grande relevância, pois, como já era padre na época, provavelmente participou das atividades de divulgação que a Cruzada realizou junto ao clero.

Mesmo num noticiário que cobriu a grande concentração, houve a percepção, por parte do jornalista, de que o evento ia além de uma demonstração de fé: “havia também, naquela incalculável aglomeração o objetivo indisfarçável de demonstrar que o povo baiano é cristão e não aceita ideologias contrárias a sua fé”¹⁶⁸. O recado podia não ter o nome do destinatário, porém o endereço estava claro: a frase “ideologias contrárias a sua fé” pode ser traduzida como “o comunismo ou o materialismo ateu”, que novamente aparece como um elemento a ser combatido pela cruzada.

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1963, p.5

¹⁶⁷ *Monsenhor Gaspar Sadoc*. Entrevista concedida em 24 de novembro de 2007

¹⁶⁸ *A TARDE*, 2 de junho de 1963, p 1

Outro importante dado que reforça o argumento que sustenta o forte anticomunismo da Cruzada do Rosário em Família é a existência de uma mobilização anticruzada realizada exatamente por aqueles que seriam alvos de uma campanha anticomunista: os próprios comunistas ou grupos que eram assim definidos pelo pensamento católico. É importante frisar que a utilização do termo “comunista”, presente tanto nos discursos de setores conservadores da Igreja quanto de setores conservadores da sociedade brasileira, comportava uma gama imensa de organizações. No campo das ações e pensamentos dessas organizações poderíamos encontrar desde a defesa de um programa mínimo de reformas sociais via o parlamento, até a defesa da luta armada para atingir seus objetivos. Isto quer dizer que, inclusive baseado nas fontes consultadas, não é possível afirmar que as ações de protesto definidas como “comunistas” tenham sido de fato realizadas pelos comunistas baianos. Na verdade, qualquer um que cultivasse idéias avançadas e adotasse posições progressistas poderia ser estigmatizado como comunista, inclusive pessoas da própria Igreja.

Com o título sugestivo de “unhinhos de fora”, o *Jornal Semana Católica* revela algumas ações de grupos contrários a campanha do Rosário.

Como a Cruzada do Rosário em Família estava sendo a grande motivação catequética da Igreja no Estado, tomaram-na para alvo de sua fúria recauchutada, e eis que de uma noite para o dia, justamente às vésperas da concentração de domingo último, painéis de propaganda da cruzada amanheceram pixados com umas frases que o semanário comunista de Salvador já havia divulgado: “a família que come unida permanece unida” e “a família que come, reza e permanece unida”¹⁶⁹

Essas ações de protesto, ainda que reduzidas, foram suficientes para provocar uma contra-ofensiva por parte de porta-vozes da Igreja. Ainda o *jornal Semana Católica* afirmou que, apesar de uma trégua anterior, os “comunistas não custariam a deixar cair a máscara de anjinho barroco, mostrando-nos a velha cara mefistotélica, tão conhecida da Igreja e dos democratas”¹⁷⁰.

Se o jornal católico preocupou-se com as *unhinhos* dos comunistas, a coluna do jornal A TARDE “vida católica” (outro importante espaço de divulgação do pensamento católico baiano) ia mais além, denunciando que as “*mãos inimigas* de pessoas desocupadas

¹⁶⁹ *Jornal Semana Católica*, 09 de junho de 1963, p. 2

¹⁷⁰ *Idem, ibidem.*

arrancam cartazes, modificam slogans, deixam sua marca característica de negação”¹⁷¹. A expressão “modificam slogans” é uma clara referência à adaptação do principal lema da Cruzada “a família que *reza* unida permanece unida” para a “a família que *come* unida permanece unida”, como aparece na citação destacada do texto. Para o autor da coluna, padre Manoel Soares, “o simples fato de ter o que comer não conduz à união, porque se não há entendimento espiritual e compreensão humana, a comida poderá até se tornar elemento de discórdia e desarmonia”.¹⁷² No capítulo anterior (pag. 29), abordamos a doutrina social da Igreja que, dentre outros aspectos, defendia a necessidade de reformas, porém orientadas sob uma égide cristã e humanista. É inserida nessa concepção que o “entendimento espiritual e compreensão humana” são apontados por Padre Soares como fatores fundamentais para a melhoria da condição humana, fatores esses inseridos no próprio pensamento social católico da época.

Logo, a verificação de que algumas ações anticruzadas teriam sido realizadas por grupos supostamente comunistas, sugere que a Cruzada continha elementos explícitos ou implícitos que contrastavam ou mesmo combatiam o comunismo, a ponto de merecerem ações ofensivas ou contra-ofensivas por parte daqueles que eram alvos da cruzada.

Por fim, devemos extrapolar uma análise que se limita a abordar apenas menções explícitas ao comunismo, e, também, investigar conteúdos implícitos no discurso da Cruzada do Rosário que contenham mensagens cujo sentido anticomunista esteja presente. Tomemos como exemplo o principal lema do movimento “A família que reza unida permanece unida”, que parece contrastar ou mesmo se opor a idéia da “luta de classes”, uma das idéias intrínsecas do comunismo. Este fato também foi constatado por Solange de Deus Simões em relação à presença da Cruzada em Belo Horizonte.

Em contraposição aos discursos das esquerdas que constatavam a existência de interesses antagônicos entre as classes sociais, a Cruzada do Padre Peyton, com o seu lema “a família que reza unida permanece unida” pregava a “união entre as classes”. O ponto alto do programa da manifestação em Belo Horizonte foi a participação de cinco famílias de classes sociais diferentes (a família do governador, do prefeito, de um médico e de dois operários) rezando cada uma um dos mistérios do Terço.¹⁷³

¹⁷¹ A TARDE, 29 de maio de 1963, p.4

¹⁷² A TARDE, 1 de junho de 1963, p.4

¹⁷³ Simões, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres e o Golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Na grande concentração em Salvador o mesmo sentido de *unidade* em contraposição a *desigualdade* pode ser verificado. Quando a própria cobertura jornalística da grande concentração afirma que “a alma católica da Bahia foi unida pela prece”, isto significa dizer que um dos efeitos da celebração foi a de desfazer as imagens –reais – de desigualdade, de diferenças sociais explícitas. No lugar dessas imagens são construídas outras nas quais figura uma sociedade unida pela fé, em que são colocados num mesmo palanque, com suas respectivas famílias “o governador do Estado, o prefeito da Capital, o comandante da Região Militar, um operário, um camponês...”¹⁷⁴, fato já descrito neste capítulo.

Logo, a nossa linha de definição se direciona para o mesmo caminho adotado por Sérgio Ricardo da Mata, que afirma ver na Cruzada do Rosário em Família

Uma iniciativa cujo fim seria de fato atingir subliminarmente o maior número possível de pessoas, de modo a difundir e/ou reforçar o terror e a belicosidade em relação às supostas forças desestabilizadoras tanto da família-nuclear quanto desta enorme "família-extensa" que é a sociedade, *mesmo que não se apresentasse um conteúdo político explícito*.¹⁷⁵

Ou seja, a Cruzada do Rosário em Família pode ser definida como um movimento religioso cujo conteúdo político anticomunista explícito (em menor medida) e implícito (em maior medida) pretendia defender e reforçar os valores cristãos tradicionais. Valores como a família e a oração precisariam ser salvos das ameaças representadas pelo comunismo e idéias a ele associadas que, para a Cruzada, colocavam em risco a ordem social.

Um movimento deste tipo encontraria total apoio por parte da Igreja na Bahia, cuja principal liderança, D. Augusto, já era visto como um dos baluartes do anticomunismo católico, como demonstram as suas escaramuças com os comunistas baianos ou mesmo grupos de esquerda que lhe faziam oposição.¹⁷⁶ Sob a orientação do arcebispo, o clero baiano contribuiu com toda uma logística de apoio, seja com um trabalho de

¹⁷⁴ A *TARDE*, 2 de junho de 1963, p 1

¹⁷⁵ Sérgio Ricardo da Mata. *Op. cit.*, p. 159

¹⁷⁶ Além dos cartazes alusivos à Cruzada, D. Augusto também foi alvo dos ataques de pichações promovidos pelos comunistas baianos, que picharam o muro da residência do Arcebispo com a frase “morte ao clero Nazista”. Para o noticiário que relatou o fato “ninguém desconhece, na Bahia, o ódio dos comunistas ao bravo e velho pastor pela sua inflexibilidade na defesa dos princípios cristãos e da liberdade da Igreja, constantemente ameaçados pela ação desagregadora dos agentes do comunismo internacional e ateu. *Jornal Semana católica*, 9 de junho de 1963, p. 2

conscientização e divulgação dos valores defendidos pela Cruzada nas paróquias, seja com apoio na realização das tarefas necessárias para as atividades do movimento. Isto possibilitou uma importante legitimidade religiosa que contribuiu para aumentar o próprio caráter religioso da Cruzada, visto como um movimento promovido pela Igreja.

A Cruzada e a Igreja enriqueceram o imaginário anticomunista ao divulgarem fortes elementos simbólicos apresentados como opositores ou mesmo antídotos do comunismo. Ou seja, quando defendiam elementos como a oração, a crença em Nossa Senhora ou a unidade familiar, novamente eram fortalecidos elementos de identificação no qual os comunistas eram o “outro” a ser combatido. Assim, a Igreja acompanhava os passos de um movimento que, ao afirmar os valores cristãos mediante a necessidade de combater os males que ameaçavam a sociedade da época, principalmente o comunismo, contribuiu para aumentar o medo e as incertezas diante de um quadro político cada vez mais acirrado.

Numa conjuntura política cada vez mais polarizada – externamente com a chamada “guerra-fria”, e internamente envolvendo o governo Goulart e oposição, a Cruzada do Rosário em Família, juntamente com a Igreja Católica, contribuiu para reforçar o medo e a belicosidade da população para as supostas forças que ameaçavam desagregar a sociedade, através de uma campanha anticomunista, às vezes sutil, às vezes explícita que cada vez mais auxiliava na delimitação política das partes envolvidas. Era a continuidade de uma ação que já havia ocorrido em 1962, no embate político das eleições baianas, nas quais o anticomunismo foi a principal arma utilizada pelas campanhas, e fomentada principalmente pela Igreja.

Nos primeiros meses de 1964, a inclinação “esquerdista” do Governo para a realização de reformas sociais e o aumento da movimentação dos golpistas parecia demonstrar que apenas a “oração” e o “Terço” não seriam suficientes para que a paz e a harmonia, ainda que aparentes, fossem mantidas no cenário político brasileiro.

Capítulo III

A “benção” das armas: a Igreja e o Golpe de 64 na Bahia

Enquanto isso, a onda vermelha se avolumava e tomava cores cada vez mais rubras e mais ameaçadoras. Muita gente estava impaciente, temerosa, preocupada. Deus tardava... assim parecia a muitos, tardava mais uma vez para dizer ao Brasil que não desesperasse, que não perdesse a confiança em sua Divina Providência.¹⁷⁷

A ação de nossas Forças Armadas foi extraordinária, mostrando e demonstrando que nem tudo estava perdido, que nem tudo se deixara influir pela propaganda e pelas atividades comunizantes basejadas e alimentadas ostensivamente pelos altos poderes da nação.¹⁷⁸

Polarização política e unidade golpista: rumo ao Golpe de 64

No mês de janeiro de 1963, mais de 11.500.000 brasileiros compareceram às urnas para o plebiscito que decidiria a manutenção do parlamentarismo. Deste total, 9.500.000 optaram pelo retorno ao presidencialismo. Para Goulart foi uma vitória esmagadora, alavancada principalmente pela campanha das reformas de Base. A vitória no plebiscito, associado aos resultados nas eleições de 1962 produziram uma imagem fortalecida de João Goulart e de que havia apoio popular suficiente para a implementação das reformas.¹⁷⁹

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo governo, estava a necessidade de resolver a crescente crise econômico-financeira pela qual o Brasil passava e que exigiam medidas de forte impacto e sacrifícios. A principal medida adotado pelo governo foi o lançamento, sob a condução de São Tiago Dantas e de Celso Furtado, do Plano Trienal que

¹⁷⁷ Padre Manoel Soares, *A TARDE*, 8 de abril de 1964, p. 4

¹⁷⁸ Padre Manoel Soares, *A TARDE*, 9 de abril de 1964, p. 4

¹⁷⁹ O PTB, partido do presidente, quase dobrou sua bancada na Câmara dos Deputados, tornando-se a segunda força no Parlamento (as cadeiras aumentaram de 66 para 116, representando 28% do total). Ver em Argelina Figueiredo Cheibud. *op. cit.*, p. 88

tinha como principais metas o combate a inflação sem comprometer o crescimento da economia, e, num segundo momento, efetuar as propaladas reformas de base (administrativas, agrária, bancária, fiscal, etc.). O fato das medidas do Plano exigirem sacrifícios tanto das classes trabalhadoras quanto das classes dominantes, “na medida em que implicava em forte restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, bem como cortes na despesas governamentais”¹⁸⁰, já indicavam grandes dificuldades para a sua real implementação.

O sucesso do plano foi seriamente comprometido em um de seus itens mais sensíveis: a contenção salarial. Já em maio de 1963, o governo, sob fortes pressões civis e militares, autorizou aumento na ordem de 70% para o funcionalismo público e de 20% para a Companhia Siderúrgica Nacional na comercialização do preço do aço “encarecendo um produto industrial básico”.¹⁸¹ Essas duas medidas foram interpretadas negativamente pelo FMI que recuou nas negociações para o refinanciamento da dívida externa, comprometendo definitivamente o programa de estabilização econômica.

O segundo objetivo do plano, as reformas de base, não conseguia ser atingido devido à intransigência e a rigidez dos grupos políticos que impediam a realização de concessões necessárias para as medidas que introduziriam mudanças nas estruturas do país. O fracasso das duas emendas constitucionais para a implementação da reforma agrária, uma enviada pelo PTB em março de 1963 e rejeitada pelo PSD e UDN, e outra enviada pelo PSD e rejeitada pelo PTB são sintomas da crescente polarização de interesses que, dada a disposição das partes envolvidas, estavam longe de chegar a um ponto de conciliação.

Desde que chegou ao poder em setembro de 1961 e principalmente no início de 1963, Goulart foi se defrontando com uma situação pendular entre uma polarização cada vez mais extremada. Já mencionamos na introdução da dissertação (p. 11) os grupos políticos em questão que, esquematicamente, podem ser aqui retomados: de um lado havia uma direita conservadora, representada politicamente pela UDN e que tinha como principal porta-voz Carlos Lacerda, mas que estava enraizada em setores importantes da hierarquia das Forças Armadas e em setores da sociedade civil; de outro uma ala radical pró-reformas, representada principalmente pela ala radical do PTB, por ativistas do PCB, de organizações sindicais, trabalhistas e estudantis, cujo principal porta-voz era Leonel Brizola.

¹⁸⁰ Jorge ferreira. *Op.cit.*, p. 364

¹⁸¹ *Idem*, p. 366

Pressionado por esses pólos e tendo no horizonte a realização das reformas, o isolamento político do governo crescia na mesma proporção em que os opostos se radicalizavam e, por conseguinte, inviabilizavam uma estratégia de “união nacional” ou uma “política de conciliação”. No segundo semestre de 1963, dois fatos aceleraram o processo de isolamento. Primeiro a chamada “revolta dos sargentos” ocorrida em setembro deste ano, que sitiou Brasília e que fez refém o Congresso nacional, após a decisão do STF que considerou inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior. Apesar do movimento dos setores subalternos das Forças Armadas se restringir à Brasília, o fato provocou desgaste para o governo, e, principalmente, aumentou a distância e a desconfiança da alta oficialidade das Forças Armadas em relação aos setores nacionalistas ligados ao governo.¹⁸²

O segundo fato foi um pedido de estado de emergência em mensagem enviada ao Congresso Nacional no mês seguinte à revolta dos sargentos. O regime de exceção, que duraria 30 dias tinha como alvo principal as críticas intensas que Carlos Lacerda, líder da UDN e governador da Guanabara, dirigiu a Goulart.¹⁸³ A mensagem foi combatida por amplos setores da esfera política, seja da direita que via o estado de emergência como um golpe de Estado, nos moldes que Getúlio efetivara em 1937, seja de setores da esquerda que temiam ser alvos de uma possível “lista de saneamento” elaborada pela assessoria militar do presidente.

Na mesma escala em que aumentava o isolamento da figura presidencial provocado pelos dois episódios, em questões sensíveis como “quebra de autoridade” e “hierarquia”, diminuía o isolamento dos setores golpistas que propunham a destituição de Goulart como forma de solucionar a crise política. Para atingir esse objetivo, grupos conservadores civis e militares passaram a mobilizar mais intensamente os mais variados mecanismos de propaganda como forma de desgastar publicamente o presidente e, ao mesmo tempo, obter legitimidade junto às classes menos favorecidas para uma possível intervenção militar¹⁸⁴. A argumentação desses grupos, grosso modo

¹⁸² Após a prisão dos revoltosos, alguns setores da esquerda (PCB, UNE, CGT) emitiram notas favoráveis à revolta, provocando ainda mais a ira de boa parte da hierarquia militar. Ver em Jorge Ferreira. *op. cit.*, p. 371

¹⁸³ No dia 1º de Outubro, a Tribuna da Imprensa publicou uma entrevista concedida por Lacerda ao *Los Angeles Times*, na qual afirmava que “os militares estavam confusos e desorientados diante de uma administração inteiramente desastrosa para o país”. Ver em Caio Navarro de Toledo. *op. cit.*, p. 62

¹⁸⁴ Dentre os grupos e seus mecanismos de divulgação podemos citar: as organizações IPES e IBAD com diversas ações na mídia, como a distribuição gratuita do periódico *Revista Ação Democrática*; a UDN, que contava com apoio de jornais como *A Tribuna da Imprensa* e o *Estado de São Paulo*; as Forças Armadas, que divulgavam as suas correntes de pensamento em publicações como *Revista do Clube Militar*, *A defesa*

Visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista. A elite orgânica atacava o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo. No aspecto positivo, argumentava que a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não se deviam, certamente a métodos socialistas ou à intervenção do estado na Economia. Por outro lado, a sua abordagem negativa podia ser vista na sua utilização de uma mesclagem de técnicas sofisticadas e uma grosseira propaganda anticomunista, constituindo uma pressão ideológica, que explorava o ‘encurrallamento pelo pânico’¹⁸⁵

Vimos anteriormente que o anticomunismo foi um elemento bastante utilizado nos embates políticos (eleições de 1962) e mesmo nas grandes mobilizações religiosas (Cruzada do Rosário em Família) do período. O que agora aparece como novidade é o fato de haver um maior direcionamento da propaganda anticomunista, cada vez mais apontada para o governo, na medida em que o seu isolamento político aumentava, com o objetivo de desgastá-lo e obter apoio popular para um possível Golpe¹⁸⁶.

Inserida nesse processo, a Igreja na Bahia se constituiu num outro importante veículo por onde aquela “pressão ideológica” mencionada por Dreifuss, que explorava o “encurrallamento pelo pânico”, poderia ser realizada. Mais ainda, no momento que o Golpe foi desferido, a Igreja foi um dos principais instrumentos de legitimação e de apoio oferecido aos golpistas.

É com essas duas linhas de argumentação que este capítulo procurará compreender as relações entre a Igreja e o Golpe de 64 na Bahia. Objetivamos Investigar o posicionamento da Igreja antes e depois do Golpe, por intermédio da análise de documentos e discursos de setores de sua hierarquia na imprensa. Também será realizada uma análise da participação da Instituição em dois importantes eventos que conferiram legitimidade ao Golpe: a *Marcha da família com Deus pela Liberdade e Democracia*, ocorrida no dia 14 de abril de 1964, e a *Missa do dia 1º de maio*, celebrada no Bonfim.

Nacional e publicações feitas pelo Departamento de Estudos da Escola Superior da Guerra (ESG). Ver em Adriano de Freixo e Oswaldo Munteal Filho (org.). *a ditadura em debate: estado e sociedade em anos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: contraponto, 2005, p. 35

¹⁸⁵ Dreifuss, *op. cit.*, p. 232

¹⁸⁶ Exemplo claro dessa ação foi o discurso de uma emergente liderança da UDN baiana, o então deputado federal Antônio Carlos Magalhães que, em discurso na Câmara de Vereadores de Salvador, disse que “o Brasil marcha para uma ditadura pior do que a de Cuba” e que “o único responsável por tudo é o presidente João Goulart”. *Diário de Notícias*, 28 de dezembro de 1963, p. 3

O clamor da espada: “o altar e a pátria em perigo”

Em março de 1963, Goulart apresentou ao Congresso uma lei de reforma agrária que propunha uma indenização, em apólices do governo e não em moeda corrente como constava na Constituição, para os proprietários de terras. Era necessário, portanto, uma emenda constitucional, o que provocou grandes discussões e embates no Congresso. Na verdade as discussões extrapolaram as paredes das duas Câmaras e se estenderam para outros setores que mobilizavam a opinião pública, dada a polêmica que o tema da reforma despertava na época.

Inserida nessas discussões, a CNBB emitiu uma declaração em 30 de abril de 1963. Esta, que pode ser considerada uma das declarações mais progressistas da Igreja no Brasil, ao refletir sobre o contexto do país, afirmou que

Se de um lado, rápidos progressos se operam em escalas cada vez mais amplas, de outro lado, grandes entraves a condicionam nas características, ainda mercantes, de um país subdesenvolvido, em que as massas populares não participam do processo brasileiro, onde subsistem a miséria e a mortalidade prematura em números clamorosos, no qual o impacto das realidades rural e urbana gera conseqüências gravíssimas de despersonalização.¹⁸⁷

O documento se opunha às soluções marxistas, mas defendia uma “transformação urgente das estruturas sociais, com reformas na estrutura rural, empresarial, tributária, administrativa, eleitoral e educacional”.¹⁸⁸ A declaração repercutiu junto à opinião pública e no próprio clero brasileiro, por tocar na sensível questão das reformas que agitavam os debates políticos. O próprio D. Augusto, em consonância com sua postura ativa em assuntos do mundo da política, fez questão de expressar sua opinião sobre as reformas e as mudanças na Constituição necessárias para efetivá-las, através de conversa informal com jornalista para o qual

Declarou categórico que é contrário à reforma da constituição federal. A Igreja não deve permitir, segundo ele, que o texto constitucional seja modificado, porque um simples pretexto dará lugar a que se reforme toda a Carta Magna da Nação. Acha que a Constituição deve ser respeitada em sua integridade,

¹⁸⁷ Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB). Verbetes. *Dicionário histórico-biográfico*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7790_1.asp. Acessado em 23/03/2008.

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*.

manifestando-se contrário à indenização da terra desapropriada através de títulos da dívida pública.¹⁸⁹

O tom do discurso do Arcebispo parece ser bem diferente daquele presente na declaração dos bispos, o que demonstra a divergência de opiniões existente no clero naquele período. Parece conter um tom mais conservador, engrossando as opiniões contrárias à reforma agrária proposta pelo governo cujo projeto foi “imediatamente atacado pela ultraconservadora Ação Democrática Parlamentar – aliança interpartidária de deputados da ala direita, fundamentalmente da UDN e do PSD”¹⁹⁰ que derrotaram o projeto de Goulart. A declaração de D. Augusto, então, reforçava os discursos desses setores conservadores, inclusive com a argumentação que defendia a integridade da constituição, negando possíveis emendas constitucionais, muitas vezes necessárias para a realização de reformas estruturais, como era o caso da reforma agrária.

A Carta Pastoral

Na medida em que o governo cada vez mais dava mostras da intenção de realizar as reformas, os discursos e as articulações golpistas aumentavam nos bastidores do mundo da política. Com eles, a propaganda anti-goulart crescia vertiginosamente, principalmente no final de 1963, cujo componente principal passava a ser a afirmação da iminente penetração do comunismo no Brasil, e agora nas altas instâncias governamentais. Deste período até o desfecho do Golpe em 1º. de abril de 1964, a Igreja produzirá discursos, pronunciamentos e ações que fomentarão o medo da ameaça comunista no país, agora sutilmente associado ao governo Goulart, como descreveremos a seguir.

No dia 1º. De dezembro de 1963, D. Augusto publicou a Carta Pastoral *O perigo do comunismo na hora presente*. O título, por si só, já sugere o teor do documento, profundamente pautado por um forte discurso que afirmava uma suposta penetração comunista no país. No documento, duas são as principais preocupações do arcebispo:

Para nos premunirmos contra um desmedido temor que não conta com os auxílios do céu, ou contra uma temerária confiança que se basta com os recursos pessoais, é que julguei oportuno dirigir- vos estas linhas.¹⁹¹

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, 7 de maio de 1963, p. 1

¹⁹⁰ Skidimore, *op. cit.*, p. 300

¹⁹¹ D. Augusto Álvaro da Silva. *O perigo do comunismo na hora presente*. Carta Pastoral. 1963, p. 3

A primeira preocupação, com o “desmedido temor que não conta com o auxílio dos céus” logo é identificada com uma exposição da grave situação pela qual passaria o Brasil, na qual

Com as mãos ambas, quase algemadas pelos grilhões da fome e das greves, das calamidades naturais, morais e políticas, cobre o rosto entre confuso e envergonhado, por terem-no obrigado a repartir comendas gloriosas com vilões e malfeitores, e, até ter sido forçado a abrir os braços da amizade a quem somente quer beber-lhe o sangue e lhe roubar a vida! Tanto vem alcançando, enfim, na pátria estremecida, o malfadado comunismo ateu!¹⁹²

Para D. Augusto, além dos problemas que há muito já assolavam o Brasil, como fome, greves, e problemas de ordens naturais, morais e políticas, também é apontada uma associação forçada do país com “vilões e malfeitores” e o estabelecimento de relações de amizade “a quem somente quer beber-lhe o sangue”. É possível que no primeiro caso o autor tenha feito uma referência à condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul entregue à Che Guevara por Jânio Quadros em agosto de 1961, vista como uma “comenda gloriosa” dada um “vilão e malfeitor”. No segundo, é possível afirmar, com mais segurança, que se trata de uma crítica ao reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS finalizadas durante o governo Goulart, no qual o país restabelecia relações de amizade com quem “somente quer beber-lhe sangue”, tudo fazendo parte dos resultados alcançados pelo “comunismo ateu”.

O comunismo parecia estar em marcha acelerada sobre o Brasil. Em um trecho, após constatar a penetração do comunismo em outros países, conclui que, para o Brasil

A ameaça que lhe fazem é tremenda; o perigo, às portas, dir-se-á inevitável, tremenda, talvez. Assim se proclama largamente. Dizem vozes credenciadas que a presença de forças comunistas dirigidas pelo comunismo internacional nas altas funções administrativas do país: que a marcha dos comunistas e socialistas em direção ao governo se acelerou; que isto é fato consumado.¹⁹³

No trecho, podemos perceber a ênfase no aumento do perigo comunista no Brasil, visto como “imminente” e “inevitável”. Mais grave ainda, era a penetração do comunismo nas “altas funções administrativas do país” e que se “acelerou” sobre o governo,

¹⁹² *Idem*, p. 4

¹⁹³ *Idem*, p. 5

afirmações que estavam em clara sincronia com a intensa propaganda que os opositores do Governo realizavam para desgastá-lo junto à opinião pública.

A seguir, no decorrer da Carta pastoral o arcebispo vai apontar duas caracterizações fundamentais do comunismo, prevendo o tipo de realidade que se instalaria no Brasil caso a marcha comunista continuasse em movimento. A primeira é o fato do comunismo ser *ateu*, característica que promoveria uma série de atos contra a fé e a religião cristã.

Entrarão os hereges nesta igreja (a do Senhor do Bonfim e nas demais); arrebatarão a custódia em que estais O' Senhor! Adorado dos anjos; tomarão os cálices e vasos sagrados; aplicá-los-ão às suas nefandas embriaguezes; derribarão dos altares os vultos e estátuas dos santos; deformá-las-ão a cutiladas, o metelas-ão no fogo; e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas as imagens tremendas do Cristo Crucificado, nem as da Virgem Maria.¹⁹⁴

A segunda característica é o fato do comunismo ser *intrinsecamente mau*, o que resultaria num conjunto de situações que apenas complementaríamos o quadro de terror desenhado anteriormente. Por ter essa característica, o comunismo

Assassinará sacerdotes, incendiará igrejas, arrasará conventos, violará religiosas, fuzilará líderes católicos, atacará famílias, confiscará propriedades, ferirá, matará, martirizará com requintes de barbaridade e fereza bestiais; renovará os “tiros na nuca”, as “lavagens do cérebro”, os “paredões” de fuzilamento, os “campos de concentração”.¹⁹⁵

Logo, retornando a primeira citação que procura justificar a publicação da Carta, podemos constatar que a primeira preocupação de D. Augusto, “o desmedido temor que não conta como auxílio dos céus” seria a iminente presença do comunismo no Brasil, inclusive nas altas esferas do governo que ameaçariam a sociedade brasileira. Já a segunda preocupação, “a temerária confiança que se basta para os recursos pessoais”, parece chamar atenção para a necessidade de contar com o auxílio de Deus para resolver a crise pela qual passa o Brasil e não apenas os “recursos pessoais”. Na verdade a própria ameaça comunista poderia ser uma conseqüência da ação divina sobre o Brasil, podendo ser uma

Suprema desgraça? Maldição de Deus? Justiça do céu castigando os pecados do Brasil? Não, talvez ainda não! Mas, certamente compreensível permissão de Deus para abrir os olhos aos que dormem ainda!¹⁹⁶

¹⁹⁴ *Idem*, p. 5

¹⁹⁵ *Idem*, p. 6

¹⁹⁶ *Idem*, *ibidem*.

Mas, porque Deus permitiria que tão grave ameaça caísse sobre o Brasil?

Sim! Devemos reconhecer que a calamidade que nos ameaça é permissão de Jesus. E o que o Senhor a permite para glória de sua Igreja e correção nossa; mais ainda – para maior merecimento dos felizes eleitos de Deus que a suportarem dignamente.¹⁹⁷

Porém, nem tudo estaria perdido:

Em contraste frisante com o horror que o fantasma incute, a presença suavíssima do mestre acorda em todos os corações, frementes de fé e santo entusiasmo, a mais viva e a mais segura confiança.¹⁹⁸

Ou seja, apesar da ameaça do comunismo “ateu” e “intrinsecamente mau” ser “iminente” e que a ameaça em direção ao governo ser um “fato consumado”, e de tudo isto ser uma “permissão de Deus” para uma maior “merecimento dos felizes eleitos de Deus”, ainda havia esperanças para o Brasil. Mas como o país poderia enfrentar tão grande ameaça? Quem seriam os homens capazes de livrar o país do fosso comunista que a ele estaria reservado? Essas pessoas existiam, afinal de contas

Não é certo que não faltou quem declarasse que, “no momento preciso não ficará ociosa, na bainha, a espada de um só soldado brasileiro?” Não houve já quem garantisse que o “seu governo se opõe no presente como o fez no passado e fará no futuro, às atividades conspiratórias comunistas?”(1); quem se declarasse “ter sido sempre e sempre será contra qualquer espécie de ditadura, que o seu passado de soldado e cidadão responde por esta afirmativa?”(2); quem advertisse que “as nações que não se prevenirem contra a traição e não a castigarem, fomentarão a sua própria dissolução. Que precisamos combater com desassombro o inimigo interno? Que não merecem clemência os que declaram de público que apenas lutarão pela pátria sob condições impostas por interesses estranhos?”(3); quantos enfim, com coro uníssono proclamam: “juramos pela nossa fé cristã, pela nossa fé cívica juramos nos preparar, e vigiar para que a confiança e a camaradagem reinem em nossas casernas e a tranqüilidade em todos os lares brasileiros; para que os covardes e cruéis matadores não tornem a matar camaradas adormecidos” (4).¹⁹⁹

Os trechos das falas citadas por D. Augusto são identificadas em notas de rodapé na própria Carta pastoral, cujos autores relacionados são: Marechal Eurico Gaspar Dutra (1); Marechal Floriano Peixoto Keller (2); Marechal Eduardo Gomes (3); Marechal Segadas Viana (4). As frases dos autores – *todos eles militares* – afirmam uma firme intenção de

¹⁹⁷ *Idem*, p. 7

¹⁹⁸ *Idem*, p. 8

¹⁹⁹ *Idem*, p. 9

lutar contra as “atividades conspiratórias comunistas”, contra “qualquer espécie de ditadura”, contra um “inimigo interno” para que reine a “tranquilidade em todos os lares brasileiros”²⁰⁰.

As citações dos militares feitas por D. Augusto estão de acordo com o argumento central do documento de que a ameaça do comunismo no Brasil era real, afirmando uma firme disposição das Forças Armadas em combatê-lo. Parece que era nessa “disposição” que o Arcebispo depositava suas esperanças de que ainda haveria tempo para salvar o Brasil da “ameaça vermelha”, pois “entre inúmeras outras, essas vozes são gritos vitoriosos da nossa confiança cristã e cívica”.²⁰¹ Ou seja, a Carta Pastoral, escrita no final de 1963, ao mesmo tempo em que disseminava o medo do comunismo a partir da afirmação da iminente presença do comunismo na sociedade, inclusive no Governo, já apontava os possíveis “salvadores da pátria”. Foi uma clara antecipação do que ocorreria 4 meses depois, já que, para o Cardeal, a esperança usava farda e era “na boca dos blindados invencíveis” que deveria ser perenizado o “sorriso da vitória final”.²⁰²

Analisando o documento em seu conjunto, fica a clara impressão de que há, de fato, um chamado às forças armadas para que interviessem na arena política. Ainda que uma Carta pastoral redigida pelo próprio D. Augusto possa expressar uma forte tendência de opinião do clero, não nos arriscaríamos a transferir os posicionamentos pessoais do arcebispo para todo o clero baiano e, por conseguinte, a Igreja de forma geral.

A Carta Pastoral parece ter tido boa repercussão junto ao clero mais conservador, como o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara que, retornando de viagem a Roma, disse que D. Augusto estava com razão ao declarar que “o comunismo fará no Brasil o que já fez em outros países que dominou”, acentuando que “o perigo está aí e precisamos abrir os olhos”²⁰³.

Também fora da esfera eclesiástica a Carta mereceu declarações de apoio, como as do deputado estadual baiano Wilson Lins, que afirmou que a linguagem utilizada por D.

²⁰⁰ Os militares citados por D. Augusto ocupavam altos postos na hierarquia militar e estiveram direta ou indiretamente envolvidos na conspiração do Golpe de 64, como Eurico Gaspar Dutra, que fez parte, depois do Golpe, do diretório Nacional da ARENA (partido de sustentação do regime) e Eduardo Gomes que, da reserva, voltou a chefiar o Ministério da Aeronáutica em 1965.

²⁰¹ *Idem, ibidem.*

²⁰² *Idem, p. 10*

²⁰³ *A TARDE*, 22 de dezembro de 1963, p. 2

Augusto em sua pastoral sobre a situação nacional “é a do pai aflito diante de uma situação de sobressalto em que se encontra a família brasileira”²⁰⁴.

O discurso que pregava o medo do comunismo não poderia deixar de estar presente nas declarações de fim de ano, sempre permeadas de expectativas e anseios de um ano melhor e de que não se repitam os problemas do ano anterior. Foi com essas expectativas que o Cardeal D. Jaime Câmara, em mensagem de ano novo pediu para que “em 1964, Deus nos faça ver no Brasil: mais amor e menos ódio, mais realizações em favor do povo e menos demagogia, mais democracia e menos comunismo...”²⁰⁵

No final de janeiro de 1964, D. Augusto visitava o Rio de Janeiro para a celebração do lançamento da “pedra fundamental” de construção da catedral metropolitana a convite de D. Jaime. Para os jornais fluminenses, declarou que “o momento nacional é assustador e grave” retomando os pontos da Carta pastoral publicada no mês anterior, na qual alertava contra os perigos do comunismo e reafirmava a confiança nas Forças Armadas.²⁰⁶ No aeroporto do Galeão, ao despedir-se de D. Jaime, D. Augusto ouviu do Cardeal fluminense que “agitar idéias é mais grave do que agitar exércitos”²⁰⁷ numa clara demonstração de confiança na força que os discursos da Igreja continha ao mesmo tempo em que revela o próprio interesse de duas influentes personalidades da Igreja no Brasil em atuar no contexto político do período.

Incidentes na Reitoria: o apoio à Lomanto

No Brasil, em março de 1964, o termômetro político marcava altos picos de tensão política, resultado das mobilizações e conflitos políticos cada vez mais exacerbados entre os nacional-reformistas “pró-goulart” e os conservadores “anti-goulart”. Nos discursos destes últimos, a ameaça comunista em franca penetração no governo era o principal argumento utilizado, numa campanha de desgaste amplamente produzida na imprensa. Apenas um contexto de tensão política como esse pode explicar a ampla repercussão de um fato ocorrido no início de março.

De acordo com a tradição da época, o início do ano letivo ocorria com uma aula inaugural na então Universidade da Bahia, cuja Reitoria recebia autoridades e convidados

²⁰⁴ *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 1963, p. 3

²⁰⁵ *Diário de Notícias*, 1 de janeiro de 1964, p. 1

²⁰⁶ *O Estado da Bahia*, 23 de janeiro de 1964, p. 2

²⁰⁷ *Diário de Notícias*, 24 de janeiro de 1964, p. 3

ilustres. No dia 2 de março de 1964, estiveram presentes o governador Lomanto Júnior, o Reitor da Universidade Albérico Fraga, o presidente do Tribunal de Justiça Renato Mesquita, professores e outros convidados especiais, como o catedrático da faculdade de Direito Clemente Mariani. No momento que lia um relatório, o reitor foi surpreendido com o som de três pancadas nas portas, que anunciavam a invasão, assim relatada pelo jornal *O Estado da Bahia*

Uma pequena minoria de agitadores que se passavam como estudantes, realizou uma baderna na Universidade da Bahia para impedir a aula inaugural do prof. Clemente Mariani. Com vaias e ostentando faixas contra o senhor Carlos Lacerda, que não foi a solenidade, os agitadores invadiram o recinto e desrespeitando a autoridade maior do Estado, Sr. Lomanto Júnior, conseguiram o seu intento.²⁰⁸

O fato teve ampla repercussão na imprensa, que parecia cobrar responsabilidades por um acontecimento que feria a imagem da “cordialidade baiana” por atingir setores da mais alta hierarquia política (o governador) e intelectual (Clemente Mariani) que saíram da solenidade sob vaias. Mais ainda, o que os órgãos de comunicação colocaram em discussão foi a possibilidade do Governador ter sido conivente ou mesmo se teria ocorrido permissividade por parte das autoridades com os “agitadores da reitoria”. As maiores cobranças e explicações recaíram sobre Lomanto Júnior que, no dia seguinte à confusão, compareceu a TV Itapoan e declarou que “O reitor era, naquele momento, o chefe da casa e não lhe tinha pedido garantias maiores a não ser o envio de quatro ou cinco investigadores, que deveriam se apresentar a reitoria e receber ordens”. A afirmação do governador foi respondida pelo reitor em carta enviada à imprensa, na qual afirmou que “Em nenhum momento estive ausente nem omisso na solicitação de medidas acautelatórias da dignidade e da honra da universidade”.²⁰⁹

O evento parece ter sido utilizado por opositores do governo que enxergavam nas vaias e os protestos da reitoria uma possibilidade de desgastar a imagem do governador junto à opinião pública, através da afirmação de uma possível permissividade por parte de

²⁰⁸ Conforme o noticiário, o grupo que invadiu a reitoria se originara de um comício realizado minutos antes na Praça da Sé, que contou com a presença do governador de Goiás, Mauro Borges e o prefeito de Salvador, Virgildásio Sena. Terminado o comício, o grupo teria saído pela Avenida Sete de Setembro, com alto falante, procurando arregimentar mais pessoas. No comando das agitações estariam “o tenente Pedro castro, ajudante de ordens do comando da PM[na época presidente do DCE da UFBA] e o presidente da UEB Carlos Alberto de Oliveira”. No momento em que ocorreram os tumultos, o governador Carlos Lacerda, um dos alvos do protesto, participava de programa da TV Itapoan. Todas essas informações em *O Estado da Bahia*, 3 de março de 1964, p. 1

²⁰⁹ *O Estado da Bahia*, 4 de março de 1964, p. 1

Lomanto Júnior para com os “comunistas”, num processo análogo ao ocorrido no mesmo período com a imagem de Goulart. Foi para se defender dessa acusação que o chefe do executivo estadual terminou a sua declaração afirmando ser “anticomunista, que é homem de centro, e em defesa da democracia lutará com todas as suas forças”.²¹⁰

Enquanto o governador lutava para que a sua imagem não fosse desgastada junto à opinião pública, a Igreja promovia um “Encontro da Província Eclesiástica da Bahia”, nos dias 4, 5 e 6 de março, no colégio Nossa Senhora das Mercês. Estiveram presentes representantes de 7 das 12 dioceses da Bahia. O encontro tinha como um dos principais objetivos a criação, em todas as dioceses, do secretariado da CNBB e, se possível e necessário, do secretariado da Província.²¹¹

A coincidência do encontro dos bispos com a discussão em torno dos responsáveis pelos incidentes da reitoria se transformou num feliz acaso para o governador, já que, como era de se esperar, a Igreja, mediante ação de D. Augusto, não se furtaria a oportunidade de marcar presença nas discussões sobre o fato e, é claro, de forma favorável ao Governador.²¹² A oportunidade ocorreu no dia 5 de março, quando o Palácio Rio Branco recebeu a visita de 20 prefeitos do interior do Estado, além de uma comissão do conselho universitário, que levaram para Lomanto Júnior “uma palavra de apreço, confiança e cordialidade”.²¹³

Porém, a visita mais ilustre ocorreu quando D. Augusto, acompanhado dos 12 bispos que estavam reunidos no colégio das Mercês, expressaram apoio e solidariedade ao governador. O discurso ficou a cargo do bispo de Caetité, D. José Pedro, que assim expressou a opinião do clero baiano:

Nós lhe deixamos as nossas bênçãos para que seu governo, os seus auxiliares, a opinião sensata da Bahia compreendam que é preciso combater a desordem, que é preciso impor no Brasil o respeito ao nosso regime para que os comunistas que querem fazer aquilo a que não tem direito – conspirar dentro da democracia contra a própria democracia – elas possam encontrar na atitude serena mas enérgica, com a colaboração nossa de chefes espirituais, o caminho

²¹⁰ *Idem, ibidem.*

²¹¹ *A TARDE*, 5 de março de 1964, p. 4.

²¹² Inicialmente acreditamos que a reunião dos bispos pudesse ter sido condicionada pelas discussões provocadas pela invasão da reitoria, o que a transformaria numa ação de apoio ao governador. Porém, a constatação de um anúncio convocando os bispos para a reunião feito na coluna do jornal *A TARDE* “vida católica”, datada do dia 21 de fevereiro (portanto, anterior aos eventos da reitoria) negaram essa hipótese. O que de fato teria ocorrido foi uma coincidência na qual D. Augusto novamente mobilizou o clero para a tomada de posições, muito bem vinda para Lomanto que foi beneficiado pelas declarações dos representantes da Igreja.

²¹³ *A TARDE*, 6 de março de 1964, p. 3

para que o Brasil possa valorizar na defesa da democracia a sua adoção consciente em nossa constituição.²¹⁴

O pronunciamento aponta o perigo do comunismo que conspira “contra a democracia dentro da própria democracia” retomando a indicação do perigo comunista, já anunciado 3 meses antes na Carta Pastoral de D. Augusto. O que mais nos chama atenção aqui é um discurso que parece aberto à adoção de medidas autoritárias, que pode ser constatado quando o bispo fala da necessidade de “*impor* no Brasil o respeito ao nosso regime” ou quando da “atitude serena, mas *enérgica*, o caminho para que o Brasil possa valorizar...”. Com isso não estamos afirmando que o Clero já sabia do golpe, ou que estivesse pedindo uma interrupção do mandato de Goulart. O que estamos afirmando neste momento é que esses discursos estavam inseridos na gama de representações que enriqueciam um imaginário anticomunista que parecia abrir espaços para uma intervenção armada e que foram elementos importantes para o processo geral que levou ao Golpe de abril de 1964.

A Declaração dos bispos

Além dos discursos de apoio a Lomanto, o principal resultado da reunião do clero foi a divulgação da “Declaração do Episcopado da Província da Bahia sobre a situação nacional”, amplamente divulgada nos jornais e lida na TV Itapoan no dia 6 de março. A importância da publicação do documento é justificada pelo clero logo na introdução:

No momento da angustiante tormenta porque passa o mundo e, particularmente, a nossa pátria, é natural que todos esperem de nós uma palavra de orientação e de conforto, para que não sejamos acusados de omissos ou de desinteressados na luta do bem contra o mal, da luz contra as trevas, da verdade contra o erro, da prudência contra o aventureirismo, do heroísmo contra a covardia.²¹⁵

Ou seja, diante da tensão política pelo qual o Brasil passava, interpretada como o conflito de opostos, cujos símbolos colocavam a Igreja do lado do “bem”, da “luz”, da

²¹⁴ Além de D. Augusto estiveram presentes os seguintes bispos: D. Caetano A. Lima dos Santos (Ilhéus), D. Jackson Berenguer Prado (Feira de Santana), D. Epaminondas José Araújo (Rui Barbosa), D. Adriano Mandarino Hipólito (Bispo auxiliar), D. José Pedro (Caetitê), D. João Muniz (Barra), D. Tomás Guilherme Murphy (Juazeiro), D. Antônio Monteiro (Bomfim), D. Florêncio Sisindo Vieira (Amargosa), D. José Nicomedes Gorir (Bom Jesus da Lapa), Monsenhor Otto Ryniarse, representante de D. Felipe Broer, bispo de Caravelas e o Monsenhor Juarez Santos Prata, secretário particular de D. Augusto. *A TARDE*, 6 de março de 1964, p. 3

²¹⁵ Estas e as próximas citações da declaração, ver em *A TARDE*, 6 de março de 1964, p.1

“verdade”, da “prudência” e do “heroísmo”, o clero não poderia ficar omissos e sim orientar e confortar a todos. Este é mais um exemplo de produção simbólica na qual o anticomunismo contribuía para um imaginário que criava os campos de identidade a partir de uma ótica católica que, como pode ser visto na declaração, colocaria os comunistas do lado do “mal”, das “trevas”, do “erro”, do “aventureirismo” e da “covardia”.

Antes de comentar a situação nacional, os bispos vão chamar a atenção para um problema histórico da Igreja no Brasil – a escassez de sacerdotes.

O mais crucial problema da Província Eclesiástica da Bahia, no momento é o das vocações sacerdotais. O número de sacerdotes em todas as dioceses está em flagrante desproporção com as exigências do paróquia e dos múltiplos setores do apostolado sacerdotal.

O principal apelo dos bispos para solucionar o problema seria a ajuda de todo o povo cristão da Bahia para “descobrir e cultivar, no ambiente das famílias e da sociedade as verdadeiras vocações para o ministério sacerdotal”.

A seguir, no item intitulado “agressão comunista”, o documento vai retomar os pontos da citação anterior, abordando o contexto político no Brasil:

A nossa derradeira exortação é sobre o avanço do comunismo em nossa pátria. Ninguém pode não desconhecer[sic] o panorama tristador da presente realidade nacional. O Brasil está sendo entregue abertamente às maquinações dos que conspiram contra a religião e contra o regime democrático.

Logo, a “tormenta pela qual passa o mundo” e, particularmente, a “nossa Pátria” citada na introdução do documento, tinha como furacão principal o comunismo, avançando cada vez mais rápido. Pior do que isso: haveria ventos internos que reforçavam mais ainda a tormenta.

Querem arrastar a nossa pátria democrática e cristã à loucura de uma experiência ideológica extremista que já demonstrou a sua produtividade ateísta e ditatorial em outros quadrantes do mundo. Explorando e envenenando vastas áreas da classe operária, sindical, estudantil e outras, estão sendo insensatamente ajudados pela insensatez, pela ignorância e pela inconsciência de alguns que deviam ser justamente os primeiros a reagir contra a devastação sacrílega que se propaga, como se faltasse a democracia um caminho interno para a correção de seus erros.

Este trecho da declaração contém dois dos principais elementos do discurso anticomunista produzidos pela Igreja no período: o de ser um regime “ditatorial”, contrário

às liberdades individuais e o de ser uma experiência “ateisante”, contrária à religião. Esses dois elementos, juntamente com o fato de ser “intrinsecamente mau”, como já explicitara D. Augusto na Carta Pastoral, foram os principais componentes do discurso anticomunista católico no período.

Em outra parte desse trecho, quando o clero afirma que as classes operária, sindical, estudantil e outras estão sendo exploradas e envenenadas, podemos perceber na verdade uma tradução feita por parte do clero de um fenômeno recente da história republicana na época, que era exatamente uma maior organização e mobilização de organizações da sociedade civil que estavam num processo cada vez intenso de reivindicações por reformas, como a UNE, a CGT, e as Ligas Camponesas. Para a Igreja, além desses setores, agora a penetração atingia outras áreas que, pela insensatez, ignorância ou inconsciência, justamente deveriam ser os “os primeiros a reagir contra a devastação sacrílega que se prepara” o que, em nosso entendimento é uma referencia ao próprio governo Goulart, reforçando o argumento da Carta Pastoral sobre a penetração comunista nas “altas funções administrativas do país.” (Pag. 82).

Nas linhas seguintes, a declaração vai apresentando um tom cada vez mais agressivo, saindo do campo da simples denúncia para exigir soluções imediatas.

Não é admissível que nos deixemos precipitar na escuridão do abismo a que os comunistas declarados ou disfarçados estão querendo nos conduzir. Consentir em semelhante atentado seria, para nós, trair com os nossos deveres para com a religião e para o Brasil. Por isso, como bispos e cidadãos, estamos reiterando o nosso pronunciamento em favor de uma decisão objetiva e franca da consciência nacional em defesa da democracia.

O sentido da frase “em favor de uma decisão objetiva e franca” comporta o apoio dos bispos a uma série de possibilidades de ações dentre as quais, nas semanas anteriores ao Golpe, momento em que já se comentava abertamente a interrupção do Governo Goulart, uma intervenção das forças armadas poderia ser a principal. Afinal, o próprio D. Augusto já tinha expressado, na Carta Pastoral, confiança numa intervenção desse tipo, quando da citação de Marechal Eurico Gaspar Dutra que afirmou: “no momento preciso não ficará ociosa, na bainha, a espada de um só soldado brasileiro” (pag. 84).

Outra clara demonstração de que o posicionamento da Igreja era bastante firme sobre a necessidade de se tomar providencias para conter aquilo que para ela era o avanço do comunismo sobre o país, pode ser constatado na citação abaixo.

A hora não comporta o neutralismo, a indefinição dos comodistas, dos covardes, dos aproveitadores, dos incoiores, dos que fazem de conta que não percebem a gravidade do que nos ameaça. Se já ninguém tem o direito de negar que o Altar e a Pátria estão em perigo, nosso dever é povoar, se preciso, as trincheiras para garanti-lo.

Resumindo: para os bispos a situação não comportava mais o “neutralismo e a apatia”, mas uma ação na qual, se preciso fosse, se “povoasse as trincheiras”, já que o que se defendia era uma ação “objetiva e franca da consciência nacional”, cujas vozes eram lembradas, pelo Arcebispo, e que afirmavam que “não ficará na bainha, a espada de um só soldado brasileiro”.

O Jornal Semana Católica

Além dessas declarações oficiais, outro veículo importante que expressava o posicionamento do clero nos meses imediatamente anteriores ao Golpe foi o próprio periódico da Igreja, o *Jornal Semana Católica*, cujas matérias e editoriais não se furtaram a abordar o contexto de acirramento político. Devido a grande quantidade de matérias e por questões de espaço, citaremos apenas os títulos das notícias que, por tudo que foi até aqui exposto, poderão ser bem contextualizadas pelo leitor. Por exemplo, sobre a campanha que denunciava a penetração comunista no Brasil, encontramos as seguintes notícias: *A nação não pode saber*²¹⁶ na qual eram relatadas as possíveis ligações entre o governo Goulart e o regime de Fidel Castro; *Denuncia o padre Vidigal: o Governo favorece propaganda subversiva na embaixada russa*²¹⁷; *A queda da máscara*²¹⁸, na qual há a associação entre o Ministro do Trabalho e o comunismo; *Estatização soviética o Brasil*²¹⁹; *Por Deus e pelo Brasil*, matéria que defende “uma forte arregimentação de forças morais e espirituais da pátria, quiçá do mundo, para conter a onda imensa de idéias dissolventes que agita a vida dos povos, (...)”²²⁰; *Súplica contra o comunismo*²²¹; *Ardil vermelho para conquistar*

²¹⁶ *Jornal Semana Católica*, 10 de fevereiro de 1963, p. 4

²¹⁷ *Jornal Semana Católica*, p. 6

²¹⁸ *Jornal Semana Católica*, 24 de fevereiro de 1963, p. 2

²¹⁹ *Jornal Semana Católica*, 3 de março de 1963, p. 1

²²⁰ *Jornal Semana Católica*, p. 2

²²¹ *Jornal Semana Católica*, 10 de março de 1963, p. 6. O artigo, que é de autoria de D. José Newton, Arcebispo de Brasília, causa estranheza pela data em que foi escrito: 15 de agosto de 1961, quase dois anos antes de sua publicação aqui na Bahia

a liderança absoluta do trabalhismo²²²; cinema e teatro, fatores de combate à religião na qual “continua o comunismo servindo-se, no Brasil, de teatro e cinema para mudar o espírito religioso do povo, na linha determinada pelo P. C. (...)”²²³. É importante frisar que as manchetes citadas são do início de 1963, o que demonstra uma campanha que não foi de última hora, mas sim existiu desde o momento que Goulart chegou a presidência e foi se avolumando na medida em que ele recuperava os plenos poderes presidenciais.

Quando se iniciou o ano de 1964, a propaganda e o noticiário difundidos no jornal católico tornou ainda mais explícita as relações entre “penetração comunista” e o Governo Goulart, fazendo coro ao que o clero baiano oficialmente já explicitava nos documentos expostos anteriormente: *Traição em Marcha – prossegue a infiltração comunista no organismo fundamental – o povo brasileiro repudia a servidão vermelha, mas as elites corruptas preparam a derrubada das instituições democráticas – quem são os inimigos – alerta, católicos*²²⁴; *A conspiração continua! – a legalidade para o partido comunista é mais um passo para a subversão*²²⁵; *A legalidade do partido comunista é um crime – impossível ser neutro numa hora de afirmação – os amigos do partido comunista são inimigos do Brasil*²²⁶; *Por Deus e pela Pátria – As reformas não justificam o clima de insegurança que se instalou no país – a agitação e as provocações só conduzem ao caos – Deus não abandonará o Brasil*²²⁷.

Com base nas fontes até aqui expostas (a Carta Pastoral de D. Augusto, a Declaração dos Bispos da Bahia, juntamente com as matérias divulgadas no jornal oficial da Arquidiocese de Salvador), podemos afirmar que nos meses imediatamente anteriores ao Golpe, a Igreja na Bahia, no mínimo, nutria expectativas para que ocorresse uma intervenção armada. A principal preocupação presente nos pronunciamentos da hierarquia seria afastar a ameaça que, segunda ela, estaria levando o “Altar e a Pátria” para a escuridão de um abismo, cujo fundo era vermelho. Mais do que isso, produziu um conjunto de discursos que engrossavam a campanha ideológica realizada pelos setores opositores do governo Goulart, que afirmavam a existência de uma suposta penetração comunista no Brasil. Junto a esses setores, vai reforçar o discurso de convivência do Governo para a

²²² *Jornal Semana Católica*, 24 de março de 1963, p. 5

²²³ *Jornal Semana Católica*, 31 de março de 1963, p. 4. A crítica refere-se às obras de Ariano Suassuna, *O Auto da Compadecida*, e Dias Gomes, *O Pagador de Promessas*

²²⁴ *Jornal Semana Católica*, 26 de janeiro de 1964, p. 1

²²⁵ *Jornal Semana Católica*, 16 de fevereiro de 1964, p. 1

²²⁶ *Jornal Semana Católica*, 23 de fevereiro de 1964, p. 1

²²⁷ *Jornal Semana Católica*, 22 de março de 1964, p. 1

penetração que teria que ser, ainda que pela força, interrompida. Quando a almejada espada saiu da bainha, cabia agora benzê-la e legitimá-la.

A “benção” da espada: “Deus escutou as nossas preces”

No dia 12 de março de 1964, um grupo de católicos realizava uma coleta de assinaturas para um documento de repúdio ao comunismo no Brasil, bem em frente ao então cine Guarani, na Praça Castro Alves. A princípio, o que era para ser uma ação de protesto, se transformou num evento que bem exemplifica a tensão política do período, não apenas no Brasil, mas também em Salvador, no qual

Jovens católicos, quando denunciavam o sentido comunista da campanha pelas “reformas de base”, foram agredidos por grupos de comunistas, os mesmos que entraram em ação durante os incidentes do último dia 2, na Reitoria da Universidade da Bahia. Os fatos tiveram lugar na Praça Municipal e Praça Castro Alves, onde chegou a ser disparado um tiro.²²⁸

Em esclarecimentos prestados na redação dos jornais no dia seguinte, as lideranças católicas justificavam a coleta de assinaturas para referendar um documento que interpelava a atitude, para eles inexplicável, da Ação Católica de Belo Horizonte, que havia criticado os mineiros que impediram um pronunciamento de Brizola a favor das Reformas de Base, no dia 25 de dezembro na capital mineira.²²⁹ Não é de se surpreender que o noticiário tenha assumido partido favorável ao grupo católico, não apenas pelo espaço cedido para que divulgasse o manifesto, mas pela própria forma com que o fato foi narrado, segundo o qual teria se iniciado quando “uma malta de comunistas fanáticos depredaram postos de coletas de assinaturas, contra as reformas de base em termos comunistas”.²³⁰

A data da elaboração do documento de repúdio às reformas de base não parece ter sido escolhida ao acaso, afinal, no dia seguinte, 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, Goulart faria aquela que talvez fosse a aposta mais arriscada de seu governo: o comício do

²²⁸ Como já afirmamos no capítulo II (p. 72) qualquer pessoa ou grupo com posicionamentos progressistas e com idéias avançadas poderia ser rotulado de comunista. O evento descrito no noticiário parece ser mais um exemplo dessa estigmatização, já que tudo indica que os “grupos de comunistas” na verdade se tratavam de militantes estudantis, “os mesmos que entraram em ação durante os incidentes do último dia 2, na Reitoria da Universidade da Bahia”. *Diário de Notícias*, 13 de março de 1964, p. 1

²²⁹ *O Estado da Bahia*, 13 de março de 1964, p. 2

²³⁰ *Diário de Notícias*, 13 de março de 1964, p.2

dia 13 de Março. Nesse comício “a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB, foi selada”²³¹. Ou seja, Jango parecia abrir mão de uma política de conciliação nacional, partindo para uma estratégia de pressionar o Congresso mediante a arregimentação de apoio popular.

No âmbito local, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Bahia patrocinou a retransmissão do comício, com a instalação de auto-falantes na Praça da Sé, apesar da tentativa de cancelamento do evento por parte do delegado de *jogos e costumes*. Pelo que afirmou o noticiário, o evento não teve a mínima repercussão, já que havia, apenas, “meia dúzia de populares curiosos, ouvindo sem entusiasmos os diversos discursos”.²³² A afirmação não parece ser de toda verdadeira, como demonstra uma foto que ilustra a reportagem, na qual podemos contar, no mínimo, com a presença de 30 pessoas ao redor de um carro de som. Independentemente da quantidade de pessoas presentes, a cobertura desse evento é mais um exemplo do posicionamento contrário da imprensa baiana às manifestações pró-reformas – como já ficara claro na cobertura da coleta de assinaturas promovida pelas lideranças católicas.

As primeiras declarações após o Golpe

Na Bahia, o governador Lomanto Júnior teve um posicionamento de cautela diante da mobilização das tropas do general Mourão Filho em Minas Gerais, defendendo a permanência de Goulart na presidência, como sugere a seguinte nota, emitida às 4:30 do dia 1 de abril.

O governo da Bahia, coerente com os seus pronunciamentos anteriores, manifesta-se firmemente pela defesa da legalidade democrática, com a preservação dos poderes constituídos, repudiando, por isso mesmo, qualquer tipo de ditadura.²³³

Nos dias seguintes, porém, o discurso do governo baiano ganhava uma direção mais pragmática, na medida em que os militares ocupavam a sede do governo federal e Goulart

²³¹ Jorge Ferreira, *op. cit.*, p. 382

²³² *Diário de Notícias*, 14 de março de 1964, p. 1

²³³ *Diário de Notícias*, 1 de abril de 1964, p. 1

se refugiava no Uruguai. O primeiro pronunciamento nessa direção veio do vice-governador, Orlando Moscoso:

Ao brado dos inconformados à infiltração extremista em todos os setores da nossa estrutura política e administrativa, responderam, agora, as nossas gloriosas Forças Armadas que interpretaram, neste episódio, fielmente os sentimentos da maioria do povo, promovendo a intervenção saneadora e salvadora da democracia brasileira.²³⁴

O segundo viria do próprio governador, um dia após a declaração de Orlando Moscoso, com um tom bastante diferente do pronunciamento da madrugada do dia 1º de abril. Ao se dirigir para os trabalhadores, Lomanto afirmou que

Esta é a grande oportunidade trabalhadores, de solidificação do regime democrático pois, nesta hora em que a Bahia retorna, com plenitude à paz, à tranqüilidade, o Governo e as Forças Armadas estão todos empenhados na manutenção da ordem pública.²³⁵

A mudança no discurso é bastante evidente, pois se na primeira nota vai pedir calma e tranqüilidade aos baianos, manifestando-se favorável a manutenção da “legalidade democrática com a preservação dos poderes constituídos”, nesta última nota agora a paz e a tranqüilidade são o resultado da ação dos militares, na qual poderia haver a “solidificação do regime democrático.” Parecia ser uma mudança de atitude bastante pragmática e necessária, já que, confirmada a vitória dos golpistas, nada mais natural do que o governo do Estado seguir uma tradição adesista às grandes mudanças políticas oriundas do centro político do país, como o advento da República em 1889, ou a Revolução de 1930 com Getúlio. A questão era saber se ainda haveria salvação política para o mandato de Lomanto, cuja cassação seria um procedimento lógico, tanto pelo dubio posicionamento nas primeiras horas do Golpe, como pelo apoio que prestara durante o seu governo ao então presidente Goulart. É a partir desse ponto que descreveremos os posicionamentos e as ações da Igreja depois do Golpe.

Num contexto político tão importante para o Estado e tão delicado para o Governador, D. Augusto não deixaria de estar presente e de ser, por isso mesmo, enaltecido por Lomanto.

²³⁴ *O Estado da Bahia*, 3 de abril de 1964, p. 2

²³⁵ *O Estado da Bahia*, 4 de abril de 1964, p. 2

Este homem que mais uma vez conquistou o meu coração, que mais uma vez me fez sentir a grandeza da fé, esta que é uma constante em minha vida. Justamente na hora amarga e difícil de governador preocupado com o destino do país e particularmente com os destinos de seu povo, foi o Cardeal da Silva que, saindo de seu repouso, veio até o Aclamação trazer uma palavra de religiosidade.
236

O papel do líder da Igreja da Bahia não seria apenas o de oferecer conforto espiritual para o governador do Estado. Parece ter ido bem mais longe do que isso. Para compreensão da relação existente entre D. Augusto e a permanência de Lomanto Júnior no governo, os indícios, ainda que esparsos, apontam para uma participação importante do Arcebispo para que a manutenção no cargo acontecesse. Segundo Luiz Henrique Dias Tavares, o Cardeal assumiu um papel de coordenador nas negociações com os militares, o que resultaria na permanência do governador.²³⁷ Os relatos ainda vivos do período apontam para a mesma impressão, como a de Gaspar Sadoc, ao lembrar que “Lomanto sabe que deve a D. Augusto, em parte, muito de sua permanência no Governo”²³⁸ ou do Padre Antônio Nobre que afirmou que “foi o Cardeal que sustentou Lomanto na época da ‘Revolução’”.²³⁹ Independentemente do peso que a ação de D. Augusto teve na manutenção do mandato de Lomanto, já aqui pode ser prevista uma participação efetiva da Igreja nas primeiras semanas após o Golpe.

Declarações da Igreja

Se, de início, o executivo local apresentou um posicionamento de moderação para só depois prestar apoio à intervenção armada, as manifestações da Igreja após o Golpe tiveram um sentido bastante claro – o de apoio incondicional.

A primeira manifestação do clero encontrada foi a publicação, no dia 6 de abril, de um aviso expedido pelo Governo Diocesano dirigido a todas as paróquias.

Em testemunho de ação de graças à Misericórdia Divina que, ainda uma vez, preservou da dominação do comunismo internacional ateu a nação brasileira, recomenda o Ilustríssimo Cardeal da Silva, Arcebispo Primaz, ao Clero da Arquidiocese, um tríduo de orações com bênção solene do Santíssimo Sacramento, nos dias 6, 7 e 8 do corrente, em todas as igrejas paroquiais,

²³⁶ *Idem, ibidem.*

²³⁷ TAVARES, Luís Henrique Dias. “A República da Constituição de 1946 na Bahia” In *História da Bahia*. São Paulo: UNESP; Bahia: EDUFBA, 2001, p. 475

²³⁸ *Padre Gaspar Sadoc*, entrevista ao autor em 24 de novembro de 2007.

²³⁹ *Padre Antônio Pinto Nobre*, entrevista ao autor em 6 de dezembro de 2005.

reitorias e capelanias, para o feliz êxito da eleição do novo governo do país. Durante esse Tríduo os Sacerdotes explicarão aos fiéis o significado cívico-religioso do acontecimento que enche de incoercível júbilo a alma de toda a nacionalidade.²⁴⁰

No início da declaração podemos constatar aquele que será um dos principais elementos do discurso legitimador da Igreja, que é exatamente a realização do Golpe como uma ação de Deus, da “misericórdia divina” contra as forças do comunismo internacional. Esse tipo de argumentação pode ser compreendido com base num dos mecanismos pelos quais a Igreja formula os discursos que tratam da realidade na qual está inserida, que é a interpretação dos eventos dessa realidade a partir de sua própria matriz religiosa fundamentada na doutrina, o que confere um sentido religioso aos eventos contemporâneos.

Isto não quer dizer que, com base nessa interpretação, os discursos apenas opinavam sobre as questões ou descreviam os fatos relacionados ao Golpe de 64, mas também que os discursos expressavam uma tomada de partido por parte da Igreja, complementada com ações concretas. É isto que podemos perceber quando o Arcebispo orientou para que em todas as Igrejas se faça um Tríduo de orações para “o feliz êxito da eleição do novo governo do país”. Da mesma forma, acreditamos que, na explicação aos fiéis do “significado cívico-religioso” do Golpe, os padres que seguiram à risca os posicionamentos de D. Augusto não fugiram da linha adotada pelo Arcebispo.

Um dia após o pronunciamento que recomendava as orações nas igrejas, D. Augusto emite uma declaração oficial da Arquidiocese sobre o Golpe. No documento podemos constatar um discurso fundamentado num sentimento de agradecimento a Deus pela intervenção militar. Para o arcebispo, “é justo, é natural, é nobre e santo agradecermos ao Senhor a vitória alcançada, agora definitivamente, sobre o comunismo apátrida e ateu”.²⁴¹ Isto é, o agradecimento era quase que uma obrigação, já que foi Deus que

Inspirou ainda uma vez as gloriosas Forças Armadas do Brasil ouvirem e realizarem os anseios da alma nacional, evidenciados por todos os órgãos de sua representação oficial, civil e eclesiástica, ao longo dos quadrantes da grande Pátria.

²⁴⁰ *A TARDE*, 6 de abril de 1964, p. 4

²⁴¹ Esta e as demais citações do documento, ver em *A TARDE*, 7 de abril de 1964, p. 1

Este trecho do documento revela que D. Augusto justificava a ação das Forças Armadas a partir de dois condicionamentos. A primeira seria a influência divina, que, inclusive, aparece no decorrer do texto, como numa parte em que afirma: “Deus que, ainda uma vez, realizou no Brasil o milagre de preservar-lhe das tramas a reação do comunismo internacional ateu e opressor, então dirigidas até a pouco nas altas esferas administrativas do país”. Ou seja, foi emanada de Deus a “inspiração” para que as Forças Armadas atuassem no processo político, e operar o “milagre” que, em última instância, foi realizado pela Providência Divina.

A segunda justificativa é o fato de que, novamente sob a inspiração divina, as Forças Armadas terem ouvido e realizado os “anseios da alma nacional”, isto é, terem agido em atendimento aos clamores da sociedade, numa argumentação que legitima a ação a partir de um suposto apoio popular. O discurso não é novo nas situações em que o Exército intervém num processo de crise política, no qual entrariam em cena no atendimento do “chamado do povo”.

Outra informação importante trazida pelo documento é a impressão que o Cardeal tinha daqueles primeiros dias depois do Golpe, visto por ele como um momento de

Agradecimento e de trabalho, de reconstrução e de saneamento, de júbilo, de renúncia, de abnegação, de limpeza, mas de compreensão humana e cristã, de senso de justiça, de respeito à família e de amor à pátria.

O que mais nos chama a atenção aqui é a presença dos termos “saneamento” e “limpeza”, que poderiam sugerir um possível apoio para medidas de repressão e de caça aos comunistas realizada pelo comando golpista, num ensaio daquilo que seria uma política de governo que cada vez mais restringiria os direitos civis dos brasileiros. É necessário deixar bem claro que não estamos insinuando que D. Augusto apoiou o *regime militar* e toda a repressão praticada no período de sua vigência, mas sim que, condizente com o apoio irrestrito que dera ao *Golpe*, o líder da Igreja na Bahia provavelmente apoiou as primeiras ações de repressão do movimento.²⁴²

²⁴² É bastante sugestiva que a publicação dessa declaração da Igreja, que agradecia e legitimava o Golpe tenha sido feita ao lado de duas fotos que mostravam a prisão de supostos comunistas, juntamente com materiais considerados subversivos pela polícia, no MEC, formando um sentido de complementaridade entre ação e legitimação, talvez intencionalmente publicadas pelo Jornal.

A Marcha pela Família com Deus e Democracia em Salvador

Outra importante ação por onde a Igreja deixou bem claro o seu apoio ao Golpe de 64, foi a sua participação em outra grande manifestação de massa que, assim como ocorrera um ano antes, com a concentração do Rosário, sacudiu Salvador: a Marcha com Deus pela Democracia e Liberdade.

A Marcha realizada em Salvador, no dia 15 de abril, na verdade foi uma entre as várias que ocorreram em todo o território nacional e que tiveram o seu caráter definido a depender do momento em que tenham acontecido: se *antes* do Golpe, assumiam o caráter de grande protesto popular contra o Governo; se ocorreram *após* o Golpe tiveram o sentido de “marcha de triunfo”.

A primeira dessas grandes mobilizações teria sido realizada por setores da sociedade civil que faziam oposição ao governo, como forma de dar uma resposta a altura ao comício do dia 13 de Março, e a estratégia de Goulart em repetir esses comícios em outras capitais brasileiras para obter apoio popular e pressionar o Congresso para a realização das reformas. Quando a noite do dia 13 de março chegou, a grande concentração popular, os discursos inflamados e uma declaração do presidente sobre o uso de símbolos religiosos para arregimentação política²⁴³ provocou uma espécie de contra-ofensiva por parte dos setores conservadores da sociedade brasileira empenhada, agora, em derrubar o Governo. Para isso contaram com a ação destacada das associações femininas, cuja ação de desgaste ao governo foi uma das mais eficientes²⁴⁴, com a elite empresarial reunida em torno do IPES, políticos conservadores, e setores do clero católico para a realização das Marchas com Deus pela Liberdade.

As Marchas foram movimentos com grande concentração popular que, como reflexo dos setores engajados em sua realização, defendiam “... a obediência aos valores tradicionais cristãos (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e a observação das

²⁴³ “Os rosários não podem ser levantados contra a vontade do povo e suas aspirações mais legítimas” *discurso de 13 de março. Apud Solange Simões. Deus, Pátria e Família: As mulheres e o Golpe de 64.* Petrópolis: Vozes, 1985, p. 93

²⁴⁴ A obra de Solange Simões, *op. cit.*, nos mostra os termos pelos quais a inserção das mulheres foi realizada: assumindo o papel de mãe – esposa – donas de casa, cujos discursos continham forte elemento religioso.

liberdades individuais (a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada), ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart”.²⁴⁵

A primeira Marcha, realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, dia de São José, padroeiro da família, reuniu 500.000 pessoas e teve como um de seus efeitos incitar parte dos militares ao Golpe, por demonstrar um provável apoio popular caso uma intervenção armada acontecesse. Ocorreu como uma espécie de expressão prática de mobilização de setores médios da sociedade, e que, mais tarde, coroaria uma eficiente e ampla campanha de desgaste contra o governo. A rapidez com que o Golpe civil-militar foi executado e a ausência de uma grande mobilização popular contrária demonstram a influência e eficiência que essa campanha teve nos meses anteriores ao desfecho da crise.

Tomando como exemplo a Marcha realizada em São Paulo, outras Manifestações similares foram programadas. Porém, com a efetivação do Golpe, elas deixariam de ser “desfiles de protesto” e passavam a ser “desfiles de triunfo”. Na Bahia, a Marcha reuniu uma aglomeração gigantesca estimada entre 300.000 e 400.000 pessoas, se apresentando não apenas como um “desfile de triunfo”, mas, também, de agradecimento à intervenção das Forças Armadas.

Em Salvador, a primeira reunião oficial para organizar o evento ocorreu no dia 8 de abril no *Clube de Bridge*, contando com a presença de uma “comissão de senhoras”, além da “deputada Ana Oliveira, padres Walter Magalhães e Manoel Soares, representando o Cardeal e o clero, além de muitas outras senhoras da sociedade baiana”²⁴⁶.

Com base nessa nota do jornal, e na pesquisa coordenada por Ana Alice A. Costa²⁴⁷, podemos afirmar que a iniciativa para a realização da Marcha em Salvador, foi o resultado das ações de mulheres de proeminência política na Bahia, como a deputada estadual Ana Oliveira e a primeira-dama Hildete Lomanto, juntamente com o clero baiano.²⁴⁸ Como

²⁴⁵ Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira. *A marcha, o terço e livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do Golpe de 1964*. Revista Brasileira de História. V 24, nº 47. São Paulo, 2004, p. 4

²⁴⁶ *A TARDE*, 9 de abril de 1964, p. 9

²⁴⁷ Ana Alice A. Costa, Ediane Santana e Rebeca Sobral. *As mulheres e as marchas da família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia*. (pesquisa desenvolvida através do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA).

²⁴⁸ Na verdade, mesmo antes do Golpe já havia uma articulação para realizar a *Marcha com Deus* em Salvador para que fosse uma “resposta da Bahia àqueles que tentam implantar no país o regime totalitário”. *Diário de Notícias*, 29 de março de 1964, p. 3. Já no noticiário que informava sobre a reunião do dia 8, o jornal fez alusão a um protesto que estava sendo organizado por uma pessoa chamada Álvaro Silveira, contra a suposta comunização do país, e que pode ser a mesma *Marcha* que citamos anteriormente. Tudo indica que, com a efetivação do Golpe, o evento tenha sido cancelado, porém, as suas comissões e departamentos

seria de se esperar, a Igreja, principalmente por intermédio de D. Augusto, terá uma destacada atuação, tanto nos preparativos quanto na realização da passeata, tal qual ocorrera com a Cruzada do Rosário. Porém, neste evento havia uma diferença significativa. Se, na Cruzada, o próprio caráter, essencialmente, porém não exclusivamente religioso do movimento colocava a Igreja em posição de proeminência, na Marcha, a Igreja terá que partilhar com outros grupos sociais, inclusive com outros setores religiosos²⁴⁹, a realização da passeata. A afirmação pode ser melhor exemplificada pela própria definição da Marcha dada pelos personagens contemporâneos ao evento.

Não se trata de um movimento destinado a acirrar ódios políticos ou discriminação religiosa sem o que não teria a unidade que seria de desejar. Essa Marcha tem, fundamentalmente, a idéia de agradecimento, não só aos poderes públicos, civis e militares, mas, e principalmente, a Deus e todas as suas crenças, pela graça que obtivemos em não deixar o nosso querido país soçobrar nas garras do comunismo ateu.²⁵⁰

Ou seja, podemos perceber a intenção de que a Marcha fosse uma manifestação que expressasse uma unidade, agregando diversos grupos sociais, inclusive diferentes crenças e religiões, conferindo-lhe certo caráter ecumênico.

Outra citação que demonstra a intenção de que a Marcha fosse um evento que abarcasse a maior pluralidade possível de setores sociais foi o manifesto redigido pelas mulheres organizadoras do evento, assinado simplesmente como “a mulher baiana”:

Homens e mulheres, velhos e moços, de todas as classes sociais, de todas as profissões, de todos os credos, de todas as religiões, não esperem convite para participar da grande passeata do dia 15, a partir da Praça da Sé ao Campo Grande, às 15:00 horas a fim de expressar o nosso sentimento de agradecimento à Deus, nosso grande general, e às Forças Armadas pelo alívio que trouxeram ao coração de todos os brasileiros e particularmente à família baiana. Não esperem convites pois a festa não tem dono. É sua, é minha, é nossa, é da pátria.²⁵¹

Assim, podemos compreender a Marcha da Família com Deus pela Democracia em Salvador como uma grande manifestação de agradecimento, de apoio e de legitimação ao Golpe civil-militar que, para atender a esses objetivos, deveria agregar o maior número

parecem ter sido aproveitadas pela comissão organizadora da *Marcha* para o evento do dia 15 de abril. *A TARDE*, 9 de abril de 1964, p. 9

²⁴⁹ Dentre os oradores da passeata, estavam escalados para fazer pronunciamentos os Senhores Germano Tabacoff, em nome dos “israelitas”, Ebenezer Cavalcanti, em nome dos evangélicos e Joir Brasileiro, em nome dos “Maçons”. *A TARDE*, 14 de abril de 1964, p. 3

²⁵⁰ *A TARDE*, 14 de abril de 1964, p. 1

²⁵¹ *Diário de Notícias*, 8 de abril de 1964, p. 2

possível de manifestações de apoio, seja da esfera política, civil ou religiosa, produzindo a imagem de amplo apoio popular à “revolução”. É com base nessa interpretação que podemos compreender o porquê da missa de *Te Deum*²⁵² celebrada por D. Augusto na Catedral, no dia da passeata, não constar na programação oficial da Marcha. Caso a missa constasse na programação oficial, isto poderia ser interpretado como certo “privilégio” da Igreja em relação às demais instituições religiosas, diminuindo o caráter ecumênico da manifestação.

De qualquer forma a Igreja não poupou ações para que o evento fosse um sucesso e para que Ela mesma ocupasse um importante lugar em sua realização. O Arcebispado emitiu nota convocando toda a família baiana a “tomar parte no solene *Te Deum* a ser realizado no Catedral Basílica no dia 15 às 15:00 horas, e a participar do glorioso desfile cívico até o Campo Grande, onde será prestada a merecida homenagem às Forças Armadas, que nos livraram do domínio do comunismo ateu”. Também vai ordenar que “em todas as igrejas desta capital toquem festivamente os sinos nos dias 12, 13 e 14 às 15:00 horas, durante cinco minutos, e que, no dia 15, a partir do meio dia, os sinos repiquem, a curtos intervalos, até às 15:00 horas, quando será entoado o *Te Deum*”²⁵³.

Como o início da Marcha estava programada para sair da Praça da Sé, em direção ao Campo Grande, as 15:00 horas, mesmo horário em que estava marcada a missa da Igreja, podemos dizer que, na prática, a celebração na Catedral Basílica inaugurava as festividades daquela tarde ainda que a missa de agradecimento não constasse na programação oficial.

Presidida por D. Augusto, a missa de agradecimento, que teve o seu horário antecipado para as 13:00 horas, teve como um dos oradores o padre Gaspar Sadoc

Que produziu notável oração, em que exaltou a luta das Forças Armadas, dos líderes civis, da imprensa e das forças democráticas, para conjurar a ameaça comunista, dizendo ser agora o momento de provar ao povo que sob a égide da liberdade poderão ser-lhe proporcionadas melhores condições de vida²⁵⁴

Na parte final da missa, o coro dos frades franciscanos entoou o *Te Deum*, o cântico de agradecimento aos céus, momento no qual uma multidão com milhares de faixas se dirigiu para o Campo Grande, tendo a frente uma patrulha da Polícia Rodoviária; acima uma chuva de papel picado jogado pelas janelas decoradas com as cores da bandeira

²⁵² *Te Deum laudamos* (A Vós, oh Deus, louvamos) é um cântico em louvor a Deus, cantado em ação de graças e em qualquer ocasião de alegria especial.

²⁵³ *A TARDE*, 10 de abril de 1964, p. 3

²⁵⁴ *A TARDE*, 16 de abril de 1964, p. 1

nacional, tendo como trilha sonora o repicar dos sinos de todas as Igrejas da cidade, além das sirenes e os apitos de navios e trens anunciando a Marcha da “apoteose da vitória”. A grande quantidade de representações e autoridades presentes, a grande multidão, que praticamente ocupou o trecho entre a Praça da Sé e o Campo Grande, indicam o sucesso do evento, que, inclusive, foi reproduzido em outras cidades da Bahia.²⁵⁵

Assim como ocorreu na manifestação da *Cruzada do Rosário*, a realização da *Marcha com Deus pela Democracia e Liberdade*, exigiu a participação de amplos setores da sociedade, inclusive do governo do Estado que suspendeu todas as suas atividades, além de decretar feriado escolar. Na passeata, diversas representações estiveram presentes: um “batalhão evangélico”, uma grande representação da Petrobrás, Câmara Municipal, Associação dos Funcionários Públicos; sindicatos dos portuários, padeiros, conferentes, tarefeiros, barbeiros.²⁵⁶ Também marcaram a sua presença a Associação dos Funcionários Públicos do Estado, Federação dos Trabalhadores da Indústria, grupos de professores secundários, intelectuais, médicos, universitários, estudantes de diversas escolas, etc.²⁵⁷ No Campo Grande, os pronunciamentos ficaram a cargo da primeira dama do Estado, Hildete de Brito Lomanto, a deputada Ana Oliveira, o engenheiro Renato Novis, a vereadora Dulce Sales Braga, Monsenhor Francisco Reis, pastor Ebenezer Cavalcanti, o médico Luiz Fernando Macedo Costa, deputado Wilson Lins, coronel Humberto Melo, Almirante Claudio Acylino de Lima e, por fim, o governador interino Orlando Moscoso.²⁵⁸

Um dos principais objetivos a serem alcançados pelos organizadores da Marcha era a máxima repercussão das mensagens de agradecimento e comemoração pela intervenção militar. A Igreja parece que também compartilhava desse objetivo, como pode ser percebido numa outra declaração oficial emitida por D. Augusto, na qual afirma que

Os ecos do *Te Deus Laudamos*, que fizemos subir aos céus, em agradecimento ao grande milagre da redenção do Brasil, reboam ainda de cidade em cidade, de matriz em matriz, pelo interior da grande Metrópole, como repetição do incontido sentimento de fé e de patriotismo da nossa gente baiana, agradecendo a Deus ainda uma vez a salvação da Pátria.²⁵⁹

²⁵⁵ Simões Filho, Catú, Inhambupe, Araci, Caculé, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, Cruz das Almas, Iramaia, Lençóis e Guanambi. Ver em Ana Alice A. Costa, *op. cit.*, p. 11

²⁵⁶ *A TARDE*, 16 de abril de 1964, p. 1

²⁵⁷ *Diário de Notícias*, 16 de abril de 1964, p.2

²⁵⁸ *A TARDE*, 16 de abril de 1964, p. 1

²⁵⁹ *Diário de Notícias*, 23 de abril de 1964, p. 3

Porém, para D. Augusto, a Marcha, enquanto manifestação de agradecimento parece que ainda não era suficiente. Para o Arcebispo

Não manifestamos ainda, porém, bastantemente o nosso reconhecimento, a Deus, à Igreja, às Forças Armadas, realizadoras precípua da vitória; louvai ao Senhor. Alegrai-vos, digo-vos outra vez: alegrai-vos.²⁶⁰

A citação, ainda que pequena, é de grande valor, por apontar, além de Deus e as Forças Armadas, agora a própria Igreja como uma das “realizadoras precípua da vitória”, e que poderia deixar subentendido que a Igreja seria uma das responsáveis pelo Golpe. Na verdade, a afirmação do líder da Igreja na Bahia deve ser considerada mais como uma referência do papel ativo que a Igreja teve durante o contexto de crise política na qual o Golpe foi um desfecho, e que vem sendo apontado desde o início desta dissertação, do que uma participação do tipo “conspiratória” ou algo do gênero.

A missa do Bonfim

Como a citação anterior deixa transparecer, para D. Augusto as manifestações de agradecimento ao Golpe ainda não tinham sido suficientes. Se a intervenção armada ao governo Goulart foi o resultado de uma ação de “misericórdia divina”, de Deus, nada mais justo do que uma manifestação de agradecimento com um caráter mais religioso do que tivera a *Marcha com Deus pela Liberdade e Democracia*, e que, claro teria a Igreja como realizadora.

É provável que tenha sido com esse objetivo que o Cardeal organizou outra grande manifestação popular de agradecimento, a ser realizada na Igreja do Bonfim, no dia 1^a de Maio. Em convite publicado nos jornais, convocou a população católica para participar da missa a ser realizada na Colina Sagrada às 17:00 horas. Solicitou, também, que “os vigários de todas as paróquias da cidade e dos subúrbios que organizem e façam realizar naquele dia piedosas romarias a fim de que todos possam tomar parte da solenidade”. O local não foi uma escolha aleatória, já que “a alma católica da Bahia se acostumou a marcar as grandes horas de sua História, a resolver seus mais graves problemas e a cantar seus mais preciosos triunfos voltando o seu olhar e o coração para o seu glorioso e queridíssimo Senhor do Bonfim”. A escolha do dia, também, não foi feita ao acaso. Por ser

²⁶⁰ *Idem, ibidem.*

uma data comemorativa do dia do trabalhador e, considerando que uma “Trama sinistra fora determinada para eclodir no 1º de maio, levando então o país à perda de suas características inalienáveis, e submetendo o povo brasileiro à escravidão, ao ódio e à vingança.”²⁶¹

Logo, a celebração da missa no 1º de maio teria esse efeito simbólico de estar substituindo as manifestações que levariam o Brasil ao caos, enterrando definitivamente a ameaça comunista, colocando no lugar mais uma manifestação de apoio e agradecimento às forças vitoriosas da “revolução”.

Foi assim que, naquele dia do trabalhador, milhares de pessoas, em romarias organizadas nas diversas igrejas de Salvador, se dirigiram à Colina Sagrada para mais uma manifestação de agradecimento a Deus e às Forças Armadas. Destas, a que ganhou destaque nos jornais foi organizada pelo padre Manoel Barbosa, na qual uma multidão, calculada em 8.000 pessoas, saiu por volta das 15:00 horas da Igreja da Conceição da Praia. Pessoas de todas as camadas sociais “participaram da imponente Romaria à Colina Sagrada, para ali render graças a Deus pela vitória da Revolução que livrou o país do domínio comunista”²⁶². Chegando lá, puderam ouvir a santa missa celebrada por D. Augusto, que contou com a presença das mais importantes autoridades políticas e das Forças Armadas do Estado que fizeram pronunciamentos sempre alusivos à vitória da “revolução” sobre o comunismo.²⁶³

A “missa do Bonfim” foi mais uma manifestação, dentre tantas outras, em que a Igreja Católica mostrava o seu apoio ao Golpe de 64; mais um evento em que mostrava o lugar de destaque que ocupava na produção de discursos que extrapolavam, em muito, a esfera religiosa, e invadia a esfera política na qual os seus posicionamentos, como nas eleições baianas de 1962, por intermédio da ALEF, sempre foram bastante claros; mais um evento na qual repetia a sua força de mobilizar multidões em grandes manifestações populares, tal como ocorreu com a concentração do Rosário em Família, em 1963, e na Marcha com Deus pela Democracia e Liberdade.

Por fim, ao longo deste capítulo, podemos perceber uma linha de continuidade e complementaridade entre o posicionamento da Igreja antes e depois do Golpe. Inicialmente

²⁶¹ As três citações estão em *A TARDE*, 24 de abril de 1964, p. 3

²⁶² *O Estado da Bahia*, 2 de maio de 1964, p. 3

²⁶³ Estiveram presentes o governador Lomanto Júnior, o vice Orlando Moscoso, o comandante da 6ª Região Militar Manoel Mendes Pereira, o comandante do Distrito Naval Cláudio Acelino de Lima, o chefe do Estado Maior Regional Humberto Souza Melo, o prefeito de Salvador Nelson Oliveira, além de Secretários de Estado e chefes de repartições federais. *Idem, ibidem*.

por intermédio, principalmente, de D. Augusto, produziu um conjunto de discursos que explorava o medo do comunismo e difundia a sua penetração em toda a sociedade, inclusive no governo João Goulart, apontando, de forma sutil, uma possível intervenção das Forças Armadas como solução para a crise que ameaçava se instalar; a seguir, após o Golpe, vai legitimar a intervenção, com pronunciamentos e participações em manifestações, sempre com o caráter de agradecimento de uma ação redentora que teria ocorrido sob inspiração da vontade divina.

Considerações finais

No dia 15 de abril de 1964, enquanto Salvador realizava a Marcha pela Família com Deus e Liberdade, o general Castelo Branco recebia do Congresso Nacional a faixa de presidente da república. Era o resultado final de um processo amplo no qual diversos setores da sociedade civil atuaram no sentido de impor interesses que entevam em choque com uma agenda reformista que o governo Goulart almejava implementar.

A Igreja da Bahia, representada por um clero atuante, principalmente na figura do Arcebispo D. Augusto, não adotou uma postura passiva diante do vasto quadro de mobilizações e de acirramento político que marcavam aqueles primeiros anos da década de sessenta: no plano internacional o conflito de representações envolvendo os EUA e URSS exacerbava o medo do comunismo, que atingiu picos altíssimos com a entrada de Cuba na zona de influência soviética; nacionalmente a Igreja se via inserida num contexto de recrudescimento de mobilizações populares que reivindicavam a inclusão de seus interesses nos projetos de governo, cuja possibilidade de ser efetivada parecia concreta com a chegada de Goulart ao poder; esse recrudescimento engendrou a sua oposição, realizada por uma mobilização de setores conservadores da sociedade brasileira, cujas organizações não pouparam recursos de propaganda contra o governo. Esses fatores convergiam para que a Igreja adotasse uma postura ativa no campo político baiano e brasileiro na conjuntura do Golpe.

A atuação da Igreja ocorreu principalmente no campo da ideologia na qual é um dos principais veículos de produção simbólica. Foi na produção de um imaginário anticomunista, visto aqui como um conjunto de representações que interpretavam a realidade, mas que também condicionava estratégias e práticas que a Igreja se inseriu na dinâmica política do período.

Nos discursos produzidos pela Igreja, notadamente àqueles que tratavam das questões políticas, o principal componente observado foi o combate ao comunismo, que mobilizava um conjunto de representações em sua volta que, ao mesmo tempo em que definia o “comunista”, também definia o seu oposto. Isto é, quando nos diversos discursos produzidos pela Igreja o comunismo foi definido como “intrinsecamente mau”, “ateu”, “violento”, se delimitava um campo no qual eram reafirmados os valores da “família”, do “cristianismo”, da “pátria” num processo de construção e/ou reafirmação de identidades.

Esse processo contribuiu para que a população tomasse partido e apoiasse, ou não, pessoas, grupos ou ações que, sob o “filtro” das representações e signos do anticomunismo produzido pela Igreja, eram identificadas como comunistas.

Isto pôde ser observado nas campanhas das eleições gerais na Bahia de 1962, nas quais o anticomunismo católico deu o tom das disputas. Foi possível observar uma espécie de transferência dessa “delimitação dos opostos” condicionadas pelo imaginário anticomunista que ocorria no nível mais geral da sociedade, para o nível mais reduzido das campanhas partidárias, principalmente para governador do Estado e prefeito da capital.

Nas disputas eleitorais a Igreja atuou incisivamente através de duas formas: uma mais institucionalizada com a criação da ALEF, uma organização que, em nome da Igreja, tinha o objetivo de orientar o voto do eleitorado baiano, por intermédio da elaboração de uma lista com os candidatos comprometidos com os princípios da Instituição; por outro lado, a Igreja também marcou a sua presença através de declarações e pronunciamentos do clero baiano na imprensa, cujos discursos apoiavam este ou aquele candidato.

O clima de “caça as bruxas” e a comunofobia que envolveram as eleições, colocavam os candidatos dependentes do apoio da Igreja, pois era Ela, como um dos principais veículos de produção anticomunista, que tinha mais legitimidade para definir quem era ou não comunista. Com base na ação da ALEF e nas declarações de setores do clero constatamos o apoio da Igreja para a candidatura de Lomanto Júnior e Virgildásio Sena, candidatos a governador e prefeito da capital respectivamente, e uma rejeição à candidatura Waldir Pires.

Outra importante forma de atuação do clero foi a sua participação em grandes manifestações populares, dentre as quais a Cruzada do Rosário em Família foi uma das mais significativas. O movimento liderado pelo padre Peyton contou com total apoio da Igreja, seja com o trabalho de divulgação e conscientização dos valores defendidos pela Cruzada, seja com a organização das ações necessária para a realização das atividades do movimento, dentre as quais a Concentração do Rosário foi a mais importante.

Durante a presença da Cruzada do Rosário em Família, os discursos da Igreja continuavam contribuindo para o enriquecimento do imaginário anticomunista do período. Havia, porém, uma sutil diferença em relação ao período das eleições: a delimitação de identidades passava a ocorrer mais pela afirmação de valores cristãos, como a oração, a crença em Nossa Senhora e na unidade da família, do que pela definição do campo comunista. Esses discursos do clero estavam inseridos nos valores promovidos pelo

movimento do Rosário que, para além do carácter religioso, também atuou no campo político através do anticomunismo e que encontrou na Igreja da Bahia uma importante aliada.

Em relação à atuação mais diretamente relacionada à queda do Governo Goulart, podemos observar que foi neste contexto que se deu o clímax da produção de discursos anticomunistas por parte da Igreja, na qual era reforçado, mais do que nunca, as caracterizações do comunismo como sendo “intrinsecamente mau”, “cruel”, “ateu” e contrário aos valores da família e da pátria, inserido num processo de avanço sobre a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, podemos constatar a valorização da idéia de “pátria” e dos militares, cuja participação no Golpe foi interpretada pela Igreja como um ato de “intervenção divina”.

A descrição dos posicionamentos da Igreja em relação ao Golpe pode ser dividida em dois momentos: antes do Golpe, os discursos da Instituição estiveram sincronizados com a campanha de terror promovida pelos opositores do governo que afirmavam a penetração “imminente” do comunismo no Brasil, inclusive em suas “altas esferas administrativas”, com manifestações de apoio para uma possível intervenção que tivesse os militares como protagonistas; depois do Golpe, os discursos da Igreja foram no sentido de agradecer os militares pela intervenção, inclusive “sacralizando” a ação golpista que teria se dado sob “inspiração divina”. Neste momento de legitimação, a Marcha da Família com Deus e Democracia e a Missa do Bonfim do dia 1º. de maio, foram manifestações populares que contaram com a participação importante da Igreja e que claramente confirmam o apoio da Instituição ao Golpe.

Resumindo, a atuação da Igreja se deu mediante a produção de um conjunto de discursos e ações que enriqueciam um imaginário anticomunista que delimitava as identidades das partes envolvidas nas disputas políticas do período. Em sintonia com a ampla campanha desenvolvida por setores opositores do governo João Goulart, a Igreja foi um dos principais veículos por onde um “clima” de comunofobia e de “caça as bruxas” penetrava o campo político baiano e brasileiro. Essa penetração vitimizou as forças sociais mais à “esquerda”, tanto as organizações da sociedade civil, quanto os setores do governo que com elas ousavam formar alianças. Essas organizações e setores iam sendo associadas ao comunismo na mesma proporção em que apresentavam ou radicalizavam as suas propostas por reformas sociais. Ou seja: nesse processo de luta contra o “demônio vermelho”, a Igreja baiana teve no “voto”, no “Terço” e nas “armas” instrumentos pelos

quais a hierarquia da Igreja contribuiu para a vitória das forças conservadoras naquela conjuntura de crise política.

FONTES

1. Fontes Orais

- Padre Antônio Pinto Nobre. Entrevista realizada no dia 6 de dezembro de 2005.
- Padre Édson Baraúna Rêgo. Entrevista realizada no dia 6 de dezembro de 2005.
- Padre Gaspar Sadoc da Natividade. Entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2007.
- Padre Gilberto Sampaio Pithon. Entrevista realizada no dia 23 de novembro de 2007.

2. Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador

- Jornal Semana Católica (1961 a 1964)
- Cartas Pastorais (1961 a 1964)

3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia

- Jornal O Estado da Bahia (1961 a 1964)
- Jornal Diário de Notícias (1961 a 1964)
- Jornal A TARDE (1961 a 1964)
- Revista Eclesiástica da Bahia (1960 e 1962)

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Rômulo Almeida – O Construtor de Sonhos*. Comecon. Salvador, Ba, 1995.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 2ª ed., Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1977.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

CHEIBUB, Argelina Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do Golpe de 1964*. Revista Brasileira de História. V 24, nº 47. São Paulo, 2004.

COSTA, Ana Alice A., SANTANA, Ediane; SOBRAL, Rebeca. *As mulheres e as marchas da família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia*.(pesquisa desenvolvida através do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. “História e poder” In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964” In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano v. 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

GASPARI, Elio. “O Exército dormiu Janguista” In *A ditadura envergonhada*. São Paulo: companhia das letras, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *A formação e a Crise da hegemonia burguesa na Bahia – 1930 a 1964*. Salvador: UFBA, dissertação de mestrado, 1982

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5ª ed., Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1984.

_____. “A formação dos intelectuais” In *Os intelectuais e a formação da cultura*. 5ª ed., Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1985.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1975.

JÚNIOR, Franklin de Oliveira. “Introdução” In *Paixão e Revolução: capítulos sobre a História da AP*. Tese de doutorado, UFP, 2000.

KRISCHKE, Paulo José. “Problemas teóricos das relações entre a Igreja e o Estado na Crise de 1964” In SOARES, Ricardo prata (org). *Estado, participação política e democracia*. São Paulo: ANPOCS, 1985.

MAINWARING, Scott . *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATHIEU-ROSAY, Jean. *Dicionário do cristianismo*. Rio de Janeiro: ed. Ediouro, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flavio Oliveira...[et.ali.]. “Igreja Católica: 1945-1970” In *O Brasil republicano, v.4: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: ed. Paulinas, 1984.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2003.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja Contra Estado*. São Paulo: Kairos, 1979.
- SANCTIS, Frei Antonio de (Org). *Encíclicas e Documentos Sociais*. São Paulo: LTr Editora Limitada, 1972.
- SERBIN, Kenneth P. “A Igreja e o Exército: modernização e a revolução dupla” in *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: As mulheres e o Golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOUZA, George Everton Sales. *Entre o religioso e o Político: uma história do Círculo Operário da Bahia*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1996.
- SKIDIMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. “A República da Constituição de 1946 na Bahia” In *História da Bahia*. São Paulo: UNESP; Bahia: EDUFBA, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. 2ª ed., São Paulo: ed. Brasiliense, 1983.

Acervo disponível na Internet

A vida e obras do servo de Deus Padre Patrick Peyton CSC, o Padre do Rosário disponível em <http://www.rosarioemfamilia.org/padrepeyton.htm>, p. 1. Acessado em 14 de março de 2008.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *A quebra da casca do ovo: a elite baiana e a obra do Golpe de 64*. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_01.pdf. Acessado em 02 de março de 2006.

FERREIRA, Muniz. *O Golpe de 64 na Bahia*. P.1. Artigo disponível em http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf Acessado em 28 de janeiro de 2006.

Dicionário histórico-biográfico. Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB). Verbetes Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7790_1.asp. Acessado em 23/03/2008.

Ilustrações

“Igreja dá os candidatos secretamente”. *Diário de Notícias*, 06/09/62, p. 1



“Sua eminência o Cardeal da Silva abençoa o candidato mais humilde”. *A TARDE*, 06 de outubro de 1962, p. 1



“voto da Igreja não é segredo”. *Diário de Notícias*, 09 de outubro de 1962, p.1

Reunião sobre Rosário



O Padre Patrick Peyton, idealizador da Cruzada do Rosário em Família, expôs ontem no clero bahiano, no Cinema Eschlar, as 19 horas da manhã, a organização do movimento, ao tempo em que explicou o seu espírito e intenções. A reunião foi presidida pelo Cardeal da Silva, que também usou da palavra, e estiveram presentes, além dos Bispos Auxiliares Dom Walfrido Teixeira Vieira e Dom Adriano Hipólito, do Diretor Arquidiocesano Padre Walterio, dos organizadores da Cruzada na Bahia Padre Joseph Quinn e Frei Tadeo Glaser, um grande número de religiosos e leigos. Acompanhando as explicações do Padre Peyton foram exibidos filmes e "slides". Na foto, o idealizador da Cruzada quando falava. (Noticiário na segunda página)

“Reunião sobre o Rosário”. *Diário de Notícias*, 26 de abril de 1963, p.1

**CRUZADA DO ROSÁRIO
EM FAMÍLIA**



A FAMÍLIA QUE REZA UNIDA
PERMANECE UNIDA



GRANDE CONCENTRAÇÃO
DIA 2 DE JUNHO (DOMINGO), ÀS 16 HORAS
PRAÇA DA SÉ ATÉ PRAÇA CASTRO ALVES

FALARÁ PADRE PEYTON

UNA-SE À SUA FAMÍLIA E JUNTOS COMPARECAM
A ÊSSE MAGNÍFICO MOVIMENTO DE DEFESA
DA PAZ E DA FÊ CRISTÃ.

“Cruzada do Rosário em Família”. *A TARDE*, 7 de maio de 1964